



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM – RS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

LAÍSSA FRANÇA BARBIERI

PÓS-VERDADE E *FAKE NEWS* NA ELEIÇÃO
PRESIDENCIAL DE 2018: SEXUALIDADE E PÂNICO
NO CONTEMPORÂNEO

ERECHIM

2021

LAÍSSA FRANÇA BARBIERI

**PÓS-VERDADE E *FAKE NEWS* NA ELEIÇÃO
PRESIDENCIAL DE 2018: SEXUALIDADE E PÂNICO
NO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Vojniak.

ERECHIM

2021

LAÍSSA FRANÇA BARBIERI

**PÓS-VERDADE E *FAKE NEWS* NA ELEIÇÃO
PRESIDENCIAL DE 2018: SEXUALIDADE E PÂNICO
NO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Vojniak.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 06/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Vojniak – UFFS
Orientador

Prof.^a Dr.^a Bibiana De Paula Friderichs – UPF
Avaliadora

Prof.^a Dr.^a Adriana Salete Loss – UFFS
Avaliadora

RESUMO

Esta dissertação busca compreender fenômenos contemporâneos – como é o caso da pós-verdade e das *fake news* - e investiga o discurso de algumas *fake news* disseminadas em 2018, durante campanha eleitoral para a Presidência do Brasil, buscando compreender de que maneira a sexualidade é utilizada como dispositivo para promover pânico moral. O seu objetivo geral é analisar *fake news* que envolvem questões de sexualidade utilizadas durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, a partir da noção de dispositivo. Dessa maneira, a pergunta que sustenta o problema de pesquisa é: *Como as fake news sobre sexualidade difundidas durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 influenciaram no debate político?* Para responder à pergunta, realizou-se uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, amparando-se em vasto e interdisciplinar referencial teórico. O corpus selecionado para análise é composto por materiais obtidos na internet, indicando algumas das principais “notícias falsas” sobre sexualidade que circularam durante o período eleitoral, as quais são submetidas a uma análise conjuntural a partir de estudos foucaultianos, e, sobretudo, a partir da noção de dispositivo. Por fim, os resultados obtidos na presente dissertação confirmam a hipótese de que a sexualidade dos indivíduos ganha centralidade num emaranhado discursivo e promoveu pânico moral na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-verdade. *Fake News*. Bolsonaro. Sexualidade. Pânico Moral.

ABSTRACT

The present dissertation aims at understanding contemporary phenomena – such as post-truth and fake news – and investigates the substance of some of the main fake news that were spread during the course of Brazil's 2018 presidential campaign. The main objective is to analyze some of the fake news spread throughout Jair Bolsonaro's presidential campaign and identify the content of some of the main messages disseminated and their effects on society. Thus, the question that supports the research problem is: *What is the content of the fake news broadcast during Jair Bolsonaro's 2018 electoral campaign and what was its effect on society?* To answer that question, a qualitative and bibliographic research has been carried out, supported by a vast and interdisciplinary theoretical framework. The corpus was obtained from online material, indicating the main fabricated news that circulated during the 2018 Brazilian presidential campaign. In addition, the present dissertation relies on Foucault's studies, mostly the concept of apparatus, to conduct a situational analysis and verify the hypothesis to which individuals' sexuality is put front and center in a discursive blend that, notably, was intended to promote moral panic within the society.

Key-words: Post-truth; fake news; Bolsonaro; sexuality; moral panic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A mecânica das <i>fake news</i>	41
Figura 2 - Consumo de informações	48
Figura 3 - Estudo DAPP – FGV	82
Figura 4 - Presidenciável Jair Bolsonaro distorce fatos sobre livro educativo em Programa Nacional	83
Figura 5 - Comentários Facebook ¹	85
Figura 6 - Comentários Facebook ²	85
Figura 7 - Haddad criador do Kit Gay	87
Figura 8 - A mamadeira	89
Figura 9 - Haddad quer tornar a pedofilia ato legal	90
Figura 10 - Jean Wyllys como ministro de Haddad	92
Figura 11 - Manuela D'Ávila com camisa escrita “Jesus é travesti”	95

LISTA DE ABREVIATURAS

Brexit - British exit

EUA – Estados Unidos da América

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

FN - *Fake news*

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Junto com a surpreendente vitória do republicano Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos da América (EUA) e a saída do Reino Unido da União Europeia, ambos acontecimentos do ano de 2016, passa a integrar a pauta do debate público um tema denominado como “*pós-verdade*”. E o cenário recente do século XXI tem mostrado que diversos países vivenciaram um momento particular na história, e isso pode estar diretamente relacionado ao fenômeno da pós-verdade. Nessa direção, revela-se fundamental considerar o prefixo estabelecido na palavra “verdade”, para que seja possível compreender efetivamente o fenômeno, sem reduzi-lo a mentira. Uma maneira sucinta de compreender o referido fenômeno pode se dar através das considerações de José Antônio Zarzalejos (2017), que entende haver uma relativização da verdade, ou ainda, uma banalização de dados, com o objetivo de se obter supremacia no discurso emocional.

À ascensão da pós-verdade soma-se outro fenômeno, e ambos estão diretamente relacionados. As *fake news* tornaram-se um grande problema contemporâneo na medida em que passaram a influenciar o debate público, e, em última instância, interferir na saúde das democracias em diversos países. Não raramente encontram-se alegações de que *fake news* sempre existiram, as quais se amparam nas falhas encontradas em narrativas factuais. Contudo, é necessário salientar que a expressão *fake news*, a qual se popularizou com a retórica de Donald Trump (em 2016), veste uma roupagem moderna, fruto da internet e das mídias on-line.

Como bem pontuam Gomes e Dourado (2019), dois aspectos são importantes para compreender a natureza das *fake news*. O primeiro, relaciona-se ao fato de carregarem em si a noção de *news* (notícia), isso é, não se trata de qualquer narrativa factual, mas sim de uma tentativa de falsear sua condição, apropriando-se da autoridade e da credibilidade da instituição do jornalismo. Outro aspecto é que, “raramente alguém põe em dúvida hoje o fato de *fake news* serem criaturas essencialmente digitais. A expressão, de fato, é reservada às histórias factuais que circulam amplamente em ambientes digitais de convivência” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 36). Nesse cenário, chama atenção o fato de haver mais histórias falsas circulando na internet do que histórias falsas no formato de

reportagens, isso, todavia, não muda o seu objetivo final, que pretende relatar fatos “autênticos” no mundo.

Assim, como em uma perfeita sinfonia, enquanto o instrumento da pós-verdade questiona a verdade e a autoridade de tudo, as *fake news* são o motor de disseminação de falsidades e aberrações, que resultam na desinformação das pessoas. Em consequência disso, uma questão importante que necessita ser observada diz respeito à correlação entre a produção e difusão das *fake news* e o crescimento do movimento conservador da direita no Brasil e ao redor do mundo.

Esse movimento conservador que questiona e desacredita, e, em última instância, resulta em um ceticismo generalizado, estaria vinculado ao esgotamento da confiança, como sugere D’Ancona (2018). Segundo o autor, alguns eventos como a crise financeira de 2008, escândalos políticos, de figuras públicas e, também, de veículos de comunicação, contribuíram para o esgotamento da confiança, uma vez que esses agentes eram detentores de alta credibilidade. Essa fragilidade institucional também foi vivenciada no Brasil, sobretudo a partir das investigações da Lava Jato, fato que, sem dúvidas, teve relação direta na ascensão e na vitória nas eleições brasileiras do candidato Jair Messias Bolsonaro,¹ então filiado ao Partido Liberal Social (PSL).

A conjuntura política que se estruturou no período pré-eleitoral brasileiro em 2018 indicava revolta contra os representantes políticos e grande descontentamento diante das condições econômicas e da segurança pública. Moura e Corbellini (2019) chamam atenção, por exemplo, para o fato de que, nos últimos anos, a segurança pública² no Brasil deixou de ser um tema restrito a grandes centros urbanos e passou a ser preocupação de cidades médias. A partir disso, mesmo fazendo parte da política há quase três décadas, Jair Bolsonaro vestiu uma roupagem de candidato antissistema durante as eleições para a Presidência, prometendo soluções simples para os problemas complexos que o país estava enfrentando. A estratégia funcionou. Moura e Corbellini enfatizam que os discursos preconceituosos e grosseiros do candidato geravam uma conexão com a população que estava revoltada. “Sua vitória não foi a afirmação de um projeto, de uma biografia, ou de um conjunto de propostas. Mas uma reação em cadeia, a explosão de uma energia quase

¹ O político de extrema-direita foi eleito seis vezes como deputado federal (27 anos de cargo público) e ficou conhecido pela personalidade controversa e pelos discursos de ódio, que incluem notável simpatia por ditaduras militares.

² Os autores associam ao tema os problemas de assaltos, drogas e homicídios (p. 36).

atômica. A propulsão foram os eleitores indignados” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 57).

Essa condição de superficialidade e apelo emocional observada no discurso do então candidato à Presidência corresponde amplamente à conceituação apresentada por Yascha Mounk³ (2019) sobre políticos populistas.

Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar em um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples (MOUNK, 2019, p. 57).

Outra definição para o que se chama de “populista” está na reflexão de Levitsky e Ziblatt (2018). Segundo os autores, “populistas são políticos *antiestablishment* - figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora” (p. 32). Embora não seja consenso, alguns autores caracterizam Jair Bolsonaro como um fascista, ao passo que uma maior parte identifica traços de conservadorismo, autoritarismo, ultranacionalismo, sexismo, militarismo, antidemocracia e de desprezo pelos direitos humanos. Stanley (2018) defende que “a política fascista transita em delírios que criam falsas distinções entre ‘nós’ e ‘eles’, independentemente de realidades óbvias” (p.1 78). Nesse sentido, durante a eleição presidencial de 2018, pode-se verificar o então candidato atacando as elites e as instituições, além de apontar e caracterizar os “inimigos do povo”. Um desses inimigos, apresentado por Jair Bolsonaro, foi aquilo que recebeu a nomenclatura de “ideologia de gênero⁴”.

Não restam dúvidas sobre a nocividade das *fake news* e sobre o quanto elas podem impactar o debate público, manipulando informações, e, em última instância, interferindo no resultado das eleições de um país. Nas engrenagens do seu funcionamento encontram-se elementos importantes para compreender a sua força avassaladora, como por exemplo:

³ No recente livro *O povo contra a democracia*, o autor defende que a civilização está enfrentando uma guerra que coloca em conflito os direitos individuais e a vontade popular.

⁴ Miskolci e Pereira (2018) explanam o conceito a partir da união, nos últimos anos, entre diferentes grupos que apregoavam a moralidade: “[...] de maneira que sua aliança reforçou a tendência de atribuir problemas sociais concretos a inimigos imaginários, que podem ser comunistas, gays, feministas, pessoas trans. Esse tipo de prática política se alicerça em uma visão de mundo dividida entre os que representariam “o Bem” e os que representariam “o Mal”. Da política para a moral, grupos de interesse passaram a demonizar pleitos de direitos humanos por parte de mulheres, homossexuais, pessoas trans, travestis, intersex, entre outros, concatenando-os no fantasma que batizaram de “ideologia de gênero” (MISKOLCI; PEREIRA, 2018, on-line).

o uso de conteúdo apelativo, o efeito do viés da confirmação, e o sistema de bolhas sociais⁵. Esses itens podem ser diretamente relacionados a outros fatores apontados por Perosa (2017), a saber: a alta polarização política; a descentralização de informação; e, o ceticismo generalizado entre as pessoas, já mencionado anteriormente.

Esse cenário carregado de desinformação, discursos de ódio, polarização política e teorias da conspiração vem sendo observado por pesquisadores do mundo inteiro, como no caso do bielorrusso Evgeny Morozov,⁶ que avalia as implicações políticas e sociais do progresso tecnológico e digital. Para esse estudioso, as empresas de tecnologia utilizam um modelo de capitalismo “dadocêntrico”, cujas implicações reais as pessoas ainda não conseguem discernir. “Embora entendamos que os interesses das empresas farmacêuticas, alimentícias e petrolíferas são naturalmente divergentes dos nossos, raras são as ocasiões que nos aproximamos do Vale do Silício com a desconfiança necessária” (MOROZOV, 2020, p. 27). Isso porque, segundo o autor, existe um falso discurso que contempla a promessa de emancipação e empoderamento dos indivíduos, bem como de democratização para todos a partir das ferramentas tecnológicas.

Durante as eleições brasileiras, pôde ser observado, a partir da difusão massiva de *fake news*⁷, muitas mazelas por elas causadas. Repisa-se: desinformação, discurso de ódio, polarização política e teorias da conspiração. A partir disso, uma temática, especificamente, chama atenção dentro do amontoado de falácias disseminadas. Trata-se daquilo que os apoiadores do candidato Bolsonaro chamaram de “ideologia de gênero” e que, neste estudo, será tratado como controle da sexualidade⁸. Os antissentimentos represados em uma parcela da população, que acabaram sendo desaguados para dentro das redes sociais, merecem um olhar mais atento.

Para Foucault, o dispositivo possui uma função estratégica dominante que se forma em determinado período histórico, e resulta das relações de poder e saber. Segundo ele, o dispositivo estabelece uma rede de práticas discursivas e não discursivas, as quais englobam “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições

⁵ Bolhas sociais resultam do funcionamento das plataformas digitais a partir de algoritmos. Kaufman (2019) explica que “algoritmo é um conjunto de instruções matemáticas, uma sequência de tarefas para alcançar um resultado esperado em um tempo limitado” (p. 53).

⁶ Autor do livro *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política* (2018).

⁷ Um levantamento demonstra que quase 85% das *fake news* apuradas por agências de checagem favoreceram o candidato do PSL, Jair Bolsonaro. < <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/> > Acesso em: 30 outubro 2020.

⁸ A partir das obras *História da Sexualidade* e *Em defesa da sociedade*, ambas de Michel Foucault.

filosóficas, morais, filantrópicas.” (FOUCAULT, 2017 p. 364). Na década de 1970, por meio do livro *História da Sexualidade*, Michel Foucault já havia identificado a sexualidade dos indivíduos como uma forma de dispositivo, observando uma explosão discursiva nos séculos XVIII e XIX que contribuíram para a estruturação de um sistema de regulamentação da sexualidade⁹, incluindo o desígnio em relação à monogamia heterossexual. “É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada” (FOUCAULT, 2018, p. 48).

A linha que separa o “normal” do “anormal” ganha grande e preocupante envergadura quando passa a fazer parte dos aparelhos repressivos do Estado. Nesse ponto, o controle da sexualidade torna-se objeto do biopoder, isso é, as relações de poder e o controle da espécie humana são determinados no campo biológico e utilizadas como uma biopolítica. Como implicação, passa a existir uma divisão da população em subgrupos e a censura biológica entre uns e outros. Cabe aqui salientar que, para Foucault (2018), o poder não é uma instituição ou uma estrutura, ele não está apenas num governo. Ele é um fenômeno capilar e descentralizado, que “[...] se exerce a partir dos inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (p. 102).

A partir desse panorama e através de um levantamento¹⁰ das principais *fake news* que circularam durante a campanha eleitoral de 2018, é possível supor que a centralidade dessa temática esteja diretamente ligada ao conceito de Pânico Moral. Miskolci (2007) observa que esse fenômeno exprime – de forma complexa – as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida, isso porque, quando um tipo de comportamento é considerado “desviante” da “norma”, é julgado e recebe forte reação coletiva. Assim, as reações que se caracterizam como pânico moral são geradas a partir de “ameaças” à ordem social ou à concepção idealizada dela, a exemplo de instituições históricas, dentre as quais figuram a família e o casamento, que possuem status de alto valor na sociedade.

⁹ Segundo o autor: “Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação” (FOUCAULT, 2018, p. 40)

¹⁰ *Fake News* selecionadas para análise deste estudo: Kit gay; Mamadeira de “piróca”, Jean Wyllys: ministro de Haddad; Manuela D’Ávila com a camiseta “Jesus é Travesti”; e Projeto de lei que torna pedofilia ato legal.

Ante o exposto, apresenta-se o problema de pesquisa: Como as *fake news* sobre sexualidade difundidas durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 influenciaram no debate político? Nesse sentido, **o objetivo geral desta dissertação é analisar as principais *fake news* que envolvem a sexualidade disseminadas durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, a partir da noção de dispositivo.** Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentada nos estudos foucaultianos sobre arqueogenealogia e, sobretudo, a partir do conceito de dispositivo da sexualidade.

O *corpus* de análise é realizado a partir de materiais caracterizados como pós-verdade e/ou *fake news*, durante o período eleitoral para a Presidência da República em 2018. A hipótese é de que a sexualidade ganha centralidade no discurso criado a partir de *fake news*, de modo que, em última instância, são produzidos sentimentos conflituosos e geram pânico moral. Para tanto, o estudo perpassa pelos seguintes objetivos específicos: **I)** proceder ao levantamento bibliográfico sobre pós-verdade e *fake news*, compreendendo as origens desses fenômenos do século XXI; **II)** apurar o cenário em que se desenvolveram as eleições presidenciais de 2018, levando em conta a revolta popular e o personagem desenhado pelo candidato Jair Bolsonaro; **III)** identificar as principais *fake news* sobre sexualidade disseminadas durante a campanha de Bolsonaro para a Presidência e como interagem com a população; e, por fim, **IV)** diagnosticar como a disseminação desses discursos pode ter mobilizado a população por meio de um dispositivo e instigado um cenário de pânico moral.

Com o propósito de validar a hipótese de centralidade do discurso da sexualidade na produção de pós-verdade e das *fake news* como tema potencialmente promotor de pânico moral, e buscando cumprir com os objetivos propostos, o trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado e discutido o percurso teórico metodológico, descrevendo mais detalhadamente o processo de pesquisa e de análise fundamentado no pensamento foucaultiano.

No segundo capítulo, é realizado um levantamento teórico sobre os fenômenos da pós-verdade e das *fake news*, com a pretensão de compreender ambos os conceitos envolvidos – os quais, frequentemente, são utilizados de maneira equivocada –, e de conceber a mecânica de funcionamento das *fake news* nas plataformas digitais. No terceiro capítulo, são explanadas as condições sociais e políticas durante a campanha eleitoral para a Presidência da República do Brasil em 2018, apontando para a influência

das mídias digitais durante esse processo e buscando entender o perfil do então candidato, Jair Bolsonaro, além de como sua campanha política se conecta com o conceito de “pânico moral”. No quarto e último capítulo, no intento de identificar o dispositivo da sexualidade atuando como um promotor de pânico moral, são analisados materiais de pós-verdade e *fake news* obtidos na internet, os quais contêm a sexualidade como discurso central e tiveram grande repercussão.

Ressalta-se a pertinência e a atualidade desta pesquisa no âmbito teórico, uma vez que se procura resgatar teorias e associá-las com fenômenos contemporâneos, e no campo social, por investigar um problema atual e transdisciplinar, perpassando pela ciência política, pela ética e moralidade, pela tecnologia de informação, pela linguagem e pelo sujeito. Dessa maneira, a presente investigação busca cumprir com sua finalidade institucional enquanto produção do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, especialmente na produção de conhecimento das Ciências Humanas.

1 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi desenvolvida em um momento em que a sociedade passa a refletir sobre o que deve se entender por verdade e sobre autoridade. Isso porque, não raramente, vem se observando desconfianças sobre estruturas historicamente sólidas e que colocam em xeque a credibilidade da produção de conhecimento científico.

Por isso, é fundamental recorrer às palavras de Pedro Demo (1995, p. 19), que, embora entenda a dificuldade de definir o que é a ciência, esclarece com precisão o que ela não é: “Simplificadamente, não são ciência a ideologia e o senso comum”. Segundo ele, o critério de distinção do senso comum é o conhecimento acrítico, imediatista, crédulo; e o critério da ideologia é o seu caráter justificador de posições sociais vantajosas.

Enquanto o senso comum está despreparado diante de uma realidade mais complexa do que imagina sua visão ingênua, a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de interesses determinados (DEMO, 1995, p. 19).

A partir disso, o autor aponta para a importância do papel do pesquisador diante de uma pesquisa científica, destacando que esse profissional deve assumir o papel de: estudioso, observador, sistematizador, teórico e questionador. Mas não só isso. Como observam Predanov e Freitas (2013), para responder a um problema de pesquisa científica, mostra-se fundamental delinear bem o percurso metodológico.

A metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Ante o exposto, neste capítulo, se apresenta a operacionalidade da investigação, amparada em levantamento bibliográfico e de materiais obtidos na internet e que são responsáveis pela fundamentação conceitual e pela análise, via dispositivo foucaultiano. A junção desses elementos permite a sustentação da hipótese de que a sexualidade dos indivíduos teve centralidade no discurso político eleitoral de Jair Bolsonaro e promoveu pânico moral.

1.1 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM

A presente pesquisa trilhou o caminho da abordagem qualitativa para responder ao problema de pesquisa: *Como as fake news sobre sexualidade difundidas durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 influenciaram no debate político?*

As *fake news*, juntamente com a pós-verdade – que é caracterizada pelo entendimento de que fatos objetivos têm menos influência do que os apelos às emoções e às crenças pessoais — é tida como pauta central desta pesquisa e é tratada como fenômeno contemporâneo. Como tal, vem sendo estudada em diferentes áreas. Dessa maneira, no intento de compreender os eventos de modo aprofundado, sobretudo no que se refere à sua disseminação durante uma campanha eleitoral e os seus resultados, fez-se necessário um olhar interdisciplinar, que perpassou pelas áreas da: comunicação, ciência social, história, política, filosofia e tecnologias.

Nesse sentido, conforme bem aponta Fazenda (2001, p. 11), “a interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão”. Além disso, a partir do levantamento bibliográfico, de caráter interdisciplinar, foi possível realizar uma pesquisa de caráter descritivo/interpretativo, que, conforme Gil (2008, p. 28), tem como objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”.

Para além disso, como é observado por Predanov e Freitas, mesmo quando a pesquisa seja de cunho descritivo, é fundamental que o pesquisador ultrapasse a mera descrição, buscando acrescentar algo ao questionamento estabelecido na pesquisa. “Nas análises qualitativas, o pesquisador faz uma abstração, além dos dados obtidos, buscando possíveis explicações (implícitas nos discursos ou documentos), para estabelecer configurações e fluxos de causa e efeito” (2013, p. 114). Dessa forma, para entender, descrever e explicar, de maneira plausível, o problema de pesquisa, recorreu-se ao pensamento e método foucaultiano.

No livro *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, Paul Veyne explica que Foucault descreve positivamente as práticas (discursivas e não-discursivas) sem pressupor nada mais. Conforme Veyne (1998, p. 248), o conceito de prática é basilar

para compreender de que maneira Foucault “revolucionaria” a história. De maneira concisa, Edgard Castro explica o conceito de práticas em Foucault:

A racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem (‘sistemas de ação na medida em que estão habitados pelo pensamento’), que têm um caráter sistemático (saber, poder, ética) e geral (recorrente) e, por isso, constituem uma ‘experiência’ ou um ‘pensamento’ (CASTRO, 2016, p. 338).

A partir desse conceito, não é forçoso afirmar que os objetos ou acontecimentos não possuem uma “essência”, mas que as significações são, sim, frutos de um processo histórico resultante de “práticas”. Por esse ângulo, como propõe Gregolin (2006, p. 59), o “sujeito” deve ser pensado como “uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e a consequente articulação de poderes”. Em outras palavras, o método utilizado por Foucault não estuda um discurso já pronto, mas sim as suas condições de produção.

Assim, as diferentes modalidades de discursos que circulam em uma determinada época são analisadas por Foucault através de um “método arqueológico”, que:

Envolve a escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ele se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que forneçam um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época (GREGOLIN, 2006, p. 71).

Ainda de acordo com a autora, o conceito de análise arqueológica pode ser entendido como “a busca em um emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que, ao mesmo tempo, o explicam e o determinam” (Ibidem, p. 77). Para além do método arqueológico, é fundamental expor que, a partir do livro *A ordem do discurso*, Foucault traça sua passagem para uma análise *genealógica*. A diferença entre os métodos de Foucault, segundo Gregolin (2006), é que a *arqueologia* compreende um período mais discursivo, no qual ele “elaborou um método para lidar apenas com sistemas de pensamentos materializados em práticas discursivas. Já no período chamado *genealógico*, mais voltado à questão do poder, [ele] analisa os sistemas de ações que governam outras ações” (p. 109). Para Marcos Kaminski (2018), os referidos métodos se complementam.

A **arqueogenealogia** é a forma que Foucault vai realizar os seus diagnósticos do presente, através da análise das práticas discursivas e não-discursivas ao nível do arquivo (arqueologia) e ao nível do poder (genealogia), níveis esses que compreendemos que operam em complementaridade (KAMINSKI, 2018, p. 07, grifo nosso).

Para Gregolin, o método arqueogenealógico de Foucault resulta de suas reflexões sobre o sujeito e o poder. “Partindo da ideia de que se o sujeito humano é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade” (GREGOLIN, 2006, p. 109). Assim, inauguram-se suas investigações sobre produções discursivas e de saberes através das técnicas e dispositivos do poder.

Como sugere Kaminski (2018, p. 44), o dispositivo funciona como um “operador nevrálgico na arqueogenealogia foucaultiana”. Dessa maneira, por meio do método arqueogenealógico, será observada a presença do dispositivo da sexualidade em materiais de *fake news* durante a campanha eleitoral para Presidência do Brasil em 2018 e avaliado como essa prática promoveu pânico moral na sociedade.

1.2 O DITO E O NÃO DITO

A concepção foucaultiana de dispositivo foi cunhada durante uma entrevista concedida em 1977, na qual Foucault conceituou como uma rede que se estabelece entre práticas discursivas e não discursivas, as quais englobam: “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (FOUCAULT, 2017, p. 364). Tal contexto envolve, também, o dito e o não dito, com o objetivo de responder a demandas e urgências.

Segundo o autor, o dispositivo possui uma função estratégica dominante que se forma em determinado período histórico. Além disso, para que sua função se concretize, é necessário que exista uma série de manipulações nas relações de poder, uma “[...] intervenção racional e organizada nessas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc...” (FOUCAULT, 2017, p. 367). Por essa razão, sua função (enquanto dispositivo) é específica e resulta das relações de poder e saber.

Os filósofos norte-americanos Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, a partir de uma reunião com Foucault em 1983, apontaram o dispositivo como algo que diz respeito às práticas e “[...] elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (1995, p. 135). Giorgio Agamben (2009, p. 29) também analisa e busca sintetizar o conceito de dispositivo proposto por Foucault, e, nesse movimento, destaca três pontos: **I.** É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; **II.** O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder; e, **III.** Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e relações de saber.

É possível, dessa maneira, assegurar que o conceito de dispositivo esteja diretamente ligado a uma tecnologia com o poder de subjetivação.

[...] chamarei literalmente de dispositivos qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc. cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares, e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das conseqüências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

A colocação de Agamben lembra, ainda, aquilo que Foucault chamou de sociedade disciplinar, na qual uma série de práticas, de discursos e de saberes ajudaram a criar os “corpos dóceis”, que estão em constante processo de assujeitamento.

Diante desse panorama, em que se pressupõe o dispositivo como uma forma de poder, é fundamental compreender que, para Foucault (2018), o poder não possui um ponto central, nem está localizado numa “soberania”, ou ainda, “como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atavessem o corpo social inteiro” (p. 100). Trata-se, ao contrário, de um “nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. O poder está em toda parte, ele é permanente, repetitivo e autorreprodutor de si mesmo.

O dispositivo, assim, no que tange ao objeto desta pesquisa, pode ser compreendido com base em Edson Teles (2018), que observa a produção de

subjetividades binárias e antagônicas somadas a determinadas condições de dominação, as quais resultam em uma tecnologia de controle social. Assim, se de um lado há o “cidadão de bem”, de outro sobra o indivíduo “fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem”.

1.3 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

No livro *História da Sexualidade – a vontade de saber* (1976), Foucault discorre sobre a sexualidade reprimida a partir do advento do capitalismo e, também, algumas das primeiras menções sobre dispositivo. Em seu resgate histórico, observa que o discurso sobre a sexualidade, no ocidente, muda a partir do século XVIII, migrando para dentro das casas. “A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (2018, p. 07). Essa nova racionalidade faria parte de uma ordem burguesa, na medida em que a repressão do sexo era necessária para a exploração da força de trabalho.

A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro (FOUCAULT, 2018, p. 13).

Seguindo esse raciocínio, no livro *Em defesa da sociedade* (2010), Foucault provoca o leitor questionando como se pode compreender a repressão da sexualidade infantil, pergunta que ele próprio responde na sequência, “Pois bem, simplesmente, como o corpo humano se tornou essencialmente força produtiva a partir dos séculos XVII, XVIII, todas as formas de dispêndio irreduzíveis a essas relações, à constituição das forças produtivas, todas as formas de dispêndio assim manifestadas em sua inutilidade, foram banidas, excluídas, reprimidas” (FOUCAULT, 2010, p. 28).

Essas repressões, conforme argumenta Foucault, não se deram de maneira a proibir de falar sobre o sexo, mas sim em como passou-se a abordar o tema, isso é, por que se falou e quais os efeitos desse discurso. Assim, o autor busca as instâncias da

produção discursiva, onde e quando era ou não possível falar dele (o sexo), enfatizando que a produção discursiva também é responsável por organizar os silêncios.

Por volta do século XVIII, a população torna-se alvo de estudos na medida em que passa a existir uma necessidade de controle e análise de diversos fatores sociais, como a natalidade por exemplo. Nesse ponto, Foucault (2018) observa uma excitação para falar do sexo. Ele (o sexo) passa a ser um objeto de discurso também nos ramos da demografia, biologia, medicina, psiquiatria, psicologia, na moral e na crítica política, “sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais”. (p. 26). Esse processo, segundo Foucault, foi responsável pela multiplicação de condenações judiciais, por anexar irregularidade sexual à doença mental, por definir cuidadosamente uma norma e os desvios possíveis para as crianças e os idosos, pela organização pedagógica e tratamentos médicos, etc. Atribui, especialmente aos médicos, o surgimento de um vocabulário próprio para identificar a “abominação”.

Com isso, para além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opiniões, três códigos explícitos regiam as práticas sexuais até o final do século XVIII, “[...] o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eles fixavam, cada qual a sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Todos estavam centrados nas relações matrimoniais [...]” (FOUCAULT, 2018, p. 41). Aqui, destaca-se o movimento centrífugo para a monogamia heterossexual resultante desse processo, de maneira que, no século XIX, o homossexual do século XIX torna-se um personagem: “[...] um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; talvez é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade.” (p. 48).

Essas “perversões”, que eram fundamentadas nas regras da Igreja em conjunto com o julgamento da justiça, passam, a partir do século XIX, a contar com a ciência e o discurso científico, os quais foram igualmente fundamentais para a produção de “verdades” sobre o sexo. Segundo Foucault (2018), os especialistas foram solicitados a sustentar um discurso de verdade o qual “[...] deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas que fala do corpo e da vida – o discurso da ciência” (p. 72).

Para isso, apontou cinco práticas que nutriram o discurso científico e as “verdades” por trás do sexo, entre elas: a codificação clínica do fazer falar; o postulado de uma causalidade geral e difusa (o indivíduo não deveria esconder nada, na medida

em que se poderia relacionar condutas com doenças); latência intrínseca à sexualidade (informações por meio de confissões); método de interpretação (ouvir o que foi falado e cifrar em verdade); e medicalização dos efeitos da confissão (além de pecado, o sexo é uma patologia a ser tratada). “É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada” (Ibidem, p.48).

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, foram desenvolvidos estudos da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo, os quais, conforme Flores (2001), faziam parte das estratégias implementadas pelos médicos que atuavam no projeto político/nacional de eugenia. “O método seria pelo controle da sexualidade; pelo tratamento do sexo ‘degenerado’, pela seleção conjugal através da criação de leis restritivas que impedisse os casamentos indesejáveis, pela exigência de exames de sanidade dos nubentes; enfim, pela profilaxia do casamento” (FLORES, 2001, p. 61). Os “temas” abordados pelos eugenistas daquele período variavam entre alcoolismo, epilepsia, embriaguez, alienação, medicina legal e, também, análises sobre o perfil do criminoso. Nesse sentido, conforme aponta a autora, todos os comportamentos sexuais que não se enquadrassem como “sexo natural” recebiam o rótulo de doença. O sexo deveria ter a finalidade de procriação ou amor matrimonial.

A análise sobre os discursos médico-sexólogo do século XIX, que foram observados por Foucault na cultura ocidental, identifica os mecanismos utilizados para a produção de saber e para a multiplicação de discursos, ao passo que promovem um determinado tipo de poder. Assim, é por meio de um dispositivo da sexualidade que se estabelecem determinadas “normas” que regem as relações entre as pessoas. Essas relações de poder são conceituadas como uma relação negativa:

Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz discontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna (FOUCAULT, 2018, p. 91).

Dentro dessas relações de poder, que envolvem a sexualidade, o autor aponta para quatro conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos. São eles: a) Histerização do corpo da mulher; b) Pedagogização do sexo da criança; c) Socialização das condutas de procriação; e, d) psiquiatrização do prazer perverso. Outro traço

delineado por Foucault sobre o sexo enquanto dispositivo concebe o seu condicionamento a um regime binário – o lícito e o ilícito, o permitido e o proibido. Além disso, destaca que o poder sobre o sexo se exerce em todos os níveis, agindo de maneira uniforme e maciça.

Em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito - que é “sujeitado” - e aquele que obedece. À homogeneidade formal do poder, ao longo de todas essas instâncias, corresponderia, naquele que o poder coage - quer se trate do súdito ante o monarca, do cidadão ante o Estado, da criança ante os pais, do discípulo ante o mestre -, a forma geral de submissão. Poder legislador, de um lado, e sujeito obediente de outro (Ibidem, p. 93).

Seguindo nessa direção, o autor considera que essa relação de poder, que contempla uma oposição binária entre dominadores e dominados, está localizada nas profundezas do corpo social, ao passo que se sustenta com correlações de forças múltiplas. Em outras palavras, não existe uma “matriz geral”, o poder se forma nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos e nas instituições, ele está: “entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população” (p. 112). Além disso, Foucault (2017, p. 45) afirma que o poder é mais do que uma instância negativa, com a função de reprimir, pois “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma de saber, produz discurso”.

A partir dos elementos expostos, que perpassam pela sexualidade, mas também pelo conceito de poder e verdade, tornam-se compreensíveis as arguições de Foucault sobre o dispositivo da sexualidade ter sido uma peça importante para o desenvolvimento da biopolítica.

1.4 BIOPOLÍTICA

O sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte (FOUCAULT, 2018, p. 159).

O poder sobre a vida, conforme observa Foucault (2018), desenvolveu-se a partir do século XVII de duas diferentes maneiras, as quais não são contrárias, mas sim interligadas. A primeira, conforme o autor, está centrada no corpo, no processo de docilidade dos sujeitos “procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*”

(p. 150). O segundo, conforme o autor, se formou adiante, em meados do século XVIII, e centrou-se no corpo-espécie, a saber:

[...] no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: **uma biopolítica da população** (FOUCAULT, 2018, p. 150, **grifos nossos**).

Assim, junto às práticas disciplinares utilizadas para governar os indivíduos em determinado momento, a biopolítica – que tem como alvo a população – passa a fazer parte dessa nova forma de poder. Destarte, ao passo que considera a biopolítica como aquilo que designa “que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Ibidem, p. 154), trata o biopoder como uma tecnologia de poder, que se exerce de diferentes maneiras e permite o controle de populações inteiras, na medida em que a sociedade possui normas e está normatizada. Esse fenômeno, cabe mencionar, teria sido basilar, de acordo com Foucault, para o desenvolvimento do capitalismo “que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (Ibidem, p. 151).

De acordo com o professor Fábio Feltrin de Souza (2019), o conceito de Foucault sobre biopolítica é apontado em um momento histórico bem definido “no qual a vida passa a ser considerada um objeto de poder. Esse poder se caracterizaria pelo direito de vida e morte, isto é, pelo direito de **‘fazer morrer e deixar viver’**.” (SOUZA, 2019, p. 120, **grifo nosso**).

Com esse novo direito, a vida passou a ocupar um lugar central nos destinos da sociedade, ao passo que a morte ocuparia o lugar do privado. Essa ruptura, contudo, não se deu de maneira abrupta, tampouco se manifestou como uma simples sucessão, foi percebida a partir de fatos que se tornaram mais evidentes com o aparecimento das tecnologias disciplinares que tornaram o capitalismo mais rentável, nas políticas de natalidade e mortalidade e no nascimento de uma ciência política (SOUZA, 2019, p. 121).

Nesse sentido, é correto afirmar que essa “ciência política” apontada por Souza está diretamente ligada à sexualidade dos indivíduos. Flores (2001) observou que no séculos XVII e XVIII o processo de urbanização e industrialização engendrou determinadas técnicas disciplinares, e apontou que, no fim do XVIII, ao surgirem

problemas demográficos de massa, foi necessário apropriar-se do homem-espécie e tratar dos problemas relativos da vida, como o nascimento, a morte e a reprodução. Assim, a partir desse momento, o estudo da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo passou a ser utilizado como estratégia pelos médicos eugenistas, sexólogos e legistas.

O sexo e o comportamento sexual passaram, então, para a centralidade das políticas de controle das raças, com papéis definidos para homens e para mulheres, com várias pressões sobre o uso e a identidade do sexo, sobre a procriação e sobre a higiene das famílias. A sexualidade, por um lado, como comportamento corporal depende de um controle disciplinário, individualizado, exercido em forma de vigilância permanente [...]; por outro lado, mediante seus efeitos de procriação, a sexualidade se inscreve e adquire eficácia nos amplos processos biológicos para a constituição da população na perspectiva do poder bio-político. **A sexualidade se inscreve exatamente no entrecruzamento do corpo com a Nação que se quer forjar** (FLORES, 2001, p. 78, grifo nosso).

Ainda de acordo com Flores (2001), essa ciência por trás da sexualidade teve como objetivo diferenciar homens e mulheres, organizando-os em uma hierarquia de gênero. Além disso, teve um papel fundamental na significação da existência dos sujeitos, da definição do eu e das identidades de gênero (feminino ou masculino).

Ao sugerir que o conceito de biopolítica proposto por Foucault seria passível de revisão, Agamben (2007), no livro *Homo Sacer*, argumenta que a inclusão-exclusão da vida dos sujeitos faz parte e fundamenta a política no ocidente desde os gregos. Para esse autor, a figura do *Homo Sacer* está relacionada a uma vida definida pela sua matabilidade. Martins (2016) assim sintetiza esse conceito:

[...] o *homo sacer* (homem sacro) seria aquele que, tendo cometido um crime, não poderia ser sacrificado segundo os ritos da punição e, no caso de ser morto, o seu executante não seria punido; esse ser é paradoxal porque cometeu um crime além de qualquer punição, é indesejado pelos deuses e pelos homens, está fora da “jurisdição” de ambos, é “insacrificável”, mas “matável” (MARTINS, 2016, p. 196).

Além disso, Agamben se utiliza de outros elementos para sustentar o conceito de *Homo Sacer*, como é o caso da “vida nua”. “O conceito de **vida nua** não se refere a uma hipotética condição originária de vida do homem (vida com o sentido de *zoé* = vida comum = animal), mas à vida politizada do homem (vida com o sentido de *bíos*), alterada por determinadas condições sociopolíticas” (MARTINS, 2016, p. 197). Esse pensamento, no entanto, é contestado por Berenice Bento, que, ao tentar interpretar a realidade

brasileira, refere que “[...] nem todas as vidas são nuas. Algumas nascem para viver, outras se tornam vidas matáveis pelo Estado” (2018).

Seguindo essa mesma direção, Butturi Junior (2019) pondera que a topologia de práticas, saberes e relações de poder, sobretudo aqueles que são sustentados pelo discurso, definem quais vidas se pode matar e quais devem ser preservadas, criando um paralelo entre vidas mais ou menos dignas de serem vividas. “É nesse espaço em que a linguagem (de uma perspectiva discursiva) e o mundo (de uma perspectiva genealógica) se encontram, se evocam e conjuram um ao outro que um dispositivo pode surgir, como rede de captura e **produção de sujeitos**” (BUTTURI JUNIOR, 2019, p. 21, **grifo nosso**).

A questão do dispositivo observada pelo autor é fundamental para compreender as condições de emergência de determinada problematização, como no caso do dispositivo da sexualidade e sua relação com a biopolítica.

[...] tomemos o dispositivo da sexualidade e sua relação com a biopolítica: a sexualidade, segundo Foucault (2009a), funcionou como um quadro geral para o desenvolvimento da biopolítica, porque ao mesmo tempo em que se voltou para as disciplinas individuais e para o corpo dos sujeitos, **tornou possível engendrar estratégias gerais relativas ao corpo social – sobretudo ao produzir a possibilidade de um cuidado político com a vida da população**. Note-se, ainda, que é no interior de uma discussão sobre a biopolítica que o próprio conceito de dispositivo aparece (BUTTURI JUNIOR, 2019, p. 16, **grifo nosso**).

O dispositivo da sexualidade relacionado à biopolítica pode ser observado também pelo viés do sistema econômico. Ao examinar os processos de expansão global e a vida moderna, Bauman (2005) defende que houve uma grande e crescente quantidade de seres humanos que foram destituídos de formas de sobrevivência. Segundo o autor, a divisa dessa problemática não está na diferença entre aqueles que são considerados “úteis ou refugio”, mas, na diferença entre o que é admitido ou rejeitado, entre os incluídos e os excluídos. Aqui cabe novamente referenciar Bento (2018), que propõe a ideia de que, para existir governabilidade¹¹, é necessário produzir – ininterruptamente – zonas de morte.

Se, conforme Bento (2018), o Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade, não é forçoso afirmar que essa

¹¹ A partir dos seus estudos sobre necrobiopoder. Ver em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>

“humanidade” é estabelecida – também - na identidade dos indivíduos, especialmente a partir daquilo que foi construído pelo dispositivo da sexualidade. A autora não atribui ao Estado a responsabilidade exclusiva por esses processos, isso porque, conforme pontua, “os aparelhos repressivos do Estado e as esferas difusas da vida civil têm múltiplas conexões e disjunções”. Esse raciocínio se associa naquilo que Mbembe (2018) considerou fazer parte de um imaginário de soberania, especialmente no que se refere à “percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança” (MBEMBE, 2018, p. 19), este elemento, aliás, seria característico da modernidade para o autor.

Assim, ao fazer uma leitura sobre o cenário brasileiro, Bento (2018) aponta para alguns dos “corpos excluídos, ou, rejeitados”, a saber: “O desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de ‘correia de transmissão’ de uma Europa também imaginada: **branca, racional, cristã, heterossexual**” (BENTO, 2018, grifo nosso). Por fim, ao questionar o motivo pelo qual a sociedade civil não consegue se desvencilhar dessas técnicas utilizadas pelo Estado, a autora considera como melhor resposta a utilização do medo, de maneira que muitas vezes ele é potencializado e transformado em pânico, atuando como uma retórica estruturante do Estado.

Como veremos nos próximos capítulos, os conceitos aqui expostos são significativos nesta pesquisa e contribuem para demais fundamentações teóricas, sobretudo por tratar de um processo eleitoral, isso é, estar diretamente ligado a questões de governamentalidade estatal. Além disso, ganha robustez a suspeita de que a sexualidade dos indivíduos foi uma pauta central no discurso de campanha de Jair Bolsonaro para promover pânico moral.

2 UM NOVO FENÔMENO: A PÓS-VERDADE

A Universidade de Oxford, por meio do seu departamento editorial Oxford University Press (OUP), é responsável pela publicação de um dicionário que, inegavelmente, é um dos mais influentes da língua inglesa. Foi justamente o Oxford Dictionary que, ao final do ano de 2016, elencou a expressão *post-truth* – pós-verdade – como a palavra no ano¹² (sondagem para destacar um termo).

A escolha não é aleatória. O levantamento da expressão pós-verdade está diretamente atrelado a determinados fenômenos que surpreenderam a opinião pública, entre eles dois eventos de grande repercussão: a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a vitória do então candidato Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos; ambos marcam a ascensão mundial do movimento conservador de direita, como veremos. Assim, de forma sucinta, especialmente no que tange aos debates políticos, o significado de pós-verdade remete a fatos objetivos que têm influência menor na formação da opinião pública do que apelos baseados em crenças pessoais e/ou nas emoções.

Um levantamento realizado por Jaime Hancock¹³, correspondente do jornal El País, permite a compreensão sobre a difusão do termo pós-verdade.

O Oxford cita um artigo do *Independent*, publicado antes das eleições americanas, que afirma que, depois das eleições, passamos a viver na sociedade da pós-verdade: “A verdade desvalorizou-se tanto que passou de ideal ao debate político a uma moeda sem valor”. Outro texto, do *The Economist*, com o título “A arte da mentira”, diz que “Trump é o principal expoente da política da pós-verdade, que se baseia em frases que ‘passam a sensação de serem verdadeiras’, mas que não têm nenhuma base real”. (HANCOCK, 2016, on-line)

Não apenas os Estados Unidos elegeram um chefe de estado polêmico e extremista. Em 2018, dois anos após a eleição norte-americana, o Brasil repete o feito. Inserido há 27 anos na Câmara dos Deputados, nenhum projeto de notoriedade voltado às políticas públicas de uma sociedade democrática de direito foi desenvolvido pelo

¹² **Word of the year 2016 is...** In: Oxford Dictionaries, 2016. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 28 março 2019.

¹³ HANCOCK, J.R. **Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, ‘pós-verdade’, a Trump e Brexit, 2016.** In: El País, Internacional, nov 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html>. Acesso em: 29 março 2019.

ultradireitista Jair Messias Bolsonaro.¹⁴ Sua ascensão e popularidade caminham ao lado de discursos homofóbicos, racistas, intolerantes e de ódio, passíveis, inclusive, de condenação judicial.¹⁵ Bolsonaro não empreende nenhuma responsabilidade ou comprometimento com a veracidade¹⁶ dos fatos em suas manifestações.

No intento de compreender a pós-verdade, o psicanalista e professor da USP Christian Dunker (2017), argumenta que a tentativa (de entender) parece ser uma repetição do que ocorreu nos anos 1990 acerca da natureza do pós-modernismo, contudo, para o autor, a pós-verdade não pode ser tratada como um aprofundamento do programa cultural e político do pós-modernismo, pelo contrário, parece ser uma reação negativa a este. “Como se o politicamente correto, o relativismo cultural e a mistura estética tivessem gerado uma espécie de reação nos termos de uma demanda real, de um retorno de valores orgânicos e suas pequenas comunidades de consenso” (DUNKER, 2017, p. 12).

Para Dunker (2017), o nascimento da pós-verdade aconteceu em setembro de 2001, diante do ataque às torres gêmeas em Nova Iorque, momento em que houve uma suspensão abrupta na marcha de variações de temas como a desconstrução (pela teoria de Jacques Derrida), das variações relativistas da filosofia da linguagem e do multiculturalismo da teoria literária. O autor sugere que naquele momento “[...] a flutuação benévola da verdade passou a ser tolerada na pauta dos costumes, e sua separação com relação as políticas de Estado e às determinações econômicas foi resolvida ‘na prática’ e de forma seletiva” (p. 17). A partir disso, observa-se que a tolerância religiosa, por exemplo, transformou-se em perseguição contra muçulmanos. Outros eventos também teriam sido marcantes para que em 2016 houvesse o batismo da pós-verdade.

Em 2011 a verdade das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque mostrou-se uma ficção. O fato de que presidentes e agências de Estado pratiquem mentiras técnicas como essa, retóricas (como a “guerra cirúrgica), jurídicas (como a corrupção dentro da lei), apenas replica a maquiagem de balanços (que estava por trás das bolhas imobiliárias de 2008) e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral” (DUNKER, 2017, p.17)

¹⁴ **Vida e ascensão do capitão Bolsonaro.** In: El País, Eleições 2018, jan 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html>. Acesso em: 28 março 2019.

¹⁵ GUERRA, R. **Bolsonaro perde recurso e é condenado a pagar R\$ 150 mil a fundo de defesa LGBT.** In: O Globo, Brasil, nov 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-perde-recurso-e-condenado-pagar-150-mil-fundo-de-defesa-lgbt-22045884>>. Acesso em: 30 março 2019.

¹⁶ **Bolsonaro dispara dados falsos sobre economia, saúde e educação.** In: Exame, Brasil, mai 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-dispara-dados-falsos-sobre-economia-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 30 março 2019.

O batismo da pós-verdade surge junto com a ascensão de uma nova face conservadora ao mundo. Dunker (2017) defende que esse fenômeno contemporâneo retoma diversas características pré-modernos da verdade. Isso é, “uma verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito” (p. 18). Diante desse cenário, o debate público fica carregado de irracionalidade, e temas como criacionismo *versus* darwinismo, negação do aquecimento global, suspeita de que vacinas induzem ao autismo, entre outras teorias conspiratórias ganham notoriedade, especialmente nas redes sociais. Assim, se a pós-modernidade trouxe um debate relevante sobre como entender a modernidade e o sujeito moderno, Dunker (2017) acredita que “[...] a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta” (p. 13).

Seguindo esse norte, a antropóloga Leticia Cesarino (2019) chama atenção para outro ponto. Segundo ela, a pós-verdade está a promover uma forte mudança na forma de mediação que organiza a produção do conhecimento na sociedade contemporânea.

Se, nos termos de Latour e Woolgar (1997), o que entendemos no ocidente por realidade (ou verdade) é o “conjunto dos enunciados considerados caros demais para serem modificados” (p. 278), a pós-verdade é uma condição epistêmica onde *qualquer enunciado pode ser potencialmente contestado por qualquer um, a um custo muito baixo* – ou seja, onde não há mais controle, no sentido exposto acima (CESARINO, no prelo, *grifos da autora*).

Essa condição, segundo a autora, reverbera no enfraquecimento do “método científico e da estatística, e sua substituição pela legitimidade epistemológica da experiência imediata e pessoal, dos sentidos, dos afetos e intuições” (CESARINO, no prelo). Contudo, o alerta da autora é de que não se deve afirmar que a pós-verdade nos conduz para uma era de desorganização total, mas sim a uma transição de modelo mediacional. Em acordo com essa argumentação, a professora Maria do Rosário Gregolin¹⁷ considera que a pós-verdade ignora a “verdade demonstrativa”, isso é, desconsidera fatos, dados e estatísticas, ao passo que se utiliza da “verdade acontecimento”, que está baseada na noção grega de “Páthos”, isso é, consiste na emoção, como a raiva, ódio, medo, amor, etc.).

¹⁷ GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso, sujeito e pós-verdade nas mídias contemporâneas*. 2020. Publicado por: Canal do PPGEL. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=_uq95RFpqrU](https://www.youtube.com/watch?v=_uq95RFpqrU)>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Diante do exposto, para prosseguir, devemos mencionar que a pós-verdade abarca em um guarda-chuva semântico outros conceitos que também se tornaram populares nos últimos anos, como por exemplo: fake-news e verdades alternativas. A partir dessa conjuntura, é importante lembrar – sem ingenuidade – que, na política, a mentira ou a meia-verdade são, historicamente, recursos manejados com desenvoltura, “mas agora, a resposta ao *status quo* político e econômico introduziu elementos sentimentais, emotivos, em suas falsas mensagens, enriquecendo-as de uma força arrasadora” (ZARZALEJOS, 2017, p. 12). De maneira incisiva (GUARESCHI; AMON; GUERRA, 2017) sentenciam que “a era da pós-verdade é a era da banalização da mentira” (p. 133).

Seguindo essa mesma direção, Gooch (2017) ressalta que a banalização da mentira não é algo novo no século XXI, contudo, considera que o descontentamento político e a desilusão com a globalização fazem parte das raízes mais profundas da pós-verdade na sociedade da informação. Nessa mesma sociedade, novas formas de relacionamento com a opinião pública surgem e tornam-se robustas em meios de comunicação alternativos. Com isso, Llorente (2017) lembra-nos de como as formas tradicionais de jornalismo perderam peso frente aos novos canais de comunicação (entre os principais: WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter), e como um tweet pode mobilizar massas e causar resultados impensáveis há alguns anos.

O autor considera que “a divulgação de falsas notícias conduz a uma banalização da mentira e, deste modo, à relativização da verdade. O valor ou a credibilidade dos meios de comunicação se veem reduzidos diante das opiniões pessoais” (LLORENTE, 2017, p. 09). Segundo ele, seriam justamente as crenças pessoais (no contexto da democratização das redes sociais) que, por vezes, são incontestáveis para muitos indivíduos, que estabeleceram alguns pressupostos compartilhados pela sociedade, de tal maneira que resultou na desordem da opinião pública. Contudo, para além disso, conforme manifesta Palma (2017), uma percepção diferente da realidade não pode ser comparada com o cenário que está posto atualmente, em que os mais altos níveis do governo de um país mentem deliberada e intencionalmente, como estratégia de comunicação.

Um exemplo de como a disseminação de pós-verdades se tornou algo institucionalizado e perverso no campo político é o escândalo que envolveu a empresa de dados Cambridge Analytica.¹⁸ Ela foi acusada de obter irregularmente dados pessoais dos

¹⁸ A empresa de dados Cambridge Analytica, a consultoria que desempenhou um papel central no escândalo do vazamento maciço e uso não autorizado de dados pessoais do Facebook. **Cambridge Analytica**,

usuários do Facebook e vazaram as informações para a campanha eleitoral do então candidato Donald Trump. Os dados vazados traziam informações sobre testes de personalidade dos cidadãos americanos, e, a partir disso, um mecanismo que envolvia produção de *fake news* (sensíveis a determinados traços comportamentais dos eleitores) era utilizado para oferecer propaganda política no feed dos usuários do Facebook.

Dada tal circunstância, em que “os meios de comunicação tradicionais perderam crédito para a maior parte da população, que substituiu a confiança antes depositada nestes meios por uma fé, quase infinita, na informação que chega por meio das redes sociais” (PREGO, 2017, p. 20), concomitante a uma explosão de informações geradas e reproduzidas na internet, cria-se sinais de alerta para o fato de não haver nenhuma instância que estabeleça filtros ou que regule a questão atualmente. Nesse sentido, Prego aponta, enfaticamente, para a séria ameaça que isso gera para os sistemas democráticos. Diante disto, é importante destacar que alguns personagens que observam o fenômeno da pós-verdade apontam para os *fact-checking*¹⁹ como um antídoto importante na luta contra a banalização da mentira e/ou relativização da verdade.

Se de um lado a expressão pós-verdade ganhou notoriedade e espaço dentro do debate público, sendo analisado nos diferentes espaços de construção de saberes, por outro, existem aqueles que se posicionam de forma crítica ao conceito e o reduzem à própria mentira. Para Berckemeyer (2017), por exemplo, o fenômeno da pós-verdade é uma moda que reelabora algo que já existe.

[...] Um desses termos que os especialistas desta ou daquela área do conhecimento humano inventam para fazer soar mais esotérica sua descoberta e, por consequência, mais exclusivo de seu conhecimento. “Há espíritos que enturvam suas águas para que pareçam mais profundas”, dizia Nietzsche (BERCKEMEYER, 2017, p. 26).

Seguindo essa mesma linha, Medrán (2017) afirma que, ainda que a mentira se vista de pós-verdade, continua a ser mentira. Ele observa que, hoje, a pós-verdade desempenha o papel que outrora pertenceu à publicidade.

O que hoje chamamos de pós-verdade, em outras décadas chamávamos de propaganda. A criação de realidades alternativas sob os comandos do controle

empresa pivô no escândalo do Facebook, é fechada. In: El País, Londres, mai 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/02/internacional/1525285885_691249.html>. Acesso em: 07 abril 2020.

¹⁹ Este tema será retomado no item 2.4

dos meios de comunicação. Realidades alternativas que não se baseiam em fatos, mas em emoções. Realidades alternativas que se baseiam na percepção, não em dados (MEDRÁN, 2017, p. 33).

Contudo, essa argumentação é rechaçada por Guareschi, Amon e Guerra (2017). Segundo os autores, utilizar o termo pós-verdade como um eufemismo para a mentira retira dele a relevância em ser estudado como um fenômeno diferenciado. Além disso, observam que esse fenômeno possui particularidades que merecem atenção, na medida em que podem estar sinalizando a materialização de uma nova era. Dunker (2017) afirma que a pós-verdade é, antes de tudo, uma verdade contextual. Com isso, para não incorrer no deslize do extremismo e para não reduzir a expressão a mentira, valemo-nos da definição proposta por Zarzalejos (2017), segundo quem, pode-se afirmar, objetivamente, que a pós-verdade não é sinônimo da mentira, ela consiste na relativização da verdade e na banalização dos dados, de maneira que haja uma supremacia no discurso emocional.

Aqui, cabe também a concepção de Matthew D’Ancona (2018), que argumenta que a mentira, a manipulação e a falsidade não são sinônimos da pós-verdade. Além disso, D’Ancona compreende que não há novidade em haver desonestidade por parte de políticos, o novo seria a resposta do público a isso. “A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias (...). Não esperamos mais que nossos políticos falem a verdade: isso, por enquanto, foi eliminado do perfil do cargo” (D’ANCONA, 2018, p. 34-35).

A verdade, aliás, é objeto de estudo desde os primeiros filósofos e responsável por uma enorme dimensão problemática. Platão e Aristóteles, por exemplo, já debatiam o tema olhando para a natureza das coisas externas. Contudo, a noção de verdade nunca foi um conceito definido, concluso ou que se chegou perto de uma unanimidade sobre o seu entendimento, do contrário, no decorrer na história, houve diferentes percepções, ao passo que foi e continua sendo assimilada de diversas maneiras. Os filósofos mencionados, por exemplo, consideravam que “a distinção entre verdadeiro e falso se aplica ao pensamento e sua expressão linguística na medida em que elas visam estabelecer determinada relação com a realidade, que pode ou não corresponder como as coisas, ou fatos, se dão na realidade” (MACONDES, 2014, p. 12).

Nessa dicotomia verdade x mentira, cabe ponderar, também, sobre a própria mentira. Segundo Keyes, “alguns biólogos acreditam que a capacidade de falar e a capacidade de mentir se desenvolveram de mãos dadas” (2018, p. 27). A explicação apresentada seria o aprimoramento de habilidades em prol da sobrevivência (enganar para

caçar presas e escapar de predadores, por exemplo). Posto dessa forma, faz sentido a afirmação de Keyes sobre Darwin – evolucionista – acreditar que a honestidade era uma virtude a ser aprendida, não sendo condição inata ao indivíduo.

O dicionário brasileiro Michaelis traz como definição da palavra mentira²⁰, para além do verbo, diversas descrições, entre elas: “afirmação que se opõe à verdade; informação enganosa; aquilo que dá falsa ideia; o que ilude e opinião sem fundamento” (MICHAELIS, 2020). Tais definições, por si só, expressam vagamente certa reprovação moral. Essa reprovação se confirma no contexto sócio-histórico de diferentes maneiras. Para ilustrar, utilizaremos o exemplo da psicóloga Harriet Lerner, que escreveu o livro *A dança da decepção*. Segundo Keyes, a autora questionou algumas amigas sobre quais mentiras elas haviam dito recentemente, e não recebeu nenhuma resposta. Para obter um retorno, bastou retirar a palavra mentira e pedir para que essas mesmas amigas lhe indicassem alguma situação em que houvessem praticado algum “fingimento”. “Uma admissão direta de mentir (‘eu menti’) é rara ou inexistente. Aqueles dispostos a fazer uma declaração tão ousada lançam dúvida sobre qualquer coisa que tenham dito no passado e qualquer coisa que dirão no futuro” (KEYES, 2018, p. 21).

Assim, se de um lado existe uma reprovação moral para com a mentira, por outro, os enganadores não se veem impedidos de manipular a verdade, e buscam amparo e/ou refúgio em eufemismos, como é o caso das “verdades alternativas”.

Quando *Trump: The art of the Deal* [*Trump: a arte da negociação*] foi publicado, Donald Trump declarou que 200 mil cópias haviam sido impressas, que o *The Today Show* planejou entrevistá-lo cinco vezes, e que a edição da revista *New York* com um trecho do seu livro foi a mais vendida de todos os tempos. Na verdade, 150.000 cópias de *Trump* foram impressas, *Today* o entrevistou duas vezes, e os números de vendas da *New York* não estavam disponíveis no momento em que ele fez suas declarações. Em seu livro, Trump chamou esse tipo de fanfarronice de “hipérbole verdadeira”. [...] Um repórter da *Fortune*, que desmascarou essas declarações, e muitas outras, concluiu que a jactância de Trump era, na melhor das hipóteses, “**vagamente baseada na verdade**” (KEYES, 2018, p. 22, grifo nosso).

O tema da pós-verdade é tratado firmemente por Keyes como um produto da **desonestidade** dos indivíduos, sustentando que a pós-verdade faz parte de um declínio ético, que nos permite dissimulações sem que nos consideremos antiéticos. Embora em suas pesquisas o autor encontre indícios de que a mentira seja uma ação que se

²⁰ Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mentira>>. Acesso em: 10 abril 2020.

desenvolveu juntamente da própria espécie, ele não considera que o fenômeno (da pós-verdade) esteja ligado a uma maior propensão a contar mentiras, mas sim trata-o como uma conduta antiga que está sendo facilitada de novas maneiras. “Se mentimos mais – e acredito que o façamos – é porque o contexto da vida contemporânea não faz o suficiente para penalizar a desonestidade” (KEYES, 2018, p. 24).

A crescente desonestidade tem menos a ver com uma ética em declínio do que com um contexto social que não enfatiza suficientemente a veracidade. Nunca houve escassez de pessoas inescrupulosas. **Onde houver quem pense poder mentir impunemente, haverá mentirosos. A questão é: Quais circunstâncias fomentam contar mentiras impunemente?** (KEYES, 2018, p. 24 - grifo nosso).

Marcondes (2014), de maneira alegórica, utiliza-se do quadro de Sandro Botticelli “A calúnia de Apeles”²¹ para retratar a verdade e a mentira. A partir dessa retratação, no que tange à perspectiva moral, “a verdade é entendida como honestidade, sinceridade, autenticidade, transparência. Pessoas honestas e sinceras são aquelas que dizem a verdade” (MARCONDES, 2014, p. 13). Existe, contudo, um olhar sobre a perspectiva epistemológica, e essa aponta para uma relação ao conhecimento da realidade, “O conceito de verdade está assim diretamente ligado ao de conhecimento científico desde a definição clássica discutida ao longo do diálogo de Platão chamado Teeteto: Conhecimento é crença verdadeira justificada” (MARCONDES, 2014, p. 13).

Não há como negar que, em partes, a complexidade da temática (verdade e mentira) perpassa por juízos de valor (esse assunto será retomado adiante). “Maomé disse que seus seguidores deviam sempre ser verdadeiros, exceto quando uma mentira fosse necessária para preservar a harmonia doméstica, salvar a própria vida ou manter a paz” (KEYES, 2018, p. 35). Cabe notar, a partir disso, que esses “juízos de valor” concedidos aos indivíduos engendram determinadas relativizações. Platão, por exemplo, que refutou a mentira baseado em princípios gerais, considerou necessário, em alguma medida, que “nobres mentiras” fossem disseminadas para que as massas aceitassem seu lugar, de

²¹ “A verdade é apresentada como uma mulher nua, de longos cabelos soltos, com o braço esquerdo erguido para o alto, num gesto que aponta para uma realidade mais elevada. A nudez, como frequentemente na arte renascentista, simboliza a pureza. Além disso, juntamente com a juventude da mulher, simboliza também a inocência. A nudez mostra, revela e, portanto, significa transparência; também inocência, no sentido de que não há nada a esconder. [...] No quadro de Botticelli, a Verdade contrasta com a Calúnia, representada como uma mulher velha e feia, com pesadas vestes escuras, que a encobrem e que se curva perante a jovem, observando-a com o olhar raivoso e apontando para o chão, a realidade inferior e mesquinha dos que mentem” (MARCONDES, 2014, p. 9 e 11).

maneira a não perturbar a harmonia social. Essa trama começa a ganhar novas perspectivas a partir do século XVII, com o fortalecimento do saber científico:

O surgimento concomitante da ciência durante o iluminismo colocou nova ênfase na veracidade. A investigação científica dependia de uma ética de testemunho preciso. Assim como o emergente estado de direito. Esta ética também contribuiu para o surgimento do capitalismo, com sua necessidade de dados confiáveis e confiança pessoal. [...] O Estado de direito só poderia ser estabelecido entre aqueles cuja honestidade básica pudesse ser considerada. Foi por isso que Kant sentiu tão fortemente que os membros de uma sociedade saudável não podiam escolher quais verdades dizer (KEYES, 2018, p. 38).

As três maiores correntes que desenvolvem o conceito de verdade, seriam, de acordo com Marcondes (2014): a) a verdade como correspondência; b) a verdade como coerência; c) a verdade como consenso²². Segundo o autor, b e c estão muito próximas na medida em que a noção de coerência se aplica ao sistema e conjunto de crenças que o constitui; já o consenso se aplica ao período histórico e cultural em que se mantém essas crenças. Assim, ambos os tipos de “verdade” dizem respeito a um determinado conjunto de indivíduos e contexto social que determinada época aceita ou adota.

A verdade como correspondência pode ser compreendida como aquela que se aproxima do saber científico, pois, nela, a verdade torna-se uma adequação do intelecto e do real. Tem, “portanto, um pressuposto realista, quer dizer, um ponto de partida segundo o qual se afirma existir uma realidade predeterminada e independente do pensamento, podendo essa realidade ser descrita pelo pensamento humano e pela linguagem que o expressa” (MARCONDES, 2014, p. 18). É importante lembrar, como pontua Keyes (2018), que o surgimento da ciência no período iluminista traz novas roupagens para o conceito de verdade. A partir desse ponto, a investigação científica está diretamente relacionada com a ética de um testemunho preciso.

²² **a)** “Segundo essa concepção, a verdade é resultado da adequação entre o pensamento humano, ou entre a linguagem que expressa esse pensamento e a realidade que esse pensamento, ou essa linguagem (dois sentidos de lógos), pretende descrever. Quando a relação descreve fatos tais como são, temos então um pensamento ou uma sentença verdadeira.” **b)** “Segundo a teoria da verdade como coerência, o critério de verdade de uma sentença que expressa uma crença é sua coerência com um conjunto de crenças de que ela faz parte. Isso equivale a dizer que a verdade se dá sempre no interior de um sistema, e considerar verdadeira uma crença envolve remetê-la a outras crenças que ela pressupõe, em relação às quais ela pode ser interpretada como verdadeira. A verdade é uma relação interna a um sistema de crenças” **c)** “As teorias consensualistas da verdade se aproximam em muitos aspectos das teorias coerentistas. Enquanto a noção de coerência se aplica ao sistema e ao conjunto de crenças que o constitui, a noção de consenso se aplica ao período histórico e cultural em que se mantém essas crenças, ou seja, diz respeito ao conjunto de indivíduos que no contexto da sociedade de determinada época as aceita ou adota” (MARCONDES, 2014, p. 18, 22, 26).

Nietzsche, sem dúvidas, foi um dos maiores críticos do iluminismo e problematizador da verdade. Ele lançava suspeitas sobre como as teorias do conhecimento, vestidas de neutralidade, buscavam legitimar determinados valores como se fossem superiores a outros.

Esse modo de julgar constitui o preconceito típico pelo qual os metafísicos de todos os tempos se deixam reconhecer; esse tipo de valoração se encontra por trás de todos os seus procedimentos lógicos: dessa sua “crença” se esforçam por extrair seu “saber”, por algo que no final será solenemente batizado de ‘a verdade’ (NIETZSCHE, 2017, p. 22).

Ao afirmar que todo pensamento parte de um olhar específico e parcial, a verdade, na visão de Nietzsche, é uma criação, e por isso um erro. Apesar disso, o doutor em filosofia Gustavo Camargo pondera que é necessária a existência de verdades, ainda que sejam um “erro”. “É impossível viver sem representações valorativas e lógicas, nesse sentido, a vontade de verdade, isso é, a busca e valorização da verdade acima da ilusão seria uma forma de autopreservação e possuiria uma função reguladora” (CAMARGO, 2008, p. 103).

Assim, a relativização generalizada, sendo ela mesma desconstrutiva, ameaça a própria vida em sociedade, aquilo que, na visão de Keyes (2018), passa por uma “economia de crédito”, mas em sentido muito mais amplo que o estritamente econômico. D’Ancona (2018) sugere, nessa mesma linha, que a confiança é a base de coexistência para que qualquer relacionamento humano funcione com sucesso, seja um casamento ou uma sociedade complexa.

2.1 UM PRODUTO DA PÓS-VERDADE: *FAKE NEWS*

Os caminhos que levam ao estabelecimento do cenário que hoje nomeamos de “pós-verdade” são muitos e podem ser analisados nas diferentes áreas do conhecimento, sob inúmeras abordagens. D’Ancona (2018) faz menções gerais sobre alguns fatos que teriam contribuído para o esgotamento da confiança, como por exemplo: a crise financeira de 2008, que colapsou a economia mundial; escândalos políticos e de figuras públicas, ou mesmo dos veículos de comunicação, antes detentores de alta credibilidade.

Segundo sua análise, a fragilidade institucional tornou-se perturbadora, e, “a pós-verdade floresceu nesse contexto, quando os *firewalls* e os anticorpos (mistura de

metáforas, se enfraqueceram), quando os supostos fiadores da honestidade vacilaram” (D’ANCONA, 2018, p. 45). Dentro desse contexto, no Brasil, houve uma profunda desmoralização das elites políticas e do sistema partidário vigente, sobretudo a partir das investigações da Lava Jato.

No livro *Modernidade Líquida*, o sociólogo Zygmunt Bauman (2001) volta ao século XX para refletir sobre a fragilidade dos laços entre as instituições e as pessoas. O autor aponta para a Revolução Industrial como um momento de ruptura, a partir do qual a modernidade sólida, que era caracterizada pela rigidez das relações humanas e sociais, bem como da ciência e do pensamento, vai se modificando, sendo sobreposta por questões econômicas. Contudo, não é objeto deste estudo esmiuçar ou teorizar sobre os processos que contribuíram para este panorama. Neste capítulo, é abordado um resultado prático da pós-verdade na sociedade, sobretudo no espectro político.

Como já mencionado anteriormente, fenômenos que surpreenderam a opinião pública como a vitória de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos e a saída do Reino Unido da União Europeia foram os responsáveis para o batismo da palavra pós-verdade. Em 2018, os brasileiros votaram a favor do então candidato Jair Bolsonaro, figura esta que não deixa de performar dentro da perspectiva da pós-verdade, com pronunciamentos permeados por dados distorcidos e pouco compromisso com a fidedignidade dos fatos. Contudo, o que chama atenção é a avalanche de *fake news* que foram disseminadas nas redes sociais durante a campanha eleitoral de Bolsonaro.

Primeiramente, convém ponderar que “O conceito de ‘notícias falsas’ é bastante disputado e não há, na literatura acadêmica ou no discurso jornalístico, uma definição que seja amplamente aceita” (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018, p. 72). Para esses autores, o debate entre a relevância analítica do termo encontra controvérsias em pelo menos dois pontos, a saber:

i) se o conceito deve se referir apenas a conteúdo noticioso comprovadamente falso ou se deve se referir também a outras técnicas de desinformação e engano, como os exageros, as omissões, as informações tiradas de contexto e as especulações; ii) se o conceito deve incluir apenas o conteúdo falso produzido intencionalmente ou se compreende também qualquer tipo de equívoco factual verificável, mesmo que não seja intencional, como um simples erro de apuração (idem, 2018, p. 73).

Apesar disso, no intento de compreender esse fenômeno, valemo-nos da explicação de Bucci (2019) sobre as notícias falsas. O autor entende haver uma

falsificação da sua condição ao apresentar-se como enunciados como se fossem produzidos por uma redação profissional. “As *fake news* simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e os cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto, mas são outra coisa. Eles se fazem passar por jornalismo sem ser jornalismo” (BUCCI, 2019, p. 38). Ele ainda justifica que as notícias que são apuradas, editadas e veiculadas por redações profissionais não estão imunes a informações equivocadas, contudo, órgãos de imprensa possuem registros legais e podem ser acionados caso faltem com a verdade; no caso das *fake news*, a origem é desconhecida, não é possível identificar o autor, nem reclamar sobre o conteúdo.

Gomes e Dourado (2019) observam que as *fake news* são **essencialmente digitais**, fator que deve ser considerado na medida em que esse espaço (das mídias sociais) inclui identidades e afetos. Outro fator importante está na própria expressão *fake news*, que carrega a consigo a noção de *news* (notícia) e, por esse motivo, argumentam que não se trata de qualquer narrativa factual, mas de relatos jornalísticos. “Com isso, se implica, aqui, a autoridade e a credibilidade da instituição do jornalismo e dos seus processos de produção de relatos autorizados e dotados de credibilidade sobre os fatos da realidade” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 36). Os pesquisadores também observam uma consistente correlação entre a produção e a difusão de *fake news* e a acentuada curva para cima do movimento conservador de direita.

Ainda, segundo esses autores, a chave para entender essa correlação, do movimento conservador e *fake news*, está no tema da “crise epistêmica”, intencionalmente produzida pela direita em seu próprio benefício; “consiste em desqualificar todas as instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito sobre fatos, a saber, a ciência, a universidade e o jornalismo” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 37). Assim, a expressão *fake news* é utilizada de formas distintas.

Esta é a razão pela qual a expressão “*fake news*” se tornou reversível: quando um liberal a usa, refere-se a notícias sobre fatos inventados ou reportagens que alteram os fatos segundo as conveniências políticas de quem as cria; quando a empregá-la está um conservador de direita, como Trump ou Bolsonaro, a referência é ao jornalismo em geral, considerado, por eles, uma instituição já comprometida, quer dizer, já invadida e controlada pelos liberais e pela esquerda. E o mesmo se estenderia ao que dizem os intelectuais, os professores e os cientistas, tudo fake segundo a premissa persecutória da nova direita. As *fake news*, nesta perspectiva, são apenas mais um caso de contrafação de relatos factuais, que igualmente seriam feitos por intelectuais, professores e cientistas (GOMES; DOURADO, 2019, p. 37).

Outro conceito importante sobre as *fake news* é o de que, conforme um estudo empírico realizado por Gomes e Dourado (2019), é possível verificar que há mais histórias falsas em circulação do que histórias falsas camufladas no formato de reportagens, “[...] isso não muda o fato, contudo, de que praticamente todas as histórias falsas em circulação pretendam-se, explícita ou implicitamente, relatos factuais autênticos sobre fatos correntes no mundo” (p. 36).

Em contrapartida, alguns autores consideram problemática a utilização da expressão *fake news*, como é o caso dos pesquisadores Claire Wardle e Hossein Derakhshan. No estudo denominado *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*²³, os autores argumentam que “é uma expressão lamentavelmente inadequada para descrever os complexos fenômenos da ‘poluição’ da informação. O termo também começou a ser apropriado por políticos de todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura eles acham desagradável”²⁴ (WARDLE; DERAKHASHAN, 2017, p.). Em razão disso, alegam ainda que a utilização dessa expressão se torna um mecanismo pelo qual os poderosos tentam reprimir, restringir, minar e contornar a liberdade de imprensa. Seguindo essa linha, o doutor em comunicação Carlos Franciscato também refuta a utilização da expressão.

Parece-me que quem usa o termo “notícia falsa” quer se referir a uma “mentira contada na forma de notícia”. Ou seja, extrai-se artificialmente da notícia seu formato e produz-se um texto que se mascara com alguns princípios do jornalismo. Tudo isso para enganar, ludibriar, divertir, destruir – levar a um falso entendimento do mundo com fins estratégicos. Tudo isso sendo o contrário do que o jornalismo se propõe a ser. “Mentira em forma de notícia” talvez fosse um nome mais sincero para essa nova aberração nos espaços públicos midiáticos. (FRANCISCATO, 2017, on-line).

Por essas razões, Wardle e Derakhshan (2017) sugerem a utilização do termo *Dis-information* – desinformação – para abordar a ação de informações falsas serem conscientemente compartilhadas para causar danos. Os autores ainda apontam para a necessidade de compreender as maneiras mais eficazes para despertar curiosidade e/ou

²³ Disponível nas referências.

²⁴ In this report, we refrain from using the term ‘fake news’, for two reasons. First, it is woefully inadequate to describe the complex phenomena of information pollution. The term has also begun to be appropriated by politicians around the world to describe news organisations whose coverage they find disagreeable.

ceticismo do público, de modo que seja possível assimilar as informações que se consomem e as fontes provedoras.

Algo que pode ser relacionado a essa questão já era tratado por Marshall McLuhan (2005), que defendia que todas as tecnologias devem ser encaradas como extensões humanas. Nesse sentido, o advento das *fake news* requer aprofundamento no campo teórico em diferentes áreas da ciência, pois, indubitavelmente, trata-se de um fenômeno complexo que circunda, para além da tecnologia, o próprio sujeito e o meio em que está inserido.

2.2 FATORES FUNDAMENTAIS QUE FAVORECEM A DISSEMINAÇÃO DAS *FAKE NEWS*

Para compreender as engrenagens que fazem com que o consumo e a disseminação de *fake news* se alastrem de maneira tão intensa, três pontos principais foram levantados nesta pesquisa a partir da literatura acadêmica e de um conjunto de autores. Dessa forma, chegou-se ao esquema elaborado e apresentado na sequência, no qual é possível observar que cada elemento tem força e pode atuar individualmente, mas, acima de tudo, são elementos que convergem entre si e se retroalimentam.

Assim, é fundamental levar em conta: I. Conteúdo apelativo; II. Viés de confirmação; e III. Bolhas sociais.

Figura 1 - A mecânica das fake news



Fonte: BARBIERI, Laíssa F., 2021.

Conforme aponta Perosa (2017), alguns fatores contribuem para que as notícias falsas circulem e se propaguem tão rapidamente. Entre eles: alta polarização política, que

dificulta o debate racional e o consenso; descentralização de informação, em razão dos novos meios de comunicação independentes e alternativos, fruto da internet; e o ceticismo generalizado entre as pessoas, em um contexto no qual governos, partidos políticos e veículos de imprensa tradicional seriam os principais alvos da descrença. Veremos a seguir que os apontamentos de Perosa dialogam diretamente com os itens já mencionados (I, II e III), os quais objetivam explicar alguns dos elementos substanciais na performance das *fake news*.

2.2.1 Conteúdo apelativo

Conforme mencionado, as *fake news* utilizam-se da roupagem do jornalismo para falsear sua condição e ganhar a atenção do leitor. Contudo, é possível perceber, entre tantos elementos, alguns que são marcantes na produção de notícias falsas, e, também, elementos que lhe distanciam em muito do jornalismo profissional, como por exemplo o uso de conteúdo apelativo (sensacionalista) – que habitualmente desperta emoções primárias no leitor/ouvinte/espectador – e o emprego de juízo de valor.

Para esclarecer este tópico, primeiramente, é fundamental a compreensão de alguns princípios do jornalismo, que atuam – ou deveriam atuar – como fio condutor da prática profissional. Lage (2004), em seu livro *Estrutura da notícia*, rememora o leitor sobre o início da imprensa americana, quando era dada ênfase a histórias sentimentais e de crimes, que distraíam e ao mesmo tempo projetava aspirações e angústias das grandes massas. Foi a partir desse tratamento emocional nas coberturas que surgiu o que hoje chamamos de imprensa sensacionalista. Conforme o autor, no esforço de superar essa prática, os jornalistas americanos passaram a empreender rigor às técnicas de apuração e tratamento das informações, “foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos indicam” (LAGE, 2004, p. 15).

Dessa maneira, conforme aponta Lage (2004), a impessoalidade, a clareza e a objetividade são basilares na estrutura da notícia, bem como para a prática jornalística.

Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses.

O que não é verdade, numa notícia é fraude ou erro (2004, p. 25, grifo do autor).

Um segundo ponto relevante a ser observado situa-se no resultado da má conduta do profissional, que explora os sentimentos para comunicar. Para Marcondes Filho (1986), o sensacionalismo funciona como nutriente psíquico e desviante ideológico. Nesse horizonte, cabe o levantamento de Vasco (2013), que argumenta sobre as emoções possuírem caráter essencialmente motivacional. Dentro da psicologia oito emoções são classificadas como “primárias”, a saber:

São oito as emoções que diversos autores têm vindo a considerar como primárias: **tristeza, medo, zanga, nojo, vergonha, alegria, curiosidade e surpresa**. São várias as razões que levam a que estas emoções sejam consideradas primárias: (a) são as que mais directamente se relacionam com a sobrevivência (emprestam significado ao meio/contexto interno e externo); (b) parecem ter um carácter inato, manifestando-se muito precocemente em todos os seres humanos; e (c) são dotadas de um carácter transespacial e transtemporal (VASCO, 2013, p. 03, grifos nossos).

Corroborando com esse raciocínio, convém resgatar a ponderação feita pela socióloga Danah Boyd durante um evento de tecnologia e inovação, em que disse: “Nossos corpos estão programados para consumir gorduras e açúcares porque estes são raros na natureza. Da mesma forma, somos programados biologicamente para estar atentos às coisas que nos estimulam: qualquer conteúdo grosseiro, violento ou sexual, e fofocas humilhantes, vergonhosas ou ofensivas” (BOYD, 2009, apud PARISER, 2012, p. 15). Pode-se afirmar, dessa forma, que o ser humano é vulnerável e suscetível ao consumo de conteúdo sensacionalista, ao passo que elas despertam e estimulam reações psíquicas inerentes aos indivíduos.

2.2.2 Viés de confirmação

O viés de confirmação, ou viés confirmatório, está respaldado dentro da Ciência Cognitiva. Esse fenômeno foi estudado com afinco por mais de 30 anos pelo ganhador do Prêmio Nobel da Economia de 2002, o psicólogo Daniel Kahneman. A partir dessa teoria, é possível afirmar que o viés da confirmação se utiliza de atalhos mentais no inconsciente que tornam o pensamento mais fácil e rápido.

Em sua tese vencedora do prêmio, Kahneman diz que quase todas as pessoas têm percepções distorcidas de como as coisas são, uma vez que o cérebro humano é contaminado por expectativas e percepções irrealistas, e conclui que as falhas nos processos decisórios são regra, e não exceção (FERRAZ, 2019, p. 20).

Em linhas gerais, esse conceito advoga no sentido de que as pessoas são mais propensas a procurar e concordar com aquilo que enfatize suas hipóteses, ao passo que discordam ou ignoram daquelas que divergem, com isso, é possível racionalizar e amparar as crenças já existentes. Nesse sentido, existem dificuldades para se considerar argumentos contrários, pois as ideias e concepções já existentes são quase impenetráveis no que refere a críticas. Assim, Ferraz (2019) sustenta que o efeito disso equivale ao uso de um óculos especial, que distorce a realidade.

Destarte, é interessante observar como essa teoria se aplica nos indivíduos. Ainda de acordo com Ferraz (2019), quando alguém se depara com algo que reforça sua crença, tende a sentir-se radiante ou até mesmo vitorioso, ao passo que, no contato com aquilo que pode vir a desmentir seu entendimento prévio, o sentimento pode ser de frustração ou, no limite, de ofensa. Nesse ponto, cabe refletir que, nas redes sociais, cada indivíduo pode encontrar inúmeras pessoas que concordem com as suas ideias pré-fabricadas ou o contrário, contudo, a mecânica por trás dessas plataformas opera no sentido de aglomerar os que se assemelham e distanciar aqueles que distinguem. Em sentido semelhante, o pesquisador científico e editor-fundador da revista *Journal of Experimental Psychology*, Raymond Nickerson, apontou o viés da confirmação como um problema para o raciocínio humano que está acima de outros (problemas). “If one were to attempt to identify a single problematic aspect of human reasoning that deserves attention above all others, the confirmation bias would have to be among the candidates for consideration” (NICKERSON, 1998, p. 175)²⁵.

Outro conceito que convém relacionar ao viés da confirmação é o de “câmaras de eco” – *Echo Chambers* – (SUNSTEIN, 2001) – pelo qual se argumenta que existe uma tendência de formação de grupos diante de determinadas ideias. “O fechamento desses grupos impede que opiniões conflitantes sejam recebidas, e com isso reforça as crenças preexistentes dentro da câmara” (RECUERO; SOARES; ZAGO, 2020, p. 4). Dessa

²⁵ Se alguém se arriscasse a identificar o aspecto problemático da racionalidade humana que, dentre todos, mais precisasse de atenção, o viés de confirmação teria de estar dentre os candidatos selecionados para apreciação. Muitos vêm discorrendo sobre esse tal viés, e parece ser suficientemente seguro e legítimo se questionar se o viés, em si, não responde por parte significativa das disputas, entraves e mal-entendidos que ocorrem entre indivíduos, grupos e nações. (Em tradução livre)

maneira, o viés da confirmação, somado à formação de câmaras de eco, torna-se elemento veemente para a existência de bolhas sociais, especialmente na internet, em que os algoritmos são programados de maneira idêntica, cooperando para com a polarização.

Esses conceitos somam-se a uma conjuntura em que as principais instituições estruturantes da informação (principalmente a imprensa) sofreram um colapso com a chegada das mídias on-line, e, também, com a explosão de canais geradores de conteúdo; o poder e responsabilidade informacional foi transferida para os indivíduos. A partir disso, é possível perceber que houve perda da autoridade das instituições tradicionais, que outrora eram responsáveis pela mediação do debate público.

Fernanda Bruno e Tatiana Roque (2019) teorizam que essa pode ser apenas a ponta de um *iceberg* em que, na parte de baixo, a confiança encontra-se em estado de dissolução. Basta observar que as redes sociais são tomadas por novas crenças e novos valores que colocam em xeque a ciência, ignorando as evidências e contestando consensos.

Talvez estejamos vivendo uma crise nos modos tradicionais de aferição da verdade. Não um questionamento da verdade como relevante, e sim uma crise no modo como sabemos se algo é ou não verdadeiro. O modelo estabelecido pela ciência para obter verdades usa evidências às quais apenas os especialistas têm acesso. É como se dissessem: acreditem em nós, pois temos os atributos para fazer verificações consistentes. Essa opacidade dos regimes de verdade está sendo questionada - de forma bastante radical (BRUNO; ROQUE, 2019, p.17 e 18).

As autoras indicam haver falta de acesso da população frente às decisões públicas, que são determinadas por um pequeno grupo de pessoas (os especialistas). Esse cenário de distanciamento do cidadão comum nas resoluções contribui para que haja desconfiança no que se refere às normas estabelecidas por meio do conhecimento técnico e restrito e clarifica, por exemplo, os ataques impelidos às elites intelectuais nos últimos anos.

Nesse mesmo sentido, Rocha (2018) entende e define o processo de projetar as próprias convicções no outro, no texto ou no mundo, como um analfabetismo ideológico. Sem desprezar a lógica algorítmica, a qual propicia a esse fenômeno um maior “contágio” no processo de reiterar as crenças de determinado indivíduo, o autor esclarece que o analfabetismo ideológico não se fundamenta em uma possível dificuldade de interpretar um texto simples, pelo contrário. “Em geral, o analfabeto ideológico tem boa formação, não enfrenta dificuldade alguma para interpretar textos elaborados e na maior parte dos casos possui boa expressão oral. Seu problema, portanto, não é de ordem cognitiva, porém política” (p. 188).

Assim, conforme apontado por Perosa (2017), a desconfiança e o ceticismo generalizado contribuem para o bom desempenho das notícias falsas. Além disso, talvez o sentimento de desconfiança atue como um suplemento para que a percepção de mundo e as crenças pessoais se fortaleçam.

2.2.3 Bolhas sociais: o filtro-bolha

Em seu livro, *O Filtro Invisível*, Pariser (2012) resgata um pouco da história da internet nas últimas décadas. Entre os seus levantamentos, traz dois exemplos importantes para entender a mecânica de algumas empresas. A Amazon, por exemplo, de Jeff Bezos, foi fundada em 1995 e atualmente é uma das empresas mais valiosas do mundo. Desde o princípio, tinha uma dinâmica que contemplava a personalização do usuário. Isso é, examinava os livros que as pessoas compravam, utilizava métodos de filtros e outras ferramentas de inteligência, com o objetivo de entender as preferências do usuário e fazer indicações certas sobre outros livros que poderiam interessar ao cliente.

Outro gigante valioso na área da tecnologia, o Google, em sua origem, era um projeto acadêmico vinculado à Universidade de Stanford (ficava hospedado em google.stanford.edu). Os mentores do projeto, Sergey Brin e Larry Page, defendiam que a empresa não deveria ter fins lucrativos nem conter propaganda, contudo, quando a versão beta do site foi lançada (1998), mostrou-se como o melhor site de buscas da internet. Em pouco tempo, os jovens não resistiram à tentação de transformá-lo em um negócio altamente lucrativo. Ainda em 2004, o Google iniciou uma estratégia; ele exigia do utilizador a conexão em sua conta de usuário (por meio do Gmail). Na época, a imprensa observou que o motivo dessa medida estava ligado aos anúncios, contudo, não levou em consideração que a empresa passaria a obter uma quantidade incalculável de dados dos usuários, seja dos e-mails enviados e recebidos, seja – e principalmente – dos mecanismos de busca. “Todos esses dados permitiram que o Google acelerasse o processo de construção de uma teoria sobre a identidade de cada usuário – os temas em que estava interessado, os links em que clicava” (PARISER, 2012, p. 27).

Para o autor, existe uma justificativa para que a ideia dos filtros e banco de dados parecesse tão tentadora em um primeiro momento. Basta observar o histórico do Facebook, por exemplo, que iniciou como um projeto acadêmico em 2004, restrito aos alunos de Harvard, e, poucos anos depois (2012), chegou à marca de 1 bilhão de usuários

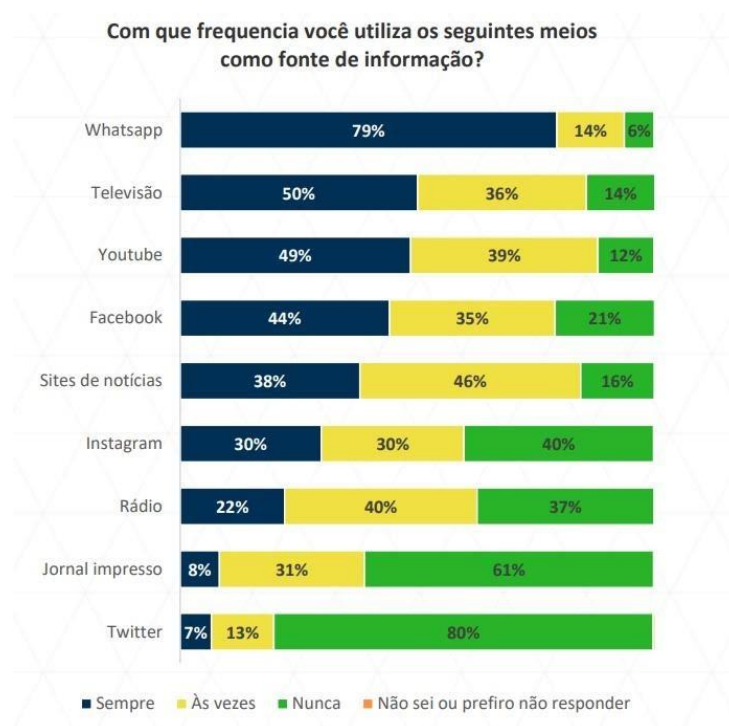
ativos²⁶. Com tantos usuários, a geração de informações era imensa, de modo que era impossível que uma pessoa pudesse acompanhar tudo, mesmo se estivesse conectada a apenas a 100 amigos. Assim, os filtros pareciam um serviço ao usuário, trazendo para cada um as suas preferências e os assuntos que lhe importavam mais, criando bolhas de interesse, o efeito chamado “filtros-bolha”.

Conforme argumenta Ferrari (2018), há alguns anos, o conceito de “bolhas” estava ligado a espaços de proteção e controle de privacidade, porém, “Depois do advento e crescente popularização das redes sociais, o conceito de bolhas foi gradativamente se modificando junto com o incremento dos algoritmos para detecção do perfil psíquico, social, econômico, político, enfim, detecção da *forma mentis* do usuário” (FERRARI, 2018, p. 19). Importante notar que, por trás dessa *forma mentis*, encontra-se um modelo de negócio eficiente e altamente lucrativo.

Para os comerciantes do “mercado do comportamento”, cada “indicador de clique” que enviamos é uma mercadoria, e cada movimento que fazemos com o mouse pode ser leiloado em microssegundos a quem fizer a melhor oferta. A fórmula dos gigantes da internet para essa estratégia de negócios é simples: quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos. E a fórmula funciona. A Amazon vende bilhões de dólares em produtos prevendo o que cada cliente procura e colocando esses produtos na página principal de sua loja virtual. Até 60% dos filmes alugados pela Netflix vêm de palpites personalizados feitos pelo site sobre as preferências dos clientes – a esta altura, a Netflix consegue prever o quanto iremos gostar de certo filme com margem de erro de aproximadamente meia estrela (PARISER, 2012, p. 10).

Não obstante, a questão que faz com que as bolhas sejam vistas hoje como um problema está no funcionamento dessa sistemática como um todo, superando um modelo de negócio, uma vez que essa personalização não se limita à propaganda, não atua somente em estabelecer o que devemos comprar. Hoje, um número expressivo da população tem como fonte principal de informação as suas redes sociais. Isso faz com que haja alterações no âmago de como nos deparamos com informações, notícias e ideias. Isso fica evidenciado na pesquisa encomendada pelo Senado Federal.

²⁶ **Facebook alcança 1 bilhão de usuários ativos mensais.** Disponível in: G1 <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/10/facebook-atinge-1-bilhao-de-usuarios-ativos-mensais.html> Acesso em: 08 agosto 2020

Figura 2 - Consumo de informações

Fonte: Pesquisa DataSenado - novembro 2019

Esse processo de personalização, segundo Pariser (2011), faz com que a tela dos computadores e celulares se transforme em uma “espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques feita por observadores algorítmicos” (PARISER, 2012, p. 07). Assim, na medida em que esse modo de comunicação oferece aquilo que convém para os interesses e desejos particulares dos indivíduos, as bolhas acabam por deformar nossa percepção de mundo, por promover a escassez do discernimento.

Pensar de modo similar significa cultivar as mesmas crenças, enxergar o mundo do mesmo modo, sentir a vida da mesma maneira e agir de acordo com o princípio-guia das crenças acalentadas. Criam-se, assim, monoculturas viciadas nos mesmos *feedback loops*. Pior do que isso é quando as crenças conduzem os indivíduos à prática inadvertida ou deliberada de espalhar notícias falsas como retroalimentação de suas crenças mal-fundadas (SANTAELLA in FERRARI, 2018, p. 21).

Nesse horizonte, é possível identificar o apontamento de Perosa (2017) sobre a alta polarização política como um propulsor das notícias falsas. As bolhas sociais separam um polo do outro. Com isso, verifica-se que as bolhas são danosas para a saúde social,

pois, como defende Bauman²⁷, o verdadeiro diálogo não está na conversa entre aqueles que pensam igual. Na visão do sociólogo, as redes sociais são uma armadilha: “Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras” (BAUMAN, 2016, on-line).

Assim, na medida em que se observam o consumo e a disseminação desenfreada de *fake news*, bem como uma demasiada personalização de conteúdo para cada indivíduo (favorecendo a polarização), fica evidente que essa problemática perpassa pelos mecanismos mais básicos dessas plataformas e precisa urgentemente ser discutida.

O modelo de negócio da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se se geram números recorde de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise dos nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos da nossa personalidade, que essas empresas produzem seus enormes lucros (MOROZOV, 2020, p. 11).

O pesquisador Evgeny Morozov é uma das vozes mais críticas da atualidade sobre o Vale do Silício. Ele chama a atenção sobre o fato de que, de maneira geral, a maior parte das pessoas não consegue distinguir sobre os interesses escusos das empresas de tecnologia, que se utilizam de um modelo de capitalismo “dadocêntrico”, o qual converte todos os aspectos da existência cotidiana em ativo rentável. Segundo ele, a tecnologia foi concebida, desde o princípio, com ingenuidade e fascínio, e, no centro de seu discurso estavam promessas de emancipação, empoderamento e a democratização para todos.

Tais circunstâncias apontam para a negligência e a falta de desconfiança diante de todo o sistema que conduz o funcionamento das plataformas digitais. Para exemplificar:

Quando os ativistas da alimentação pressionam as grandes indústrias alimentícias e acusam as empresas de acrescentar sal e gordura demais aos salgadinhos a fim de estimular o consumo de seus produtos, ninguém se atreve a acusá-los de serem contrários à ciência. No entanto, críticas semelhantes ao Facebook ou ao Twitter - por exemplo, a de que projetam os seus serviços de maneira a estimular as nossas ansiedades e a nos levar a sempre clicar no botão “atualizar” para obter publicação mais recente - evocam quase imediatamente acusações de que somos tecnofóbicos e luditas (MOROZOV, 2020, p. 27).

²⁷ Entrevista concedida em 2016 ao jornal *El País*, sob o título “As redes sociais são uma armadilha”.

Essa falta de cautela não chega a ser impressionante frente à visão de mundo difundida pelas empresas do Vale do Silício, afinal, elas aparentam estar trabalhando em benefício dos indivíduos, por um mundo melhor. Contudo, ao passo que prometem mais liberdade, mais mobilidade, mais benefícios e autonomia, essas empresas, no fundo, aprisionam os indivíduos com tornozeleiras que vigiam cada passo, coletando dados e os disponibilizando para terceiros. Como resultado, muitas pessoas tomam decisões que parecem autônomas, mas, na verdade, estão apenas à mercê de anúncios que conhecem as ansiedades e inseguranças de cada indivíduo. Para o autor, “o Facebook está interessado em “inclusão digital” do mesmo modo que os agiotas se interessam por “inclusão financeira” – ou seja, em função do dinheiro” (MOROZOV, 2020, p. 55).

Outra crítica a esse modelo de negócios é Shoshana Zuboff²⁸, que publicou a obra *Big other: surveillance capitalismo and de prospects of na information civilization* e é responsável por cunhar a expressão “capitalismo de vigilância”. Segundo ela, o *big data* é um componente fundamental para uma nova lógica de acumulação. “Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (ZUBOFF, 2015, p. 18). Assim, autores ao redor do mundo têm alertado sobre a estreita relação entre a racionalidade neoliberal e a racionalidade algorítmica.

Em nossas experiências tecnologicamente mediadas, os processos algorítmicos vêm se tornando atores decisivos tanto na captura e análise de dados sobre uma série de setores de nossas vidas privadas e comuns, quanto na tomada de decisão automatizada em diferentes contextos [...] a ênfase do neoliberalismo sobre as escolhas individuais, a autogestão e a competição tornam a racionalidade algorítmica uma forte aliada na assistência à decisão em contextos de crescente incerteza (BRUNO, 2019, on-line).

Apesar de o tema sobre as redes sociais e as grandes empresas de tecnologia terem ganhado visibilidade nos últimos anos, pouco ainda se discute sobre o fato de empresas privadas serem detentoras de tamanho poder ou mesmo de não haver ainda regularização dessas atividades, nem leis. Em larga escala, ainda não há consciência de que *os dados são o petróleo do século XXI*²⁹.

²⁸ Professora aposentada do Harvard Business School.

²⁹ Frase de Morozov, em 2020.

2.3 FAKE NEWS: UMA GUERRA PERDIDA?

Alguns autores vêm pesquisando e acreditam que o *fact-checking* é um antídoto importante na luta contra as *fake news*. Prego (2017), por exemplo, aposta na checagem de fatos, desde que esse esforço seja incorporado pelas grandes companhias, como Google e Facebook. Sobre o funcionamento dessa prática, Seibt (2019) esclarece que o princípio comum das iniciativas de *fact-checking* é etiquetar informações e apresentar dados que permitam comprová-las ou desmenti-las, indicando se são incompletas, imprecisas, distorcidas ou falsas (p. 29).

Calha a menção de que o trabalho de checagem de fatos já era realizado há muito tempo nas mídias tradicionais, com o objetivo de impedir que erros e imprecisões chegassem ao leitor, espectador ou ouvinte. Hoje, no entanto, o trabalho dos checadores de informação é oposto ao de outrora. Eles investigam as declarações que já estão em circulação. Assim, essa prática “parece reposicionar o jornalismo no ecossistema de informação dominado pelas plataformas, podendo pressionar a transformação da prática jornalística em si, ao estabelecer novos parâmetros de transparência que desconstroem a notícia na sua forma convencional” (SEIBT, 2019, p. 22).

Scotfield Jr (2019) elenca três categorias de checagem, quais sejam *fact-checking*, *debunking* e o *verification*.

O chamado *fact-checking*, que consiste em verificação de declarações, ou seja, há uma fonte *on the records* dizendo algo que pode ser checado; o *debunking*, que é a verificação de algo sem uma fonte oficial (incluindo memes e fotos adulteradas que circulam sem autor nas redes sociais abertas, como o Facebook e o Twitter, e fechadas, como WhatsApp e Messenger); e o *verification*, que é a checagem da veracidade de conteúdos, principalmente vídeos, de fontes não oficiais e produzidos de forma automatizada. Esta é a grande fronteira da expansão das notícias falsas por conta da sofisticação das tecnologias de adulteração de vídeos por meio do uso de inteligência artificial, a chamada *deepfake* (SCOFILD JR., 2019, p. 63).

No Brasil, a primeira agência de notícias especializada em checagem surgiu em 2015, com a startup chamada Agência Lupa, que fica hospedada no site da revista Piauí. Essa agência, junto com outras plataformas pelo mundo que trabalham na checagem dos fatos, integra um projeto chamado *Third Party Fact-Checking*, desenvolvido em parceria com o Facebook. Segundo Scotfield Jr (2019), a sistemática de checagem no Facebook funciona da seguinte maneira: ao receber uma denúncia de conteúdo falso, a rede social envia o conteúdo para as agências de checagem; caso haja a confirmação de falsidade, o

conteúdo não deixará de contar com a opção de compartilhamento, contudo, ao tentar realizar tal ação, o usuário receberá um *pop-up* informando sobre a sua condição de falsidade juntamente de um link produzido pela agência de checagem, que comprova a falsidade do conteúdo. Além disso, o Facebook irá alterar o algoritmo da postagem de maneira a reduzir sua visibilidade.

Apesar do esforço empregado pelas agências de checagem para desmascarar as *fake news*, e, em última instância, desconstruir discursos maniqueístas, essa parece ser uma batalha difícil de ser vencida. Isso porque, como bem apontam Wardle e Derakhshan (2017), há a necessidade de entender o consumo desses conteúdos em seu âmago, pois “simplesmente empurrar mais ‘informações factuais’ para o ecossistema, sem suficientemente compreender os elementos emocionais e ritualísticos da comunicação, é potencialmente um desperdício de tempo e recursos” (WARDLE; DERAKHASHAN, 2017, p. 78)³⁰. Além disso, em artigo publicado na revista *Science*³¹, Vosoughi, Roy e Aral (2018) revelam que a “verdade” demora seis vezes mais do que a falsidade para atingir um grupo de 1.500 pessoas.

Frente a essas dificuldades, autores como Scofield Jr (2019) argumentam que não há saída para combater as *fake news* que não passe pela educação. Nesse mesmo sentido, o cientista político e professor da Universidade de Princeton (EUA), Peter Warren Singer, em entrevista concedida à editora Cobogó e publicada no livro *Pós-verdades e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas* (2019), aborda acerca da “alfabetização digital”. Para ele, o primeiro passo para vencer a guerra contra a desinformação passa pela proatividade das redes sociais em educar os usuários, o que ainda não ocorre por estarem em modo de negação quanto à existência do problema. Essa função – de educar – também deve ser uma preocupação dos governos, os quais deveriam ensinar dentro das escolas.

Há, atualmente, debates sobre o peso das *fake news* durante o processo eleitoral e sobre o quanto elas podem, efetivamente, ter impactado no resultado das eleições. Ricardo Lisías (2020) acredita que, se o compartilhamento de *fake news* não tivesse se estruturado, o resultado para a eleição presidencial teria sido outro. Contudo, conforme argumentam Bruno e Roque (2019), é recorrente nas análises políticas se supor que as pessoas, de

³⁰ Simply pushing out more ‘factual information’ into the ecosystem, without sufficiently understanding the emotional and ritualistic elements of communication, is potentially a waste of time and resources.

³¹ **The Spread of True and False News Online.** Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral. In: *Science*, mar 2018. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146>> Acesso: 30 outubro 2020

maneira geral, acreditam ingenuamente no conteúdo (falso) que recebem, e, por isso, repassariam tais falácias. Mas, em contrapartida, as autoras chamam atenção para o fato de que tal suposição implicaria em acreditar que “[...] uma enorme parcela da população tem um déficit cognitivo e intelectual. Além de confortável, é politicamente arrogante não considerar que essas pessoas tenham algo pertinente a dizer” (BRUNO; ROQUE, 2019, p. 13).

Na impossibilidade de uma resposta que possa comprovar objetivamente o peso das *fake news*, cabe ponderar que as eleições de 2018 marcam no país um novo momento no que se refere à forma de se fazer campanha eleitoral e às estratégias de comunicação de massa, como veremos a seguir.

3. ELEIÇÕES 2018: O PERCURSO QUE LEVOU À VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO

As quase três décadas em que Jair Bolsonaro atuou como deputado, antes de chegar à Presidência, foram marcadas por discursos homofóbicos, racistas, intolerantes e de ódio, que resultaram, inclusive, em condenações judiciais. Sua trajetória política demonstra transição do político entre diferentes partidos (PDC, PP, PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC e PSL). Sem dúvidas, sua vitória nas eleições presidenciais foi estonteante e surpreendente para muitos, especialmente intelectuais e formadores de opinião.

Neste capítulo, busca-se compreender alguns elementos que contribuíram para a ascensão de um candidato sem capital político ou grandes feitos na carreira e que, no momento da eleição, vinculava-se a um partido minúsculo. Nesse cenário, três tópicos são essenciais, uma vez que podem ter contribuído, em alguma medida, para a vitória de Bolsonaro. Para esse percurso, primeiro, será realizada, sucintamente, uma contextualização da conjuntura em que o país se encontrava no momento das eleições; depois, será observada a estratégia populista do então candidato e, por fim, será explanado como as *fake news* foram fundamentais em sua campanha eleitoral.

3.1 O CENÁRIO DA REVOLTA

A crise na relação entre a sociedade e o sistema de representação política foi escancarada no Brasil ainda em 2013 durante as manifestações populares que mobilizaram milhões de pessoas a ir para as ruas protestar, denominada como “Jornadas de Junho” ou “Manifestações de Junho”. Moura e Corbellini (2019) avaliam que o movimento foi um marco e tornou-se a primeira grande manifestação de massas no período pós-moderno da história política brasileira.

Para Rocha (2021), as Manifestações de Junho “materializaram um difuso sentimento antissistêmico que se manifestou na decidida recusa da figura do político tradicional” (p. 303). Ainda de acordo com o autor, foi a partir daquele momento que a popularidade da então presidente Dilma Housseff despencou e as direitas começaram a conquistar mais adeptos e simpatizantes.

Dos protestos de rua realizados em junho de 2013 até as eleições presidenciais em 2018, é obrigatório mencionar que população brasileira foi alimentada, sobretudo, pela mídia. Isso ocorria praticamente todos os dias, com escândalos de corrupção e lavagem

de dinheiro, fruto das investigações da operação Lava Jato, executada pela Polícia Federal, a partir de março de 2014.

A operação Lava Jato difundiu para toda a população, em horário nobre e cores, o porão da república dos *few, happy few*. O bolsonarismo provavelmente não teria tido força e capilaridade sem o legítimo sentimento antissistêmico derivado das denúncias de uma corrupção sistêmica no interior do estado brasileiro (ROCHA, 2021, p. 220).

Tais investigações apontaram o envolvimento em atos ilícitos de membros administrativos de empresas estatais (a exemplo da Petrobrás), de políticos dos maiores partidos do Brasil, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT),³² que estava em seu terceiro mandato vigente (2002 - 2006: Luiz Inácio Lula da Silva; 2006 - 2010: Reeleito; 2010 - 2014: Dilma Rousseff), e de governadores e empresários de médias e grandes empresas.

Em meio a esse processo de constantes denúncias e investigações, que delatavam o corrompimento da classe política, gerando enraivecimento da população e a demonização de partidos políticos, sobretudo do PT, em 2016, houve um processo de *impeachment*³³ contra Dilma Rousseff, que havia sido reeleita para o segundo mandato (2014 - 2018). O processo se constituiu sob a justificativa de que havia sido cometido crime de responsabilidade, as chamadas “pedaladas fiscais”, e pela edição de decretos de abertura de crédito sem autorização do Congresso, que feriam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Poucos meses antes do início das eleições de 2018, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT),³⁴ que era acusado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, foi preso pela Polícia Federal. Lula negou veementemente os crimes e atribuiu o processo investigativo e a decisão de condenação a perseguições políticas.³⁵

³² Em 2005, durante o mandato do então presidente Lula, já havia denúncias de corrupção acerca de um esquema para compra de votos de parlamentares, conhecido como “Mensalão”. Naquele momento, importantes nomes ligados ao PT, e ao presidente, foram investigados e em 2007 passaram a responder pelos crimes de corrupção passiva e ativa, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro.

³³ **Impeachment Presidente Dilma Rousseff.** In: Câmara dos Deputados, Brasil. <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>> Acesso em: 05 agosto 2020

³⁴ Foi condenado em primeira instância pelo juiz federal Sérgio Moro, a nove anos e seis meses de prisão na segunda instância a pena foi aumentada para 12 anos e um mês. Em novo julgamento realizado em abril de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação de Lula.

³⁵ Não é objeto deste estudo detalhar divergências discursivas sobre o processo de Impeachment e sobre a prisão do ex-presidente. A exposição de fatos está amparada em informações institucionais.

Além de uma profunda crise política, envolvendo escândalos de corrupção, outros dois fatores são significativos para situar o ambiente político em que se desenrolaram as eleições de 2018. A saber: uma crise econômica que deixou, em seu ápice, mais de 13 milhões de pessoas desempregadas³⁶, e, ainda, uma percepção generalizada de aumento da insegurança no país. No livro *A eleição disruptiva*, Moura e Corbellini discorrem sobre o resultado nas urnas em 2018, apontando para a insatisfação generalizada da população.

Nas eleições de 2018, as emoções que foram primordiais na escolha final da maioria dos eleitores foram a insegurança sentida nas ruas e a revolta contra a corrupção, os políticos em geral e especialmente contra o PT. Plataformas não foram importantes, promessas não foram decisivas. Votou-se “contra” alguma coisa” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 35).

Na visão desses autores, a conjuntura negativa que se desenvolveu nos anos que antecederam as eleições, gerou insatisfação em diversos setores e acarretou uma explosão de sentimentos, emoções e valores que estavam represados. Nesse sentido, conforme Moura e Corbellini (2019), observa-se uma soma de preconceitos, intolerâncias e antissentimentos que deram vida para um inimigo comum. Assim, nas eleições de 2018, o Brasil estava majoritariamente dividido entre lulismo (expoente do PT) e o “partido da Lava Jato” (abordagem que será apresentada adiante).

Segundo essa linha, o professor de economia e políticas públicas da Universidade de Oxford, Paul Collier, analisou, no seu livro *The Future of Capitalism: Facing the New Anxieties*, a forma como a raiva e o desespero abalaram a lealdade política das pessoas e a confiança de uma maneira geral. Segundo o autor, que faz um exame sobre o sistema capitalista, as bases dessas inquietações têm natureza geográfica, educacional e moral. Partindo dessa conjectura, ele pondera sobre alguns fenômenos recentes no espectro político global.

Os menos instruídos estiveram no centro das revoltas que viram a vitória de Donald Trump sobre Hillary Clinton nos Estados Unidos; a vitória do Brexit sobre a permanência do Reino Unido; [...]. Ao divisor educacional somou-se o divisor geográfico. Londres votou maciçamente pela permanência; New York votou maciçamente em Clinton [...]. A oposição radical veio do interior. As revoltas estavam relacionadas com a idade, mas não se resumiam a um velhos *versus* jovens. Tanto os trabalhadores de mais idade, que foram marginalizados quando suas qualificações perderam valor, quanto os jovens, ingressando num mercado de trabalho desanimador, foram para os extremos políticos (COLLIER, 2019, p. 05-06).

³⁶ Fonte: IBGE/ PNAD.

Destarte, conforme mencionado, no Brasil, além do cenário constituído de revolta popular com os representantes políticos, havia um notável descontentamento com a segurança pública, e esse foi, sem dúvidas, um dos temas de protagonismo nas eleições. “A segurança pública passara a ser um tema também de cidades médias brasileiras. Problemas como assaltos, drogas e homicídios deixaram de ser monopólio de grandes centros e ocuparam a rotina de cidades como Caruaru, Pelotas, Araraquara e Juiz de Fora” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 36).

Foi diante dessa conjuntura, que causava insatisfação tanto do ponto de vista moral (corrupção) quanto social (desemprego e insegurança), que o então candidato Jair Bolsonaro deu vida ao seu personagem antissistema, cujos discursos preconceituosos e grosseiros geravam uma conexão com a revolta popular, bem como com o público mais conservador. Essa roupagem chamava atenção em um momento de ceticismo generalizado entre as pessoas, com representantes políticos, com instituições de uma maneira geral, especialmente a imprensa e o sistema Judiciário.

Esses apontamentos clarificam como o fator emocional pode ter sido decisivo para o resultado das eleições, uma vez que o então presidenciável não se preocupou durante a campanha em apresentar um projeto para o país, mas sim em potencializar os ressentimentos da população. Na análise de Moura e Corbellini, “sua vitória não foi a afirmação de um projeto, de uma biografia, ou de um conjunto de propostas. Mas uma reação em cadeia, a explosão de uma energia quase atômica. A propulsão foram os eleitores indignados” (Ibidem, p. 57).

A corrida pela Presidência do Brasil contou com mais de dez candidatos no primeiro turno das eleições, parte deles já eram nomes conhecidos da política nacional. O segundo turno das eleições confirma a afirmação de que o país estava dividido entre o lulismo e o partido da “Lava jato”. De um lado, o candidato Fernando Haddad (PT) usava do legado de Lula³⁷ para tentar vencer as eleições, de outro, Bolsonaro (PSL) atacava os partidos políticos tradicionais, a corrupção, a violência, e, claro, criava inimigos “do povo” para culpá-los pelos problemas da nação.

³⁷ Mesmo preso, participou do debate político, manifestando apoio a Haddad.

Uma pesquisa realizada por Kalil (2018)³⁸ apontou que a estratégia de comunicação do candidato Jair Bolsonaro se baseou em segmentar informações³⁹ para os diferentes perfis de potenciais eleitores, ainda que isso culminasse em uma série de contradições e incoerências em seus discursos. Assim, identificou que, ao longo da campanha, o perfil de apoiadores que era inicialmente definido por homens jovens, tornou-se cada vez mais heterogêneo. De acordo com o levantamento, a autora identificou uma multiplicidade de perfis e segmentos que fizeram parte da base de apoio de Bolsonaro.

Ao todo, foram identificados 16 grupos que tiveram como marcadores a classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento com a campanha bolsonarista. A saber: I. “Pessoas de bem”; II. Masculinidade viril; III. *Nerds, gamers, hackers e haters*; IV. Militares e ex-militares; V. Femininas e “bolsogatas”; VI. Mães de direita; VII. Homossexuais conservadores; VIII. Etnias de direita; IX. Estudantes pela liberdade; X. Periféricos de Direita; XI. Meritocratas; XII. Influenciadores digitais; XIII. Líderes religiosos; XIV. Fiéis religiosos; XV. Monarquistas; XVI. Isentos.

Kalil ainda afirma que “um dos maiores desafios de Bolsonaro ao longo de sua campanha foi atrair votos de pessoas que pertencem a grupos identitários por ele atacados em seus discursos, como mulheres, gays, indígenas” (2018, p. 8). Os dados da pesquisa de Kalil (2018) comprovam não ser possível tipificar o eleitorado de Bolsonaro como um único grupo social específico. Contudo, a autora, assim como Moura e Corbellini (2019), aponta para a corrupção como uma pauta central. Além disso, ao lado da corrupção, a figura do “cidadão de bem” permite compreender determinados valores difusos nos diferentes grupos e pessoas que apoiaram Bolsonaro. Essa definição passou a ser mobilizada a partir de manifestações públicas como elemento que diferenciava os participantes como “manifestantes pacíficos” X “manifestantes baderneiros” (KALIL, 2018). A descrição, segundo a autora, encontrou um refinamento de sentido na combinação com o discurso anticorrupção.

O “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de

³⁸ **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro.** (Ver nas referências)

³⁹ Essa estratégia também foi utilizada por Donald Trump nas eleições americanas de 2016.

condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” - vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo (KALIL, 2018, p. 9).

Para além disso, conforme explica a autora, o termo corrupção tornou-se polissêmico no eleitorado de Bolsonaro. “Uma outra de suas expressões é a ‘desordem’ de costumes e valores que estariam colocando em risco a ordem familiar. Esta corrupção diz respeito, sobretudo, às condutas privadas e morais, como a homossexualidade, a vida sexual desregrada e o aborto” (ibidem, p. 10). Tal composição, caracterizada pelo “cidadão de bem”, que luta contra todas as formas de corrupção, torna-se “uma espécie de repositório que consegue captar e atrair para si uma série de dimensões críticas a respeito de como sociedade e poder funcionam” (ibidem, p. 10).

Tais noções também foram captadas por Machado e Scalco (2018) a partir do estudo e do acompanhamento de grupo de jovens e seus posicionamentos políticos. As autoras lembram que uma pesquisa realizada pela DataFolha em 2017 apontava que 60% dos eleitores do então candidato Jair Bolsonaro tinham entre 16 e 34 anos e indicam alguns pontos importantes para compreender a adesão ou apoio ao “mito”. Um dos fatores decisivos para a formação de uma juventude bolsonarista, segundo as autoras, seria a perda do protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica, isso porque suas masculinidades são desafiadas no dia a dia com a crise de violência urbana.

Todos os nossos interlocutores homens, adolescentes ou jovem adultos, ou sofreram tentativas ou já foram de fato assaltados no transporte público no percurso da escola ou trabalho. Quando o assunto era segurança pública, os jovens falavam com afinco e com conhecimento de pautas e propostas. Demonstravam raiva contra um sistema penal e prisional que consideram frouxo e que supostamente ninguém respeita (MACHADO; SCALCO, 2018, p. 59).

Ainda de acordo com as autoras, os jovens entrevistados não defendiam a volta da ditadura militar, mas achavam importantes os valores de “pulso”, “ordem”, disciplina”, “mão forte” e “autoridade” para combater a crise nacional. Nesse compasso, conforme Kalil (2018), o “cidadão de bem” tipifica uma espécie de barreira moral e política, na medida em que essas pessoas acreditam estar resistindo ao “avanço do comunismo” e à “ideologia de gênero”, por exemplo. São pessoas que têm absoluta convicção de estarem lutando pela democracia.

Essa leitura de cenário, proposta por Kalil, vai de encontro com a análise feita pelo professor da Universidade de Brasília e pesquisador sobre Democracia e Desigualdades, Luis Felipe Miguel, que aponta para três eixos da extrema-direita brasileira, os quais estiveram presentes nas eleições de 2018, são eles: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do anticomunismo.

O libertarianismo, resumidamente, “prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais igual que possa parecer” (MIGUEL, 2018, p. 18). Já o fundamentalismo religioso, que, segundo o autor, tornou-se uma força política a partir dos anos 1990, “se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (*idem*, p. 21). Por fim, a reciclagem do anticomunismo, que parecia ter sido superado com o final da Guerra Fria, é identificada pelo autor com uma nova roupagem na América Latina e no Brasil, com forte rejeição ao “bolivarianismo” venezuelano, e, nesse sentido, “o PT veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo no Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo” (p. 22).

A soma dessas três correntes, que não são estanques, também permite compreender aquilo que esteve em alta no debate político e recebe o nome de “marxismo cultural”⁴⁰, que, na visão de Miguel (2018), é proveniente de uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci. Dessa maneira, “um passo fundamental para a derrubada do capitalismo e da ‘civilização ocidental’ seria a dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional. Afinal, ‘a família é a *cellula mater* da sociedade’; se destruída, faz todo edifício romper” (MIGUEL, 2018, p. 22). Aqui, cabe ressaltar que, para esses conservadores, o conceito de uma “família” legítima está diretamente relacionado à monogamia e à heterossexualidade. Além disso, como bem observa o autor, identifica-se um reenquadramento do debate político, graças ao uso de ferramentas tecnológicas. Assim, a extrema direita trouxe para a discussão alguns temas que pareciam assentados desde o fim da ditadura militar. De repente, “o discurso político aceitável (que) incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social” (*idem*, p.23) passou a ser confrontado.

Esses são alguns dos elementos por trás da percepção de que houve, no Brasil, uma retomada do conservadorismo com as eleições de 2018. Almeida (2018) explica que

⁴⁰ Para Carapanã (2018), essa ideia cria um adversário comunista praticamente onipresente: na educação pública, na mídia, nos ativistas dos direitos civis, na indústria do entretenimento, etc. (p.39)

as origens do conservadorismo clássico podem ser encontradas no século XVIII e reflete que esse movimento tinha como ideia central “‘conservar’ valores e instituições – como a monarquia e a religião cristã – considerados como pilares fundamentais da civilização e da cultura ocidentais” (p. 27). Aliás, não apenas conservadorismo, esse grande “grupo” que se formou no Brasil – o qual alguns autores classificam como extrema-direita ou nova direita – parece reunir muitas pautas.

Há um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideias do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo (CARAPANÃ, 2018, p. 34).

Assim, como observa o autor, essas ideologias que fundamentam o pensamento da “nova direita” levam a um rompimento com os pressupostos da democracia liberal e se posicionam contra muitas conquistas do século XX. Nesse sentido, quando são criticados por essas ideologias, refugiam-se nos argumentos de “liberdade de expressão” e na premissa de que há, supostamente, uma “hegemonia da esquerda”. “Por inépcia ou intenção fazem com que os piores pesadelos da humanidade voltem à pauta, devidamente legitimados” (CARAPANÃ, 2018, p. 39).

Para o doutor em História Social Flávio Casimiro, é a partir da segunda metade da década de 2000 que a direita passa a ganhar maior dimensão e radicalidade. Isso porque a essas ideologias soma-se o uso massivo das redes sociais, que produzem um efeito violento. Casimiro (2018) também observa que a propagação do pensamento liberal-conservador e as narrativas revisionistas contam com as *fake news* para redimir determinados discursos de ódio, tidos, anteriormente, como inaceitáveis e repulsivos.

Em um texto em que discorre sobre antipetismo e conservadorismo, Ribeiro (2018) chama atenção para a lógica de um conservador saliente, “qualquer indivíduo tachado de *vagabundo*, incluindo o menor de idade, perde os seus direitos no momento em que opta pela via do crime. Ele deve ser encarcerado ou mesmo morto. Aqueles que protegem o ‘cidadão de bem’, portanto, são vistos como heróis dessa sociedade” (p. 89). A partir disso, o autor resgata uma das frases compartilhada inúmeras vezes por Jair Bolsonaro, para se posicionar como um grande herói para a sociedade, na qual ele dizia ser preferível um presídio lotado de “vagabundos” a um cemitério cheio de “inocentes”.

Para essa concepção, o motivo pelo qual pessoas seguem a vida do crime é uma educação equivocada; **é preciso desde cedo disciplinar as crianças que apresentam comportamentos desviantes da norma** para evitar que se tornem vagabundos ou promíscuos; aqueles que defendem os direitos humanos de bandidos são os mesmos que propagam uma educação frouxa e promíscua que retira a **inocência das crianças e as tornam vulneráveis aos pedófilos** (RIBEIRO, 2018, p. 89, **grifos nossos**)

Ante os esclarecimentos do autor, não há margem para dissociar o pensamento conservador do fundamentalismo religioso, pois ambos se retroalimentam e impulsionam a intolerância. Vieira (2018) faz observações importantes sobre o fundamentalismo religioso. Primeiro, ressalta a força do fenômeno religioso ao lembrar que ele trata de uma dimensão profunda do ser humano, pois toca em questões existenciais. Por fim, lembra-nos que sua concepção de mundo e modelo de funcionamento constitui-se em um risco para a democracia e para os direitos humanos.

3.2 POPULISMO E DEMOCRACIA EM RISCO

Se de um lado não havia um projeto de governo para o país, por outro, Jair Bolsonaro não falhou em explorar questões ideológicas durante toda a campanha, principalmente aquelas as quais nomeou de “ideologia de gênero”⁴¹ e lhes demonizou por serem supostamente as responsáveis pela “destruição de valores e tradições das famílias” (temática que será aprofundada no quarto capítulo desta dissertação). Na definição de Collier (2019), uma ideologia é sedutora pois combina fáceis certezas morais que se aplicam a tudo, de maneira a oferecer respostas confiantes para qualquer problema. “As ideologias do marxismo oitocentista, do fascismo novecentista e do fundamentalismo religioso seiscentista, agora retomadas, já atraíram várias sociedades para a tragédia” (p. 06). O autor indica também outra característica adotada por alguns líderes, tão sedutora quanto a dos ideólogos: o populismo. Segundo ele, os populistas dispensam a análise de uma ideologia, e avançam diretamente para soluções fáceis que soam verdadeiras durante meio minuto, “a estratégia deles é desviar os eleitores de uma reflexão mais profunda usando um caleidoscópio de entretenimentos” (COLLIER, 2019, p. 07).

⁴¹ Mesmo após eleito, essas alusões continuaram centrais em seus discursos. No conciso discurso de posse, em 01º de janeiro de 2019, fez referência quatro vezes à palavra “ideologia” (Libertar o país "da submissão ideológica" e das "amarras ideológicas", combater a "ideologia de gênero" e conduzir uma economia "sem viés ideológico").

Dessa maneira, o conceito de populismo apontado por Collier (2019) se aplica em incontáveis manifestações do candidato. Para exemplificar, conforme já mencionado, uma das principais reivindicações da população brasileira nos últimos anos era a segurança. Esse assunto teve protagonismo durante as eleições, especialmente pelas declarações polêmicas de Bolsonaro. Diante disso, uma de suas “propostas” para solucionar a problemática é armar a população. É interessante notar que, em uma frase de apenas dez palavras, para além da ideia de pouco fundamento, que não é aprofundada, ele cria grupos de pessoas. Um grupo é destinado às “pessoas boas”, das quais ele está em defesa, e o outro grupo são dos inimigos da sociedade. “Todo vagabundo tá armado! Só falta o cidadão de bem!”.⁴²

O cientista político alemão Yascha Mounk (2019) chama atenção para o fato de soluções simples e superficiais estarem no centro do apelo feito por populistas.

Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar em um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples (MOUNK, 2019, p. 57).

Para Levitsky e Ziblatt (2018), os populistas são políticos antissistema, que afirmam representar a “voz do povo” e entram em guerra (mesmo que por vezes apenas no campo discursivo) com aquilo que caracterizam como uma elite corrupta e conspiradora. Nesse sentido, a estratégia utilizada por Bolsonaro não é nova e já foi identificada outras vezes na história política, contudo, é pertinente observar nos detalhes a forma como ele ganhou a confiança da população.

A política tradicional e parte da mídia nada ouviam de consistente. Mas os seus potenciais eleitores, na vida real, escutavam e reagiam com engajamento. Bolsonaro falava em outras frequências. A simplicidade, os erros de conjugação e a articulação aparentemente tosca das falas construíam diques de proteção onde mais interessava: nos ouvidos dos eleitores. O elemento autenticidade se impunha (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 64).

Esse elemento de autenticidade observado pelos autores foi significativo em um cenário carregado de temores, desencanto, desordem e descontentamento, no qual uma grande massa de cidadãos não sabia mais a quem ser leal, o que, em última instância,

⁴² Jair Bolsonaro sobre porte de armas / Entrevista na rádio Jovem Pan. In: YouTube, fev 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=aR8x5QVRgd8> >. Acesso em: 15 outubro 2020.

permitiu um solo fértil para o candidato semear discursos de ódio e criar inimigos que deveriam ser derrotados. Ainda de acordo com Moura e Corbellini, o diagnóstico das eleições em 2018 indicava que os eleitores aspiravam por um candidato que não representasse a política tradicional, bem como tivesse um discurso agressivo com o tema da segurança pública e, sobretudo, que pudesse se posicionar sem constrangimentos sobre a pauta anticorrupção (p. 37). Nesse sentido, convém alertar que, embora sua longa trajetória política tenha sido marcada pela falta de protagonismo e por irrisória desenvoltura, seu nome não estava vinculado aos escândalos de corrupção que eram, até então, noticiados diariamente.

Neste enquadramento, a solução proposta para corrupção é, em geral, a redução do Estado (Estado mínimo) e a substituição de políticos profissionais por figuras outsiders (estratégia amplamente explorada por Bolsonaro) ou por políticos não profissionais. A corrupção é considerada nesta perspectiva como algo “inerente” aos governos, à gestão pública, mas ausente ou pouco presente nas empresas privadas ou grandes corporações. Mesmo a corrupção do setor privado aparece, nesta perspectiva, como uma consequência da corrupção pública e não ao contrário (KALIL, 2018, p. 9).

Assim, a figura do então candidato Jair Bolsonaro, que estava livre de acusações de corrupção advindas da operação Lava Jato, e que conseguiu se transvestir de político antissistema, ainda que estivesse dentro do sistema político há quase trinta anos, vociferando resolver todos os males causados pelos mandatários anteriores, souu conveniente, ou pelo menos se caracterizou como uma alternativa para que mais de 57 milhões de brasileiros (55,13% dos eleitores) lhe entregassem a Presidência da República.

A partir de uma explicação cibernética, Cesarino (2019) compreende as mídias digitais como coprodutoras dos novos populismos (em especial, os conservadores), do neoliberalismo e da pós-verdade. Com isso, classifica a eficácia da campanha bolsonarista como “Populismo Digital”, o que significa que o conteúdo digital que circulou durante a campanha (formal e informal) está estruturado através de algum tipo de ciência do populismo, que não se define com um conteúdo ideológico (esquerda ou direita). Entre os pontos abordados, a autora chama atenção para a articulação dos afetos e não da racionalidade abstrata, isso é, “simbologias de pureza e perigo eram mobilizadas para produzir fronteiras rígidas entre grupos, que passavam a ser policiadas por afetos de repugnância e repulsa mútuos” (CESARINO, no prelo). Outro ponto, segundo a autora, que converge com a teoria do populismo refere-se à dialética da produção de ordem-desordem.

A liderança populista bem sucedida é aquela que logra articular, por meios discursivos [...], uma cadeia de equivalência longa o suficiente para transformar uma *plebs* (multidão difusa, com demandas heterogêneas) em *populos* (o “povo” como identidade coletiva bem definida, construída na contiguidade com o líder). Ora, foi exatamente isso que ocorreu nos anos que antecederam a eleição de 2018: a multidão heterogênea que foi às ruas nas jornadas de junho de 2013 – uma manifestação *plebs* – foi sendo paulatinamente estruturada enquanto *populos* e, em 2018, enquanto base eleitoral de Jair Bolsonaro (CESARINO, no prelo).

Essa articulação – de ordem e desordem – que está intimamente ligada ao nacionalismo foi verificada na estética do movimento anticorrupção verde-amarelo, que escancarava a revolta contra o petismo no país pouco antes da eleição. Além disso, foi possível verificar que “parte importante da campanha digital pró-bolsonaro consistia em conteúdos alarmistas, conspiratórios, ou na proliferação de narrativas e versões alternativas para todo fato político relevante”⁴³ (CESARINO, no prelo). Essa característica está diretamente ligada com outro elemento constitutivo do populismo, que é a noção antagonista de amigo - inimigo, uma vez que “[...] o líder alega representar os de baixo” contra algum tipo de elite privilegiada, auto-interessada, hipócrita e/ou corrupta” (CESARINO, 2020, p. 99).

Conforme apontado no capítulo 2 desta dissertação, as *fake news* são um fenômeno associado à ascensão mundial do movimento conservador de direita. Por isso, para compreender o evento da eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, por vezes recorre-se ao ocorrido nos Estados Unidos, com a vitória de Donald Trump em 2016, inclusive porque o país norte-americano era, até então, considerado uma das democracias mais sólidas e bem-sucedidas do mundo. Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que a vitória de Trump foi marcada pelo fato de que pela primeira vez na história dos EUA foi eleito para a Presidência um homem sem nenhuma experiência, com pouco respeito aos direitos constitucionais e com claras tendências ao autoritarismo, o que demonstra bastante similaridade com o caso brasileiro.

O crescimento do populismo autoritário em todo o mundo está sendo acompanhado com apreensão por intelectuais. Mounk (2019) pondera que a desilusão do cidadão com a política é antiga, contudo, as pessoas parecem estar mais inquietas e raivosas. “Não é de hoje, que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou

⁴³ Poderá ser observado na análise deste estudo.

governo; agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si” (p. 16). Para ele, a vitória de Bolsonaro foi o evento mais significativo da história do Brasil depois da ditadura militar, e, agora, o povo brasileiro terá a tarefa de lutar pela sobrevivência da democracia liberal.

Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as regras e normas mais básicas das instituições do país - chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas cruéis décadas (Ibidem, p. 10).

Diante desse cenário, cabe pontuar a observação de Cesarino (2019), que identifica uma estrutura epistêmica-sociológica similar tanto para a mecânica populista quanto para a pós-verdade, “onde quem era outsider, o ignorante, se torna alguém dotado de conhecimento superior e exclusivo” (no prelo). No entanto, há alguns pesquisadores que se posicionam de maneira divergente quanto à classificação de “populista” atribuída a Bolsonaro.

O filósofo Vladimir Safatle, por exemplo, considera que o uso extensivo do “populismo” na política mundial nos últimos anos está relacionado com a crise econômica de 2008 e com a respectiva incapacidade de responder ao processo de degradação social. Em sua avaliação, “criou-se essa palavra mágica que faz tudo o que coloca em questão os sistemas de paralisias e acordos da democracia liberal parlamentar parecer ‘irracional’, ‘emotivo’, ‘fruto de frustrações’, ‘convite a regressões atávicas’, ou seja, ‘populista’” (SAFATLE, 2019, on-line). Em outras palavras, o fascismo representa “governos nos quais uma certa concepção de ‘estado total’, uma forma explícita de implosão de qualquer possibilidade de solidariedade social com grupos historicamente vulneráveis, uma noção paranoica de nação e o culto da violência” (SAFATLE, 2019, on-line) e esta é a conceituação que destina para Bolsonaro.

Como se sabe, o fascismo foi cunhado, inicialmente, para definir o regime estabelecido por Mussolini, na Itália, em 1920, e, no decorrer do século XX, se estabelece como um sistema político com características marcantes, entre elas: o conservadorismo, o autoritarismo, o ultranacionalismo, o sexismo, o militarismo, e, claro, por ser antidemocrático e por desprezar os direitos humanos.

O fascismo possui uma definição interessante dentro do Dicionário do Pensamento Social do Século XXI.

Usado de maneira genérica, fascismo é uma palavra que designa um gênero singularmente multiforme de política moderna, inspirado pela convicção de que um **processo de renascimento nacional (palingênese) se tornou essencial para pôr fim a um prolongado período de DECADÊNCIA social e cultural**, e expressando-se ideologicamente em uma forma revolucionária de NACIONALISMO integral (ultranacionalismo) (1996, p. 320, **grifo nosso**⁴⁴).

Conforme explanado anteriormente, Bolsonaro vestiu-se de uma roupagem antissistema com a promessa de acabar com a corrupção no país, entre outras mazelas que foram “criadas” durante o período em que o PT esteve no poder, comandando a Presidência da República. Aqui, cabe referenciar a obra *Como funciona o fascismo*, de Jason Stanley, que apresenta ao leitor as táticas e os mecanismos⁴⁵ utilizados pelos fascistas, os quais são propulsores da conhecida dicotomia “nós” e “eles”.

Com base num passado fictício romantizado, em que há “nós”, mas não “eles”, e num ressentimento em relação a uma elite liberal corrupta, que se apropria de nosso suado dinheiro e ameaça nossas tradições. “Eles” são criminosos preguiçosos com quem a liberdade seria desperdiçada (e que, de todo modo, não a merecem). “Eles” mascaram seus objetivos destrutivos com a linguagem do liberalismo, ou da “justiça social”, e estão destinados a destruir nossa cultura e tradições, fazendo com que “nós” nos tornemos fracos. “Nós” somos diligentes e cumpridores da lei, tendo conquistado nossas liberdades por meio do trabalho; “eles” são indolentes, perversos, corruptos e decadentes. A política fascista transita em delírios que criam esse tipo de falsas distinções entre “nós” e “eles”, independentemente de realidades óbvias (STANLEY, 2020, p. 178).

Todos esses elementos apresentados para conceituar o populismo e o fascismo entram em discussão quando se busca compreender as bases do bolsonarismo, por isso, a ponderação do professor da Universidade da Virgínia, David Nemer, é pertinente na medida em que sustenta a existência de diversas correntes e não vislumbra uma fundação ideológica definida. Segundo ele, é possível associar falas e ações de Bolsonaro às atitudes fascistas.

Bolsonaro constantemente prega a eliminação da oposição, quando fala em 'fuzilar a petralhada' e que a ditadura militar deveria ter matado '30 mil, e começando por Fernando Henrique Cardoso; Bolsonaro tenta inflamar o nacionalismo ao exaltar o patriota e o cidadão de bem, que são figuras imaginárias de um brasileiro ideal que é cristão e obedeceria ao comandante

⁴⁴ Este discurso de “decadência”, que pode ser verificado durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, criou conexão com os milhares de brasileiros que estavam revoltados com o cenário político e econômico do país.

da nação - o próprio slogan da campanha de Bolsonaro é uma cópia descarada do slogan da Alemanha nazista 'Alemanha acima de tudo (NEMER, 2020, on-line).

Nesse norte, Neto (2020) defende que Bolsonaro não é um fascista clássico, mas carrega uma característica notável identificada no fascismo: “a obsessão pela morte como forma de poder”. Em consonância a isso, Stanley (2020) chama atenção para um dos perigos da política fascista: a desumanização. Isso porque, ao excluir determinados grupos, prejudica a capacidade de empatia entre a população e cria justificativas para o tratamento desumano, seja reprimindo a liberdade, aprisionando massas, expulsando, ou, em última instância, promovendo o extermínio. Outro perigo iminente por trás da política fascista é o risco de destruição da democracia. Nesse ponto, é pertinente destacar uma das estratégias utilizadas pelos fascistas, conforme aponta Stanley: a ansiedade sexual.

Segundo o autor, essa política ataca e mina os ideais de democracia liberal sem demonstrar isso explicitamente, bastando caracterizar aspectos de liberdade e igualdade como ameaças.

A expressão da identidade de gênero ou preferência sexual é um exercício de liberdade. Ao apresentar homossexuais ou mulheres transsexuais como uma ameaça a mulheres e crianças – e, por extensão, à capacidade dos homens de protegê-las -, a política fascista impugna o ideal liberal de liberdade. O direito de uma mulher fazer um aborto é também um exercício de liberdade. Ao apresentar o aborto como uma ameaça às crianças – e ao controle dos homens sobre elas -, a política fascista impugna o ideal liberal de liberdade. [...] também enfraquece a igualdade. Quando a igualdade é concedida às mulheres, o papel dos homens como únicos provedores de suas famílias é ameaçado (STANLEY, 2020, p. 137).

Ante o exposto, o autor sugere que a política de ansiedade sexual pode ser considerada o sinal mais evidente de erosão da democracia liberal. A propósito, na obra *O povo contra a democracia*, Mounk realiza um diagnóstico de que a democracia liberal (mistura de direitos individuais e soberania popular) está se esfacelando. Em paralelo a isso, duas novas formas de regime ganham projeção: democracia iliberal (ou democracia sem direitos) e o liberalismo antidemocrático (ou direitos sem democracia).

Neste cenário, em que democracias ao redor do mundo estão constantemente sob ataque, Levitsky e Ziblatt (2018) atentam que não se destrói uma democracia apenas com poder e coerção de militares, há outra maneira, menos dramática e tão destrutiva quanto: basta subverter o processo que os levou ao poder, aparelhando tribunais e agências; comprando ou intimidando a mídia e o setor privado. Assim, conforme os autores, eles

reescrevem as regras da política. “O paradoxo trágico de via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia —gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la” (p. 19).

Dentro desse panorama, os autores apontam para situações perigosas quando adotadas por políticos, entre elas: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) restringem liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Em linhas gerais, é preciso atentar para medidas que tentem mudar as “regras do jogo”.

Algumas evidências demonstram que o sistema político, sobretudo as democracias, estão em ameaça no século XXI. Um grande dilema para refletir sobre esta temática é que, conforme defende Mounk (2019), é preciso um alto nível de riqueza econômica e educação (distribuídos em todas as camadas) para manter uma democracia (p. 18), e, na contramão a desigualdade no mundo é crescente. Um relatório⁴⁶ recente da ONG britânica Oxfam scandaliza dados como: 1% mais rico do mundo tem mais do que o dobro da riqueza do resto da humanidade combinada; mulheres e meninas têm 12,5 bilhões de horas de trabalho não remunerado por dia; e, cerca de 2 mil bilionários são mais ricos que 60% do planeta.

É possível, naturalmente, associar a crise política ao redor do mundo com os problemas econômicos que dele decorrem. Collier (2019) enfaticamente argumenta que o capitalismo está moralmente falido e a caminho da tragédia, e defende que a socialdemocracia precisa de um reinício intelectual.

3.3 A MÁQUINA DO ÓDIO

O nome deste subtítulo é uma homenagem ao livro *A máquina do ódio*, da jornalista Patrícia Campos Mello, cujo livro trata sobre *fake news* e a violência digital da qual foi vítima durante a (e depois da) campanha eleitoral de 2018. A jornalista foi a responsável por denunciar⁴⁷, pela primeira vez, na grande imprensa brasileira, o

⁴⁶ **Time to care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis.** In: Oxfam, jan, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/en/research/time-care>>. Acesso em: 16 outubro 2020.

⁴⁷ Dois dias antes do segundo turno das eleições de 2018 a jornalista publicou a primeira reportagem (de uma série) sobre disparos em massa no WhatsApp, na maior parte das vezes beneficiando o candidato Jair Bolsonaro.

financiamento de disparos em massa no WhatsApp e outras redes para disseminar notícias falsas.

Em 2014, segundo Gomes e Dourado (2019), o Brasil já vivenciava um cenário de acirrada polarização política e esboçava uma certa mobilização nas mídias sociais para engajar eleitores nas campanhas de Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), momento em que mentiras ou meias-verdades passaram a se tornar cada vez mais recorrentes. Esse fato, somado ao que foi observado nas eleições americanas em 2016, dava indícios de que o debate político no Brasil (em 2018) seria poluído por mentiras e boatos. Além disso, rumores on-line que antecederam as eleições – como por exemplo: a execução da vereadora Marielle Franco (PSOL), a greve dos caminhoneiros e a prisão do ex-presidente Lula – “foram representativos no sentido de mostrar o potencial que têm relatos sobre fatos inverídicos de influenciar a discussão e o discurso públicos e de servir como peças estratégicas para batalhas eleitorais” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 35).

A partir da breve explanação, realizada no capítulo IV, sobre o ambiente vigente que antecedeu as eleições de 2018, se traz para a discussão um novo elemento: a forma como a campanha vencedora foi conduzida. O primeiro aspecto deve levar em conta o crescimento da importância das redes sociais e, especialmente do WhatsApp. Nas palavras de Moura e Corbelini (2019) um fator que “revoluciona a competição eleitoral e o modo de fazer campanha política no Brasil. Acima de tudo, essa era a eleição dos eleitores indignados e ‘empoderados’ pelo telefone celular” (p. 30).

Nos Estados Unidos, a plataforma pivô do escândalo da manipulação das eleições foi o Facebook. Bruno e Roque (2019) sustentam que o Brasil foi pioneiro no uso do WhatsApp como ferramenta no processo eleitoral e avaliam que essa estratégia era diferente de tudo que existia até então. A partir de uma reportagem do jornal *Intercept*, ficou mais claro como funcionava o método.

Programas computacionais são usados para monitorar e distribuir conteúdo em grupos de diabéticos, de torcedores de times de futebol de motoristas de Uber, de divulgação de vagas de emprego, de colegas de trabalho ou vizinhos. Esse foi um dos elementos essenciais do ecossistema informacional que atuou na disseminação de notícias falsas pró-bolsonaro, combinando estratégias que envolveram a contratação de serviços para criação e difusão massiva de mensagens, incluindo o uso de *chips* internacionais e listas de números telefônicos obtidos de forma escusa (BRUNO; ROQUE, 2019, p. 16).

Cesarino (2019, no prelo) também atribui ao WhatsApp um papel central na eleição de 2018 e indica alguns pontos significativos para compreender a plataforma e o

porquê ele se diferencia das outras. A saber: **a) capilaridade:** trata-se do aplicativo de mídia social mais presente nos celulares dos brasileiros, e, frequentemente, a única fonte de acesso à internet; **b) confiança:** as mensagens eram recebidas por familiares e amigos; **c) isolamento:** o aplicativo tem como sua essência a troca de mensagens privadas, e conta com criptografia. Por isso, cria um paradoxo quando conteúdos que deveriam circular em esfera pública, de modo que pudessem ser confrontados, circula em privacidade dentro das bolhas sociais; **d) ritmo:** o aplicativo tem como característica uma intensidade em seu uso, uma vez que é acessado com frequência superior aos demais.

Outro elemento importante nesse cenário são os *bots*. A Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) explicita que a palavra *bot* advém da abreviação do inglês ‘robot’. De maneira geral, a palavra é utilizada para se referir a diversas tecnologias, que englobam de programas de computador a robôs mecânicos. Mas, para o evento das eleições, a nomenclatura que recebem é bots sociais (*social bots*) e estão vinculados à propagação massiva de conteúdos falsos e a softwares que interagem nas mídias sociais. “Em plataformas como Twitter e Facebook, bots podem tomar a forma de contas automatizadas que fazem postagens, comentários e interagem com outros usuários (curtidas, mensagens, reações etc.) de modo autônomo” (FGV/DAPP, 2019, p. 7).

A imprensa brasileira foi pioneira em observar o fenômeno e alertar a população (e instituições) de que a campanha de Jair Bolsonaro estava se utilizando dessas ferramentas. Uma reportagem da Folha de São Paulo, pouco antes do segundo turno das eleições, com título “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”,⁴⁸ denunciava que empresas privadas estavam comprando de agências de marketing digital pacotes de disparo em massa no WhatsApp, para disseminar mensagens contra o PT. A prática, cabe pontuar, carregava em si dois tipos de ilegalidades imediatas. O primeiro relacionado ao fato de que é vedado o financiamento de campanhas eleitorais por empresas,⁴⁹ e o segundo de que a ação não foi declarada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ato exigido por lei.

⁴⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 16 outubro 2020

⁴⁹ Em uma reforma eleitoral realizada em 2015, o Congresso Nacional incorporou à legislação eleitoral a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declara inconstitucional o financiamento de campanhas eleitorais por empresas.

Convém ponderar sobre o envolvimento de empresários no financiamento da campanha de Jair Bolsonaro. Para além da insatisfação generalizada, conforme comentado anteriormente, essa classe carregava sentimento de aversão às políticas econômicas adotadas durante o governo de Dilma Rousseff (PT), que marcaram anos de recessão e medidas equivocadas, “Várias medidas intervencionistas adotadas por Dilma, como controle de preços dos combustíveis e tarifas de eletricidade, haviam saído pela culatra e deixado estragos” (MELLO, 2020, p. 46).

Conforme já supracitado, Jair Bolsonaro, na época, pertencia a um partido pequeno, o que implicava em desvantagem no que se refere a fundos eleitorais e tempo para propaganda em veículos de comunicação, como televisão e rádio. Contudo, a estratégia utilizada, não resta dúvidas, além de mais econômica, foi muito eficaz.

As agências ofereciam pacotes de WhatsApp por 0,08 real a 0,12 real por mensagem disparada para a própria base do candidato, constituída da lista de número de celulares obtidas pelo político ou partido. Tal base podia ser segmentada por região geográfica, faixa de renda, gênero e outras características que potencializavam a eficácia dos envios (MELLO, 2020, p. 43).

Além de lista de contatos disponibilizados pela base do candidato, também era possível contratar uma base fornecida pelas agências⁵⁰, nesse caso, o valor custaria de R\$: 0,30 a R\$: 0,40 por mensagem. Porém, as mensagens eram enviadas principalmente a grupos de apoiadores, ou seja, pessoas predispostas a acreditar naquele conteúdo (conforme abordado ao se olhar para o viés da confirmação, capítulo 2.3, item I). Assim, os destinatários que assentiam ao conteúdo que estavam recebendo tinham grande propensão de repassar aos familiares e amigos a informação. Além da estratégia de disparo arbitrário, e ilegal, de mensagens para a população, o candidato possuía na época uma presença digital muito superior⁵¹ ao seu principal concorrente, Fernando Haddad.

Para além de Bolsonaro ter maior presença digital nas redes sociais e contar com *social bots* para difundir mensagens falsas a seu favor, deve entrar no cálculo que busca compreender a campanha eleitoral brasileira um estudo realizado por pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT)⁵², que analisou mais de cem mil notícias

⁵⁰ As bases de usuários muitas vezes são fornecidas ilegalmente por empresas de cobrança ou por funcionários de empresas telefônicas.

⁵¹ No Facebook, Bolsonaro possuía 6,9 milhões de seguidores contra 689 mil de Haddad, e, no Instagram 3,8 milhões de seguidores, contra 418 mil de Haddad (MELLO, 2020, p. 43)

⁵² **Study: On Twitter, false news travels faster than true stories.** In: MIT News, mar, 2018. Disponível

que circulavam no Twitter, e mostrou que a chance de uma notícia falsa ser repassada é 70% maior do que as notícias verdadeiras.

O estudo ainda sugeriu que o motor da propagação das *fake news* na internet não está ligado aos robôs, mas sim pelas pessoas, fator que estaria diretamente relacionado aos sentimentos que são despertados⁵³ (surpresa, repulsa e medo, por exemplo). Nesse sentido, cabe outro dado pertinente. Um levantamento realizado pelo Congresso em Foco⁵⁴ verificou que, de 123 *fake news* encontradas por agências de checagem durante a campanha eleitoral, 104 beneficiavam Bolsonaro, ou seja, 84,5% do conteúdo falso circulando na internet.

O ceticismo da população que coloca em xeque a confiança nas instituições pode ser verificado em dados numa pesquisa da Ipsos Mori⁵⁵. Na pesquisa, 73%⁵⁶ dos entrevistados brasileiros alegavam já ter visto inverdades em reportagens de veículos da mídia. “Ou seja, as pessoas acham que a mídia tradicional mente e tendem a acreditar em conteúdo enviado por WhatsApp pela família e por amigos desde que tais conteúdos confirmem suas crenças” (MELLO, 2020, p. 40). Esses dados demonstram o caminho que foi percorrido no Brasil durante as eleições de 2018 diante de um momento difícil para o país, sobretudo do ponto de vista econômico e de segurança pública, os quais levaram a insatisfação/revolta e a desconfiança da população.

Convém sublinhar que, para além de todo o aparato midiático utilizado para fazer campanha eleitoral em 2018, existem outras particularidades envolvidas nesse processo, caracterizado por Cesarino (2020) como “populismo digital”, como o mecanismo discursivo e a tática política. Nesse sentido, a autora sublinha o simplismo do julgamento político dentro mecanismo populista, uma vez que opera assentado nas emoções, nos julgamentos morais e, claro, no binarismo reducionista entre “amigo e inimigo”. Assim, o tsunami de *fake news* que circulavam a favor de Bolsonaro eram difundidas com frenesi

em: < <https://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>> Acesso em: 28 outubro 2020.

⁵³ Conteúdo apelativo, conforme abordado no capítulo anterior.

⁵⁴ **Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro.** In: Congresso em Foco, out, 2018. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>> Acesso em: 30 outubro 2020.

⁵⁵ **Fake news, filter bubbles, post-truth and trust.** In: Ipsos.com, 2018. Disponível em: < <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-09/fake-news-filter-bubbles-post-truth-and-trust.pdf>> Acesso em: 29 outubro 2020

⁵⁶ How often, if at all, do you think you see stories where news organizations have deliberately said something that isn't true? (Com que frequência, se é que você acha que vê, você vê histórias em que organizações de notícias tenham deliberadamente dito algo que não é verdade? Em livre tradução)

por seus apoiadores e recebiam engajamento de *bots* nas redes sociais. Nessas mensagens, conforme apontou Cesarino, estava explícita a redução discursiva em que operavam “fácil decidir”, “simples assim”, “basta olhar”. Por isso, práticas políticas eleitorais tradicionais, como debates públicos, consulta a especialistas e mesmo um plano de governo detalhado e consistente, mostraram-se irrelevantes para o resultado eleitoral (CESARINO, no prelo).

A partir do exposto, pode-se afirmar que o papel desempenhado pelas redes sociais e sua estrutura algorítmica, especialmente durante a campanha eleitoral de 2018, deve ser observado, no mínimo, como problemático, na medida em que propiciou um ambiente tóxico e polarizado, que dificultou o diálogo e o acesso às diferenças e ao contraditório e foi responsável pelo excesso de desinformação consumida pelos usuários. Além disso, as redes sociais tiveram um papel de protagonismo na promoção de pânico, como veremos a seguir.

3.4 PÂNICO MORAL

O conceito de Pânico Moral foi desenvolvido na década de 1960 por Stanley Cohen e faz parte de uma linha de investigação sociológica que observa os processos de disputa e determinações dos limites morais da sociedade. Em suas reflexões, Cohen observou a reação a determinadas situações e identidades sociais em que se presumia representar alguma forma de perigo. Assim, Cohen (1972) utilizou o conceito para retratar como os agentes de controle social, a mídia, e, sobretudo, a opinião pública reagem frente ao rompimento de padrões normativos.

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (COHEN, 1972, p. 09).

Conforme Miskolci (2007), os pânicos morais exprimem – de forma complexa – as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida, isso porque, quando um tipo de comportamento é considerado “desviante” da “norma”, é julgado e recebe forte reação coletiva. O pânico moral também se associa a outros conceitos, como por exemplo: desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais, uma vez que possibilita esclarecimentos e delinea as fronteiras morais da sociedade, demonstrando, sobretudo, diferentes graus de dissenso e de tolerância. Por esse motivo, lidam com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social.

O termo pânico poderia ser criticado por descrever um fenômeno social por meio de alusão a sentimentos ou atos irracionais, mas é plenamente justificado porque se refere a um temor coletivo bem diferente do causado, por exemplo, por uma crise econômica. O foco no “medo” enfatiza como as reações a comportamentos não-convencionais não surgem sempre por meio de julgamentos realistas e ponderados a respeito das consequências coletivas de estilos de vida particulares (MISKOLCI, 2007, p. 112).

Essas reações, segundo o autor, são geradas por “ameaças” à ordem social ou à concepção idealizada dela, a exemplo de instituições históricas, entre elas: a família e o casamento, que têm status de alto valor na sociedade. Nesse sentido, é possível compreender o pânico moral como um consenso que é aceito e compartilhado por muitas pessoas. Miskolci (2007) chama atenção para o fato de que, no passado, era possível identificar na sociedade um poder disciplinar⁵⁷, contudo, agora é possível verificar uma forma de poder que se baseia no controle, a exemplo do movimento antipsiquiátrico e a despatologização e descriminalização de determinados comportamentos, “Ao invés de tratar ou prender, a sociedade encontra meios de controlar aqueles cujos estilos de vida supostamente ameaçam a normalidade social” (MISKOLCI, 2007, p. 113). O autor também argumenta que os pânicos morais acabam sendo privilegiados nessa nova ordem de poder, atuando sobre o controle social e legal como forma de comportamento. “Os empreendedores morais, ao invés de propor a criminalização e o aprisionamento, tendem a sugerir medidas educacionais, de prevenção e regulamentação legal” (ibidem, p. 113).

Há, contudo, outro aspecto basilar para compreender o conceito apontado por Miskolci (2007): **“O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas**

⁵⁷ Conceito de Michel Foucault, apresentado em *Vigiar e Punir*.

também desproporcionais” (p. 114). Esse sentimento, segundo o autor, gera um anseio e uma reação coletiva de que algo deve ser feito para impedir o suposto descontrole social.

No livro Tribos Morais (2018), o neurocientista, filósofo e professor de Harvard Joshua Greene aponta para alguns temas sensíveis no debate público, a saber:

As diferenças tribais que se transformam em controvérsias públicas em geral envolvem sexo (casamento homossexual, homossexuais no serviço militar, a vida sexual dos funcionários públicos) e a morte às margens da vida (aborto, suicídio medicamente assistido, uso de células embrionárias para pesquisa). Que tais questões sejam morais certamente não é arbitrário. Sexo e morte são o acelerador e o freio do crescimento tribal. (Sexo homossexual e aborto, por exemplo, são alternativas à reprodução.) O que está menos claro é por que as tribos possuem visões diferentes sobre o sexo, vida e morte e por que algumas estão mais dispostas que outras a impor sua visão aos outsiders" (GREENE, 2018, p. 21).

A sexualidade, como visto até aqui, é uma temática pungente na sociedade. Stanley (2020) ao traçar os mecanismos por trás da política fascista, apontou para a “ansiedade sexual” como uma estratégia utilizada para gerar o medo na sociedade, “Como a política fascista tem, na sua base, a tradicional família patriarcal, ela é naturalmente acompanhada de pânico sobre os desvios dessa família patriarcal. Transgêneros e homossexuais são usados para aumentar a ansiedade e o pânico sobre a ameaça dos papéis masculinos tradicionais” (p. 127).

A “ideologia de gênero”, tema diretamente ligado à sexualidade, foi um dos assuntos mais vistos durante a campanha eleitoral de 2018, seja através de pós-verdades ou de *fake news*. Miskolci e Campana (2017) através de uma análise genealógica, identificam, no seio da Igreja católica, a emersão deste instrumento político-discursivo nas últimas décadas. Segundo os autores, durante a Conferência Mundial de Beijing, organizada pelas Nações Unidas, em 1995, foi reconhecida a desigualdade de gênero como um problema estrutural, e, a partir daquele momento, no qual tais declarações tinham alcance global, a categoria “gênero” passou a fazer parte de debates que envolviam o papel da mulher, o que, conseqüentemente, gerou reações em diversos setores, especialmente o religioso.

Conforme apontado por Miskolci e Campana (2017) alguns textos como o do então cardeal Joseph Alouisius Ratzinger (que em 2005 tornar-se-ia o papa Bento XVI), escritos em 1997, “constituiria uma peça-chave para começar a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de

reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (p. 726). A Igreja católica também se posicionou por meio do próprio papa João Paulo II. Em maio de 2014, em uma carta destinada aos bispos, “manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina” (p. 727).

A partir de então, a contraofensiva católica (e posteriormente de todo o conservadorismo religioso) seria o combate a essa “perspectiva de gênero”. Para isso, começou a atacar, afirmando que na verdade não era mais do que uma ferramenta ideológica de dominação e, assim, a desarticular, desconfigurar e reprovar as ideias e mensagens feministas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727).

Em outro momento, durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam), no ano de 2007, a discussão novamente volta-se para a “ideologia de gênero”, desta vez deixando clara a “preocupação” da Igreja católica frente às questões homossexuais.

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provedores. 3. A Primeira Conferência da Mulher ocorreu na Cidade do México, em 1975, reivindicando a necessidade de elaborar um guia de ação para acabar com a discriminação da mulher e favorecer seu avanço social. A segunda foi em Copenhague (1980) e a terceira em Nairóbi (1985). 4. Gênero é um conceito científico – originalmente desenvolvido para diferenciar sexo biológico e identificação – e incorporado às ciências sociais e humanas a partir da década de 1970, em especial por pesquisadoras/e feministas e/ou queer. Há uma vasta literatura disponível sobre o conceito de gênero, dentro da qual recomendamos Scott (1989) e Butler (2003). Sobre a influência do feminismo na teoria social, consulte Adelman (2009). 728 Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, setembro/dezembro 2017 cado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CELAM, 2007, p. 30).

Miskolci e Campana (2017) chamam atenção para o fato que, nos últimos anos, na América Latina, alguns avanços como a descriminalização do aborto e o reconhecimento de casais do mesmo sexo foram observados, ao passo que diversas pesquisas demonstraram distanciamento de indivíduos religiosos às normas impostas pelo Vaticano (p. 728) Contudo, embora a Igreja Católica esteja no âmago dessas discussões, foi possível observar outras organizações se unindo à “causa”, a exemplo de organizações não governamentais que se autodenominam como “pró-vida” e que contam com perfil religioso conservador, bem como as instituições evangélicas. E ainda:

Somam-se a esses grupos, outros, os quais apoiam a batalha por razões não apenas religiosas, caso do Programa Escola sem Partido⁵⁸, no Brasil, criado em 2004 como reação às práticas educacionais que seus defensores definem como “doutrinação política e ideológica na sala de aula” e “usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos (Ibidem, p. 729).

No Brasil, cabe referir, houve ampliação da bancada neopentecostal no Congresso Nacional em 2010, durante o governo de esquerda da então presidente Dilma Rousseff, fato que prejudicou o avanço de projetos que interessavam às minorias, como mulheres, negros e homossexuais, por exemplo. Nesse sentido, pode-se afirmar que, nesse período, houve um distanciamento por parte do governo federal das demandas dos movimentos feministas e LGBT. Entretanto, a percepção da população pode ter sido outra; ao passo que foram alimentadas pelo discurso de Jair Bolsonaro. Assim, na medida em que o então candidato distorcia os fatos, estava criando aquilo que Stanley (2020) chamou de “estado de irreabilidade”, no qual as teorias da conspiração e as notícias falsas, por exemplo, passam a ocupar o lugar do debate fundamentado.

Nesse sentido, cabe ponderar ainda sobre dois aspectos importantes para compreender a eleição presidencial de 2018. Primeiramente, de acordo com Miskolci e Campana (2017), os “empreendedores morais não formam um grupo coeso e sua aliança é circunstancial”.

É em relação (dependente) com o que denominam de “ideologia de gênero” que constroem um espaço político-moral mais ou menos compartilhado por católicos, neopentecostais ou outros grupos e indivíduos que se identificam com ele. O campo discursivo de ação contra a temida “ideologia de gênero” tende a ser reconhecido como politicamente de direita, mas também atrai e agrega um público que – em meio à crise econômica recente e às denúncias de corrupção em diversos países latino-americanos – passa a se afirmar apartidário e/ou insatisfeito com a política institucional (ibidem, p. 742).

Assim, de acordo com os autores, é possível presumir que, em um cenário de insatisfação e descontentamento (conforme apontado anteriormente, era essa a conjuntura), seriam suficientes para que as pessoas aderissem a pautas políticos-morais como a “ideologia de gênero”. Não é errôneo então supor que, mesmo aqueles que não tinham interesse por essa pauta podem ter passado a defendê-la na medida em que iam se posicionando favoráveis ao candidato que as defendia. Assim, somando-se as sucessivas

⁵⁸ Para Penna (2018), o próprio nome “escola sem partido” veio a calhar para o engajamento da sociedade brasileira, pois conseguiu explorar o enorme desprezo que a população tem por políticos profissionais.

fake news e desinformações sobre questões relacionadas à pauta “ideologia de gênero” que foram disseminadas durante a eleição é provável que a pauta tenha ganhado adesão de quem não estava diretamente interessado nela.

Nesse sentido, um segundo ponto que não pode ser negligenciado, conforme aponta Cesarino (2020), refere-se aos próprios conteúdos que eram criados e repassados, com o objetivo de demonstrar caos na segurança pública e na ordem moral, “fotos de policiais, bandidos ou inocentes mortos, vídeos explícitos de violência e ofensas sendo cometidas (espancamentos, assaltos, vandalismo, tortura, estupros) [...] Outra linha que chama atenção diz respeito a conteúdo pornográfico” (p. 107).

Sem dúvida, todos estes elementos foram responsáveis por gerar pânico moral em diversos setores da sociedade, o que será evidenciado no próximo capítulo, com uma análise de materiais coletados, que circularam durante o período de campanha eleitoral.

4 SEXUALIDADE E PÂNICO NO CONTEMPORÂNEO

No presente capítulo, são apresentados e analisados alguns dos principais materiais que circularam durante as eleições presidenciais e que guardam relações mais estreitas com o tema desta dissertação. Os elementos selecionados para análise, como será justificado, são caracterizados como *fake news*. Ainda sobre o corpo analítico, convém mencionar que foram escolhidos a partir de levantamentos realizados por canais de comunicação, conforme quadro abaixo:

RANKING <i>FAKE NEWS</i> – ELEIÇÕES 2018				
Agência Lupa ⁵⁹	Brasil de Fato ⁶⁰	El País ⁶¹	O Povo Online ⁶²	Último Segundo IG ⁶³
1. “Ato em Campinas em prol da saúde do presidente Jair Messias Bolsonaro”.	1. Kit gay e livro exibido por Bolsonaro no Jornal Nacional	1. O “kit gay” para crianças de 6 anos que foi distribuído nas escolas	1. “kit-gay”.	1. A urna que sugeria Haddad após eleitor digitar “1”
2. “Jean Wyllys confirma convite de Haddad para ser ministro da educação em eventual governo do petista”.	2. Mamadeira de piroca	2. O homem que apunhalou Bolsonaro é filiado ao PT e aparece numa foto com Lula	2. Fátima Bernardes teria reformado a casa de Adélio.	2. Suposto vídeo íntimo de João Doria (PSDB)
3. “Olha Copacabana como está agora!!! Manifestação *#Elesim*”	3. Jean Wyllys: ministro de Haddad	3. A senhora agredida por ser eleitora de Bolsonaro (que na verdade era Beatriz Segall).	3. candidato (Haddad) tinha seguranças cubanos.	3. Kit Gay e livro exibido por Bolsonaro no Jornal Nacional
4. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu os códigos das urnas eletrônicas para os venezuelanos	4. Frase de Haddad sobre decisão do Estado sobre crianças	4. Haddad defende o incesto e o comunismo em um de seus livros	4. Jean Wyllys (Psol-RJ) foi convidado para ser ministro da Educação num possível governo Haddad	4. A jovem que foi marcada com uma suástica
5. Vice-presidente da Guiné Equatorial preso em Viracopos (SP), tinha recursos do BNDES	5. Agressão de Ciro Gomes a Patrícia Pillar	5. Se Haddad chegar ao poder, pretende legalizar a pedofilia	5. um milhão de pessoas fizeram um “coro de arrepiar” na Esplanada dos Ministérios em defesa de Jair Bolsonaro	5. Adélio de Oliveira estava em ato pró-Lula
6. “cabe ao estado decidir se uma criança será menino	6. Marielle Franco (esquerda) ligada a facção criminosa		6. “Movimento nordestinos voltem para casa, o Rio não é lugar para jegue! (Flávio Bolsonaro)	6. Geraldo Azevedo foi torturado por Mourão

⁵⁹ Agência Lupa: Dez notícias falsas com 865 mil compartilhamentos: o lixo digital do 1º turno. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias-falsas-1-turno>>

⁶⁰ Brasil de Fato: Neste 1º de abril, relembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>>

⁶¹ El País: Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html>

⁶² O povo Online: As dez principais fake news da campanha eleitoral de 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/10/as-dez-principais-fake-news-da-campanha-eleitoral-de-2018.html>>

⁶³ Último segundo IG: Fake news marcaram as eleições de 2018; relembre as 10 mais emblemáticas. Disponível em: <<https://ultimossegundo.ig.com.br/politica/2018-10-29/10-fake-news-das-eleicoes.html>>

ou menina” atribuído a Haddad				
7. Apresentador Datena apoia Bolsonaro em vídeo	7. Manuela D’Ávila com a camiseta "Jesus é Travesti"		7. general Hamilton Mourão, vice-presidente de Jair Bolsonaro, propõe o confisco da poupança.	7. Manuela D’Ávila usou camiseta com frase "Jesus é Travesti"
8. Traficantes do Comando Vermelho (CV) declaravam apoio a Bolsonaro	8. Aposentadoria de Bolsonaro por insanidade		8. Manuela D’Ávila afirmou que o cristianismo vai desaparecer e que “nós somos mais populares do que Jesus Cristo neste momento”	8. A mulher que teria passado a faca para Adelio em atentado contra Bolsonaro
9. ex-mulher do candidato derrotado Ciro Gomes (PDT) era favorável a Bolsonaro e que seu ex-marido a agredia.	9. Obras de Fátima Bernardes na casa do homem que esfaqueou Bolsonaro		9. autor do atentado contra Bolsonaro, é próximo ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	9. Responsável por pesquisa Datafolha é petista
10. foto adulterada para mostrar petistas agredindo um eleitor de Bolsonaro.	10. Senhora agredida por ser eleitora de Bolsonaro		10. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “entregou códigos de segurança das urnas eletrônicas para venezuelanos”	10. Plano Ursal

Fonte: BARBIERI, Laíssa F, 2021.

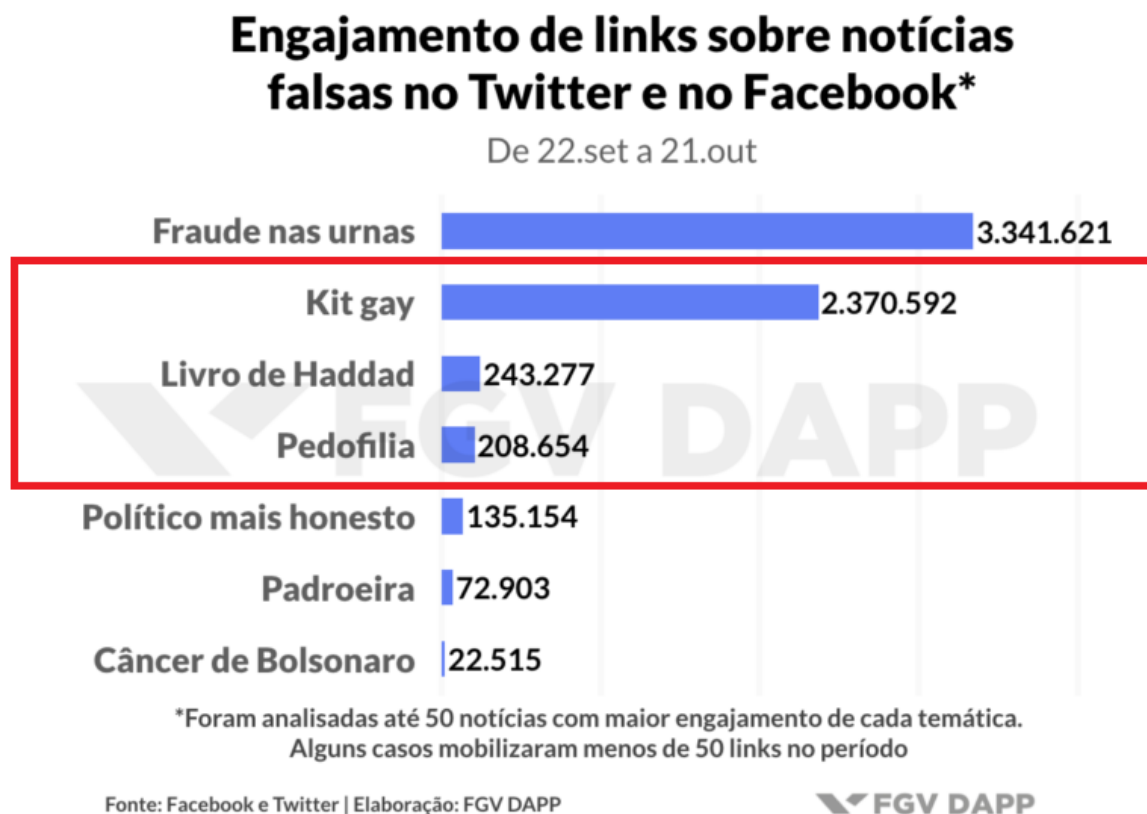
Ante o exposto, cinco portais na internet realizaram levantamentos sobre as principais *fake news* veiculadas durante as eleições: Agência Lupa⁶⁴; Brasil de Fato; El País; O povo online; e, Último Segundo IG. A partir dos conteúdos apontados no levantamento desses portais – os quais foram elencados como as principais notícias falsas disseminadas na campanha eleitoral de 2018 –, foram selecionados cinco materiais. Cabe observar que, entre os quarenta e cinco levantados, entre os cinco portais, em vinte e dois deles encontramos o tema da sexualidade presente. Isso significa que, dos materiais apontados como *fake news* de maior repercussão pelos portais, 48,88% está relacionado com a sexualidade.

Neste sentido, os objetos de análise em questão não foram selecionados acidentalmente ou ao acaso. São designados para a arguição desta dissertação por permitirem a observação de que **o uso do dispositivo da sexualidade atuou na promoção do pânico moral** durante as eleições. Um estudo⁶⁵ realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da FGV traz dados pertinentes, que sustentam a hipótese deste estudo. Como pode ser comprovado na imagem a seguir.

⁶⁴ Primeira empresa especializada em fact-checking do Brasil.

⁶⁵ Fraude nas urnas e “kit gay” têm mais impacto que outras notícias falsas. Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/fraude-nas-urnas-e-kit-gay-tem-maior-impacto-que-outras-noticias-falsas-em-twitter-facebook-e-youtube/> Acesso em: 30 de março 2021.

Figura 3 - Estudo DAPP – FGV⁶⁶



Os dados apresentados na Figura 3 evidenciam que temas ligados à sexualidade estão no topo do levantamento sobre as notícias falsas que mais geraram engajamento nas plataformas digitais durante o período eleitoral. É possível observar nos materiais a presença ou referências à “ideologia de gênero”, que é compreendida por parte da população como um “plano” para destruir valores tradicionais da civilização ocidental. Nesse universo, passamos a apresentar as considerações sobre os materiais coletados para análise desta pesquisa.

⁶⁶ O terceiro item, denominado como “Livro de Haddad”, trata de um suposto livro que incentivava o incesto entre pais e filhos, e, ainda, continha os dez mandamentos sobre o comunismo. O fato foi checado e esclarecido pela imprensa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-livro-escrito-por-haddad-incentive-o-incesto-e-cite-dez-mandatos-do-comunismo.ghtml>>. Acesso em: 30 de março 2021.

4.1 O KIT GAY E OUTRAS DISTORÇÕES

O projeto Escola Sem Homofobia, apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2011, tinha como objetivo oferecer formação aos professores das escolas para lidarem com os direitos LGBT e lutar contra a violência e os preconceitos, de modo a promover o respeito à diversidade entre jovens e adolescentes. Embora contasse com o apoio de diversas ONGs, o projeto nunca foi implementado, pois sofreu pressão da bancada evangélica no Congresso Nacional, e foi vetado pela então presidente Dilma Rousseff.

Figura 4 - Presidenciável Jair Bolsonaro distorce fatos sobre livro educativo em Programa Nacional



Fonte: Congresso em Foco. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras>

Este projeto foi apelidado pejorativamente como “Kit Gay”. Seus detratores alegavam que o intuito dessa ação era “sexualizar as crianças” e “ensinar a ideologia de gênero nas escolas do Brasil”. Penna (2018) esclarece que, embora já seja de

conhecimento público que ninguém escolhe a sua orientação sexual, o discurso reacionário tenta fazer as pessoas crer que a escola quer transformar os jovens em gays e lésbicas, assim, a “ideologia de gênero” torna-se “uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais” (p. 112)

Segundo Kalil (2018), líderes religiosos têm grande participação na difusão do discurso de que o “Kit Gay” seria o responsável pela “destruição da família tradicional”. E mais:

Possuem a percepção de que a “família tradicional” vem sendo ameaçada nos últimos tempos e que o PT corroborou para que isso acontecesse, sobretudo com aquilo que propunham para a educação das crianças, levando “ideologia de gênero” e o “kit gay” para dentro das escolas. Acreditam que nos últimos tempos houve, no Brasil, uma inversão de valores onde há defesa do criminoso e não da vítima, o aumento do incentivo ao consumo de drogas, ao aborto e a promiscuidade por parte de jovens esquerdistas e feministas. Estes grupos estariam subvertendo a família tradicional em favor de uma possível “ditadura gayzista” (KALIL, 2018, p. 22).

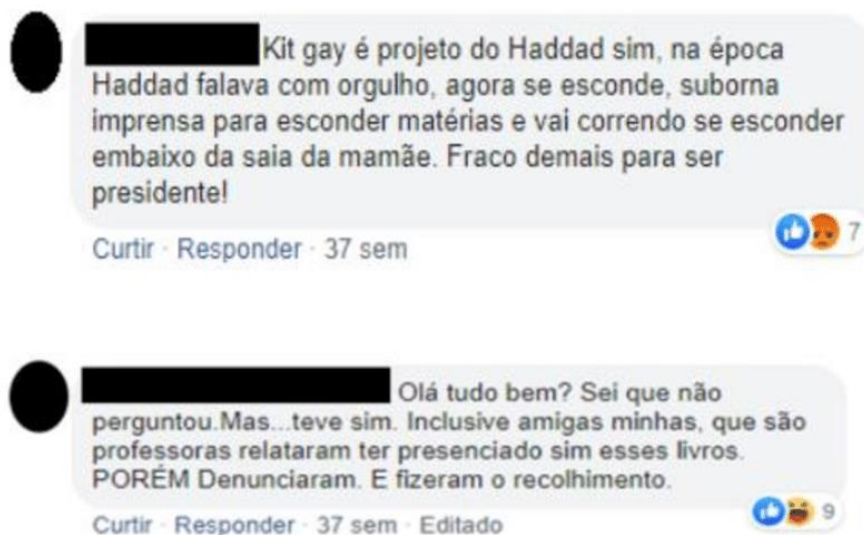
Esse material, que foi amplamente difundido durante as eleições, pode ser enquadrado não apenas como *fake news*⁶⁷, mas também como pós-verdade. Isso porque, para além da falsa condição de notícia jornalística, houve a disseminação dessa inverdade pelo então candidato Jair Bolsonaro, e isso pode ser caracterizado, conforme contextualização do capítulo II, como pós-verdade.

Durante a sua campanha eleitoral, poucas entrevistas foram concedidas por Bolsonaro aos tradicionais veículos de comunicação. No dia 28 de agosto de 2018, ele foi entrevistado ao vivo pelo principal telejornal brasileiro, o Jornal Nacional (TV Globo). Naquela oportunidade, ele explorou a pauta “kit gay” e, de forma ilustrativa, mostrou um exemplar do livro *Aparelho Sexual e Cia.*, de Hélène Bruller e Philippe Chapuis, o qual teve apenas 28 exemplares comprados pelo Governo Federal e distribuídos em algumas bibliotecas. Essas aquisições, contudo, não significam que a obra estivesse incluída no programa Escola Sem Homofobia. O livro não fazia parte desse programa e nunca foi distribuído em escolas. Aqui, cabe a destacar a descrição feita por Hancock (2016), que caracteriza a pós-verdade como frases que “passam a sensação de serem verdadeiras, mas não têm nenhuma base real”. Nesse sentido, alguns *prints* obtidos na internet vão ao

⁶⁷ *Fake News* aqui refere-se à conceituação apontada por Gomes e Dourado (2019) com a roupagem de conteúdo jornalístico.

encontro do conceito e mostram como houve engajamento de usuários com esses conteúdos na internet:

Figura 5 - Comentários Facebook¹



Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-Comentario-sobre-o-kit-gay-extraido-do-perfil-do-Facebook-de-Haddad_fig2_346737959 Acesso em: 12 abr 2021

Figura 6 - Comentários Facebook²



Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-Comentario-sobre-o-kit-gay-extraido-do-perfil-do-Facebook-de-Haddad_fig2_346737959 Acesso em: 12 abr 2021

Além disso, o tema não foi explorado de forma extremada pelo presidencial. Pelo contrário. O então candidato e seus aliados políticos exploraram de forma recorrente o assunto “kit gay”, e o associavam como um “projeto” do seu principal adversário político. Bolsonaro voltou a distorcer os fatos em rede nacional, no dia 09 de outubro de

2018 (dois dias após o primeiro turno das eleições e menos de vinte dias antes do segundo turno), ao ser entrevistado na rádio Jovem Pan, no programa *Pânico* (que é transmitido para todo o Brasil em mais de 50 filiais). Na oportunidade, voltou a atacar Fernando Haddad (PT), atribuindo-lhe a autoria do “kit gay”⁶⁸.

Cesarino (2020) observa que ninguém nunca viu o kit gay original, contudo, pode-se observar que este assunto produziu consequências reais sobre o eleitorado. A autora também identificou que muitos dos materiais e memes que analisou durante a campanha eleitoral tinham como principal efeito pretendido “realizar uma inversão [...] onde a bolha bolsonarista passasse a ser considerada o lugar da verdade, e a esfera pública e o sistema de peritos fossem vistos como o *locus* da mentira, da hipocrisia e da manipulação”.

Se, de acordo com Zarzalejos (2017), a pós-verdade não é sinônimo da mentira, mas, sim, uma relativização da verdade e banalização dos dados, de modo que haja uma supremacia no discurso emocional, cabe questionar: o que esse discurso (kit gay) despertou no “emocional” da população? Para refletir sobre essa pergunta, cabe rememorar as palavras de Foucault sobre a produção de discursos

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, arquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Como veremos a seguir, o kit gay é apenas uma das peças utilizadas para desinformação da campanha eleitoral de 2018. A concepção de “ideologia de gênero”, que esteve intimamente presente nas narrativas do candidato Jair Bolsonaro, poderá ser explicada a partir do dispositivo da sexualidade e da promoção de pânico moral.

⁶⁸ ‘O Haddad criou o Kit Gay’, diz Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://jovempan.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/o-haddad-criou-o-kit-gay-diz-jair-bolsonaro.html> Acesso em: 30 de março 2021.

Figura 7 - Haddad criador do Kit Gay



Fonte: El país. Disponível em:

brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html

O discurso apresentado na Figura 7 atesta, mais uma vez, que a pauta “kit gay” foi utilizada inúmeras vezes e em diversas narrativas com o objetivo de escandalizar uma

inverdade e atacar os adversários políticos de Bolsonaro, especialmente Haddad. No âmago do significado que se pretende disseminar, somam-se conceitos na medida em que o dispositivo de sexualidade (observado na imagem) dialoga com aquilo que Stanley (2020) caracteriza como *ansiedade sexual*. A narrativa por trás de uma expressão que conta com a palavra *gay* demonstra o intuito de reforçar preconceitos e rotular os homossexuais como uma ameaça à sociedade, e, nesse caso em específico, às crianças. Na própria legenda da publicação que foi vinculada no Facebook, o usuário posiciona-se “[...] contra um governo imoral e em favor do futuro de nossas crianças [...]”. Com a referida frase, é possível identificar aquilo que Miskolci (2007) enfatizou sobre os pânicos morais exprimirem o que a coletividade “considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida” (p. 111).

Outros elementos mais superficiais são marcantes na imagem. As letras garrafais, em maiúsculo e amarelas, são utilizadas de modo a criar uma sensação visual forte, ao passo que a cor preta transmite, e, está ligada, na cultura ocidental, à representação de morte e medo. Faz parte também da composição da imagem uma foto do principal adversário político de Bolsonaro, na qual o candidato Haddad está com uma fisionomia “fechada”, não há sorriso ou elementos que pudessem remeter a sentimentos de carisma, simpatia ou qualquer outra qualidade positiva. Outro ponto está na própria disposição da foto, pois o candidato da oposição encontra-se no centro da imagem divulgada, criando um elo imediato da sua pessoa com as frases expostas. Ao observar alguns materiais da campanha eleitoral de 2018 que favoreciam Bolsonaro, Cesarino (no prelo) identificou que “simbologias de pureza e perigo eram mobilizadas para produzir fronteiras rígidas entre grupos, que passavam a ser policiadas por afetos de repugnância e repulsa mútuos. Muitos memes eram explícitos na redução discursiva que pretendiam operar: ‘fácil decidir’, ‘simples assim’”.

Nesse sentido, conforme pontua a autora, as práticas tradicionais de debate público ou mesmo um plano de governo detalhado não foram relevantes para o resultado eleitoral. Em contrapartida, as análises permitem considerar que a distorção de informações e a suscitação do pânico moral fundamentado, sobretudo, em discursos ligados à sexualidade foram importantes para o processo eleitoral. Na imagem, é possível observar que essa única publicação teve o expressivo número de 63.783 compartilhamentos.

Figura 8 - A mamadeira

Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>

O caso retratado na Figura 8 trata-se de um vídeo publicado por usuário do Facebook em que aparecia uma mamadeira erótica, com o bico em formato de pênis, o qual foi chamado pejorativamente de “mamadeira de piroca”. O vídeo do objeto, que é vendido em lojas de sex shops, foi republicado em páginas e grupos nas diferentes redes sociais e continha a informação de que seria distribuído nas creches do Estado de São Paulo por determinação do ex-prefeito e oponente político de Bolsonaro, Fernando Haddad (PT).

Gomes e Dourado (2019) observaram que, em grande parte, os materiais identificados como *fake news* foram “construídos com frases simples e diretas, que também ajudam a consolidar a imagem de uma narração de fatos séria e dotada de credibilidade” (p. 43), contudo, nem todos os casos obedeciam a um determinado padrão. Por isso, a mimetização jornalística, segundo os autores, não é um recurso fundamental na produção de *fake news*. “Muitas vezes, esses conteúdos são amadores ou mal-arranjados, com erros de português, mas, mesmo assim, são defendidos e repassados como legítimos” (ibidem, p. 43). O que não se pode deixar de considerar, todavia, é que “o surgimento de *fake news* de ampla viralização sobre determinado assunto é precedido por disputas e tensões informativas, não de raro amparadas em distorções, em narrativas

conspiratórias e em boatos sem fundamento sobre o tema retratado” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 43).

A mamadeira, de nome depreciativo, faz parte de uma agremiação de narrativas “que se deu em torno de ideias como a de ‘indução à homossexualidade’, ‘incentivo à pedofilia’ e ‘estímulo à atividade sexual precoce de crianças em idade escolar’, mobilizadas pelo campo conservador” (ibidem, p. 38). Nesse sentido, conforme apurou o Portal Comprova,⁶⁹ muitos usuários entenderam a publicação como sátira e ironizaram a postagem, entretanto, houve usuários que manifestaram indignação e revolta. Apenas dois dias depois da publicação do vídeo no Facebook, cerca de 2,2 mil usuários tinham reagido com o botão GRR⁷⁰, que é caracterizado por um emoji irritado e costuma ser utilizado para demonstrar o sentimento de raiva ou desaprovação a determinado contexto. Além disso, de acordo com a checagem, a publicação original do vídeo teve 2,4 milhões de visualizações e 71 mil compartilhamentos entre os dias 25 e 27 de setembro de 2018.

Figura 9 - Haddad quer tornar a pedofilia ato legal



Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html>

⁶⁹ Projeto de jornalismo colaborativo contra a desinformação. (www.projeto comprova.com.br/)

⁷⁰ Segundo levantamento do Comprova. Disponível em:

<https://projeto comprova.com.br/post/re_2B5W8XYj0Jwb> Acesso em: 08 abril 2021

No dia 13 de outubro de 2018, isso é, duas semanas antes do segundo turno da eleição presidencial que decidiria a vitória política entre os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), começou a circular nas redes sociais uma imagem com a mensagem de que um projeto de lei tornaria a pedofilia um ato legal, e pois a prática de atos sexuais com crianças a partir de 12 anos deixaria de ser crime. É possível identificar que a referida imagem tinha, claramente, o intuito de se ligar com a campanha do PT, na medida em que possuía na parte superior de estrutura a logomarca da campanha petista.

Nessa figura, é possível identificar, de imediato, alguns elementos significativos para uma leitura sobre as possíveis intenções do comunicador. Primeiramente, mais uma vez chama atenção o uso de letras maiúsculas. Isso porque, na internet, é comum utilizar letras em caixa-alta para simbolizar o efeito de estar “gritando”. Sobre a combinação de cores, preto e vermelho, pertinente destacar que ambas são agressivas e complementares. Em sua composição, o cartaz apresenta a foto de uma menina de pele branca, de cabelo liso e semblante de medo e pavor. Os olhos estão levemente marejados de lágrimas e sua boca é tapada pela mão de um homem adulto (possível referência ao abusador), que estaria silenciando a criança.

O fato de, na imagem, ter sido retratada uma criança branca é significativo e dotado de bastante expressão, pois, conforme indicou Bento (2018), os corpos eleitos para representar a pureza da nação brasileira são os corpos brancos, não os corpos negros. Por essa razão, não seria forçoso afirmar que, caso a imagem carregasse todos os demais elementos e apenas tivesse a fotografia substituída por uma criança negra, talvez não contasse com tamanha comoção. Foucault (2010), ao examinar a questão do racismo, alega que se trata de algo muito mais profundo do que uma ideologia e o atribui a um mecanismo que permite o biopoder exercer-se. “Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (p. 217).

Outro elemento notável é a utilização de um Plano de Lei (PL) na imagem. O PL 236/2012 existe e é de autoria do ex-senador José Sarnei. Contudo, diferentemente do que intenta exprimir o cartaz, o projeto de reforma do Código Penal Brasileiro, especificamente no art. 186, não tem como propositura tornar legal a pedofilia, mas sim, reduzir de 14 para 12 anos a idade máxima para que um menor seja considerado

vulnerável⁷¹. Assim, apesar de a proposta ter causado controvérsia em diferentes setores da sociedade, não é verdade e não há nenhuma menção sobre tornar a pedofilia um ato legal.

Diante desses componentes que integram a referida imagem, observa-se a distorção dos fatos e, mais do que isso, como pontuou Miskolci (2007), ao caracterizar os pânico morais, promove-se uma preocupação desproporcional nos indivíduos em relação ao perigo real que determinado fator representa. “O pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detêm um status valorizado como a família ou o casamento” (p. 112). Além disso, o autor observa que o pânico moral gera um sentimento e uma reação coletiva de que algo deve ser feito para impedir o suposto descontrole social. Assim, o motivo pelo qual se tenta vincular o cartaz à campanha petista fica em evidência: os eleitores podem impedir a suposta ameaça e outras “aberrações” detendo a chegada do PT à Presidência.

Figura 10 - Jean Wyllys como ministro de Haddad



Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias-falsas-1-turno>>

Na Figura 10, são identificados os elementos mais marcantes na produção de *fake news*, reunindo aquilo que Bucci (2019) aponta como o ato de se fazer passar por

⁷¹ Informações ratificadas no site do Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404> Acesso em: 01 abril 2021

jornalismo sem o ser, na medida em que é simulada uma linguagem jornalística. A imagem em questão falseia ser uma manchete de um dos maiores portais notícias no Brasil, o G1.

Nas técnicas empregadas para produção da imagem são perceptíveis o layout idêntico ao do site, incluindo a logomarca do portal no canto superior, e, também: título; linha fina ou título complementar; o editorial (política); autoria (jornalista responsável); local; data e hora da produção da notícia. Tais elementos são utilizados, sem dúvida, com o propósito de usufruir da autoridade e credibilidade da instituição do jornalismo. Para além disso, um olhar atencioso permite observar que existe racionalidade por trás da manipulação das informações. Na imagem exposta, dois detalhes velados buscam que o leitor do conteúdo acredite no que está vendo: o editorial (identificado como “política”) está em “sintonia” com o local, que diz ser de Brasília, onde costumeiramente são divulgadas as notícias mais importantes do cenário político nacional.

O título complementar incita o leitor ao apresentar nomes do cenário político com alto índice de reprovação da população, como é o caso dos ex-presidentes do PT Dilma Housseff (que sofreu impeachment em 2016) e Lula (que estava preso, sob acusação de corrupção). Como bem lembram Gomes e Dourado (2019), as *fake news* são essencialmente digitais, isso é, na medida em que estão expostas nas redes sociais, fazem parte de um espaço carregado de identidades e afetos.

O título principal traz a mensagem “**Jean Wyllys confirma convite de Haddad para ser ministro da educação em eventual governo petista**”. Wyllys tornou-se conhecido nacionalmente após participar e vencer o reality show *Big Brother Brasil*, em 2005. Homossexual assumido, ele iniciou sua trajetória política em 2010, como Deputado Federal pelo partido de extrema-esquerda Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁷². Em 2015, foi eleito pela revista britânica *The Economist* como uma das 50 personalidades que mais lutam pela diversidade no mundo, especialmente por lutar em defesa de direitos da comunidade gay⁷³.

Durante suas trajetórias políticas, Jean Wyllys e Jair Bolsonaro estiveram envolvidos em confrontos diretos. Um dos episódios mais marcantes ocorreu durante o

⁷² Posicionamento no espectro-político conforme aponta a sigla na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglas/siglar2/p/PSOL.html>> Acesso em: 11/04/2021

⁷³ Ver mais em matéria no site Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/economist-jean-wyllys-entre-os-50-mais-influentes-na-defesa-da-diversidade/>> Acesso em: 11 abr 2021

processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Housseff (PT) em 2016, quando o deputado do PSOL cuspiu em Jair Bolsonaro após ser insultado. O atrito entre as duas figuras é um dos fatores motivadores para que Wyllys tenha sido alvo de constantes ataques de ódio e *fake news* por parte da base bolsonarista durante a campanha eleitoral de 2018.

O nome de Wyllys estampado no título da imagem como possível Ministro da Educação foi utilizado de maneira artilosa, como será descrito. O cargo de poder que lhe seria destinado, caso a informação fosse verdadeira e se confirmasse, representaria uma afronta a urgências históricas específicas. O regime binário que determina quem somos na atualidade, a partir das classificações entre lícito e ilícito, permitido e proibido, estabelece também as relações de poder, e, conforme Foucault (2018), é “em face de um poder, que é lei, que o sujeito que é constituído como sujeito - que é ‘sujeitado’ – e aquele que obedece” (p.93). Nesse sentido, Wyllys é um assujeitado, pois sua orientação sexual (homossexual) é incongruente em uma sociedade que, desde o século XVIII, possui uma regularidade discursiva que propaga a monogamia heterossexual como legítima. A partir disso, convém mencionar também que o poder não pode ser definido como um “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado” (ibidem, p. 100). O autor o define como relações que são imanentes aos processos econômicos, de conhecimento e relações sexuais, e que produzem efeitos imediatos nas partilhas, nas desigualdades e nos desequilíbrios.

Esses desequilíbrios/desigualdades são facilmente observados no racismo, uma vez que ele estabelece uma separação entre “a minha vida” e “a morte do outro”. Esse liame, convém ressaltar, não trata de uma relação militar ou guerreira (de enfrentamento), mas de uma relação biológica.

quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. [...] a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2010, p. 215).

A partir dessa contextualização, não é exagero presumir que a figura de Jean Wyllys representa uma afronta, especialmente para aqueles que se autodenominam como “cidadão de bem”, os quais acreditam que uma desordem nos costumes e valores estaria

colocando em risco a ordem familiar (KALIL, 2018). Também se fortalece a suspeita de que seu nome foi escolhido intencionalmente para mobilizar o sentimento de medo e/ou repulsa, sobretudo no que se refere à questão da “ideologia de gênero”. Aqui, cabe ainda mencionar aquilo que Ribeiro (2018, p. 89) identificou no pensamento dos conservadores recém-formados no Brasil, isso porque Wyllys representaria um “esquerdopata”, uma vez que “defende os direitos humanos dos bandidos e propagam uma educação frouxa e promíscua que retira a inocência das crianças e as tornam vulneráveis aos pedófilos”.

Assim, o material analisado traz elementos suficientes para permitir a compreensão do dispositivo da sexualidade, a biopolítica (e as relações de poder, respectivamente), e, no limite, perceber como esse conjunto pode mobilizar medos ou pânico moral. Por fim, a agência de fact-checking Lupa observou que até o primeiro turno das eleições a imagem continha cerca de 219,8 mil⁷⁴ compartilhamentos somente no Facebook, sem contar outras plataformas ou grupos de WhatsApp.

Figura 11 - Manuela D’Ávila com camisa escrita “Jesus é travesti”



Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-29/10-fake-news-das-eleicoes.html>>

O compilado apresentado na Figura 11 permite observar uma foto original e a foto que foi manipulada e disseminada nas plataformas digitais. A personagem em questão é a jornalista e política Manuela d’Ávila, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que integrava a chapa eleitoral de Fernando Haddad como vice-presidente.

⁷⁴ Levantamento realizado pela agência. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias-falsas-1-turno/>> Acesso em: 11 abr. 2021

Como poderemos observar, essa é uma imagem “simples”, mas carregada de significados, o que a transforma e a torna potencialmente intimidadora. Ao observar as imagens, encontramos, imediatamente, o alvo da manipulação: a camiseta da candidata tem a expressão “rebele-se” editada e substituída pela frase “Jesus é travesti”; além disso, após o texto, é inserida a imagem de um pequeno arco-íris, conhecido símbolo do movimento LGBT.

Antes de discorrer sobre os sentidos possíveis por trás da frase, é interessante observar a edição na fotografia no que se refere à composição das cores. Enquanto a fotografia original tem em sua tonalidade cores mais “quentes”, que dão vida e harmonizam a foto, a fotografia que foi editada perdeu saturação e brilho, o que remete à frieza e, também, tira o foco da foto em si, dando destaque para a frase na camiseta. A partir desse simples fragmento observado na estrutura da imagem, não seria abusivo supor que as edições aplicadas não foram feitas de maneira ingênua, mas sim com um intento muito bem definido.

Para além disso, associar a imagem da candidata Manuela d’Avila a uma frase como “Jesus é travesti” mostrou-se uma soma com alto potencial para mobilizar medos, pânico e repulsa. Isso porque a junção da sua pessoa com a frase carrega dois elementos estruturantes do grupo denominado como “cidadãos de bem” e aquilo que eles repudiam, a saber: “o comunismo” e a “ideologia de gênero”.

No caso do comunismo, na prática, tem sido alvo de acusações tanto posições de esquerda, centro e de centro direita para expressar um temor sentido frente a uma ideia de “esquerda”, associada à pobreza, ao autoritarismo, **à corrupção**, ao “bolivarianismo”, ao petismo etc. Da mesma forma, a “ideologia de gênero” tem sido mobilizada para expressar um amplo espectro de acusações que vão desde pedofilia, **transfobia**, até críticas ao ensino de sexualidade nas escolas (KALIL, 2018, p.12, **grifos nossos**).

A imagem também consegue mobilizar outros importantes grupos de apoio de Jair Bolsonaro: os líderes religiosos e os fiéis religiosos, que são compostos por uma pluralidade religiosa (evangélicos, católicos, espíritas, entre outros). Esses grupos, além de repudiar a “ideologia de gênero”, acreditando que ela busca subverter a “família tradicional” em favor de uma “ditadura gayzista” (KALIL, 2018), são tocados por outro elemento: a sugestão de que Jesus Cristo é um travesti é extremamente ofensiva.

Ao questionar por que Jesus não poderia ser um homem negro, uma mulher negra, um homem trans, uma mulher trans, uma travesti ou um gay, Cunha e Mariano (2020)

insinuam que “a corporalidade de Jesus Cristo foi construída e é reiterada, principalmente, pela Igreja católica, como imagem e semelhança da ‘maioria’, inclusive numa perspectiva histórica [que aqui não será retomada, eis que não é teor desta investigação] daqueles que detêm o poder e que ditam o padrão estético-corporal” (p. 98). Assim, essa corporalidade impregnada no imaginário do religioso brasileiro não admite que essa norma seja subvertida.

Como definiu Agamben (2009), “o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder” (p. 29). Essa relação de poder que perpassa pela sexualidade, isso é, o dispositivo da sexualidade, dialoga com a observação de Serano (2007), que afirma haver uma “hierarquia de gênero centrada no homem, dentro da qual se supõe que os homens são melhores que as mulheres e que a masculinidade é superior à feminilidade” (p. 15). Nesse sentido, conforme a autora, a existência de mulheres trans é vista como uma ameaça, pois apesar de terem nascido homens e “herdado esse privilégio”, “decidem” ser mulheres.

Convém então apontar que uma única imagem consegue transmitir mensagens que atingem de maneiras distintas perfis de diferentes pessoas, constituindo-se, portanto, uma segmentação. Com isso, para além da questão da sexualidade, que afronta diretamente os fundamentalistas religiosos e os opositores da “ideologia de gênero”, por exemplo, a figura de Manuela em si, enquanto política da esquerda, tem a força de mobilizar também os “anticomunistas”, a nova direita ou extrema-direita que se formou no Brasil nos últimos anos, todos aqueles que repudiam a corrupção.

Eis aqui um exemplo de desinformação produzido sob medida para mobilizar a população, para despertar o medo em razão de uma “decadência moral”, para criar uma sensação de fragilidade institucional. Manuela é mulher, política profissional e de esquerda; portanto, carrega em si todos os estigmas definidos pelos grupos bolsonaristas da desonestidade e do mal, da perversão e da promiscuidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal investigar fenômenos contemporâneos, como é o caso da pós-verdade e das *fake news*, os quais foram marcantes e podem ter influenciado significativamente para o resultado da eleição presidencial no Brasil, em 2018. Para isso, houve a necessidade de buscar conceitos teóricos em diferentes áreas do conhecimento, que foram indispensáveis para encontrar as respostas demandadas pelo problema de pesquisa.

A articulação entre conceitos – desenvolvidos na revisão bibliográfica, sob uma perspectiva interdisciplinar – que perpassam pelas áreas da filosofia, ciência social e política, história, comunicação e tecnologias contemporâneas, demonstrou que esses são elementos que se revelam essenciais no movimento de compreensão dos eventos da atualidade. Assim, para promover um debate sobre questões da atualidade – a exemplo das redes sociais e de um processo eleitoral recente –, este estudo buscou amparo no pensamento de Michel Foucault sobre dispositivo e sexualidade para realizar uma leitura mais profunda sobre os fatos.

Por isso, após uma breve contextualização no primeiro capítulo, o segundo capítulo tratou de questões metodológicas, fundamentando-se em uma análise arqueogenealógica foucaultiana via dispositivo da sexualidade. No terceiro capítulo, tratou-se sobre a pós-verdade, a qual surge junto com a ascensão do conservadorismo no mundo contemporâneo e inaugura uma reflexão sobre o que se deve entender por verdade e sobre autoridade, e, em última instância, também é responsável por uma mudança na mediação de como se organiza a produção do conhecimento na sociedade. Assim, quase como uma condição de causa e efeito, a pós-verdade se conecta diretamente com outro fenômeno recente: as *fake news*.

Como pontuado neste estudo, o conceito de *fake news*/notícias falsas fica comprometido na medida em que ainda não existe, na literatura acadêmica, uma definição amplamente aceita, o que acaba conduzindo para um contexto em que a expressão é utilizada de forma leviana. Contudo, faz-se necessário destacar que se trata de um fenômeno contemporâneo e essencialmente digital, ligado ao uso de plataformas de interação social on-line. Destarte, não há margem para dúvidas de que as *fake news* são, hoje, um tema problemático e que carece de resolução, pois, como explanado no segundo e terceiro capítulos, elas se materializam com uma força devastadora, na medida em que

sua circulação é favorecida por fatores como: conteúdo apelativo e viés da confirmação e, acima de tudo, pela própria racionalidade algorítmica de funcionamento das redes sociais, fenômeno que resulta no efeito denominado como filtro bolha, e, conseqüentemente, instaura uma maior polarização política, que pode interferir efetivamente na saúde das democracias a partir da manipulação de dados e conseqüente desinformação do público.

A perda de protagonismo de determinadas instituições na mediação do debate público e a descrença generalizada da população, somada ao uso massivo das plataformas digitais, tem conduzido os indivíduos para práticas nocivas à democracia, na medida em que se retroalimentam de crenças mal fundadas. A partir disso, foi possível observar, no quarto capítulo, que, diante de uma conjuntura política, econômica e social complexa e de insatisfação, o uso mal-intencionado das mídias digitais produziu resultados significativos na eleição para a Presidência da República do Brasil, em 2018. Aliás, não apenas o Brasil, mas outros países ao redor do mundo também têm vivenciado esses fenômenos contemporâneos interagindo com questões políticas, o que nos leva a investigar e tentar compreender o quão nocivo pode ser o uso dessas ferramentas e quão pode interferir na tomada de decisão de um indivíduo.

A campanha política analisada nesta pesquisa utilizou-se, notadamente, de uma estratégia de “vale tudo” nas redes sociais, bem como incivil e ilegal. Mas, acima de tudo, se consolidou como uma estratégia que funcionou, pois, se o cenário político já estava suficientemente carregado de revolta popular, o então candidato Jair Bolsonaro valeu-se de estratégias próprias do populismo e do fascismo para mobilizar os eleitores em seu favor. Bolsonaro também apresentou “soluções” fáceis para um país insatisfeito em sentido amplo, posicionou-se como o único com condições de “salvar” a população de todas as mazelas vigentes, vestiu a capa de um herói.

Ao observar a superfície dos acontecimentos, não apenas o discurso político inflamado de Jair Bolsonaro em 2018 chama a atenção, mas, também, a forma de se fazer campanha política no Brasil. Munidos de seus smartphones e acessando as redes sociais, sobretudo o Whatsapp, os eleitores se sentiram “empoderados” e puderam participar do processo eleitoral de forma “ativa”; e fizeram isso sem ter conhecimento de que, muitas vezes, eram alvos de programas de computador, por meio dos bots, que propagavam conteúdos falsos de forma segmentada para cada perfil de pessoa.

Assim, nas entranhas de um fenômeno contemporâneo (*fake news*), foi possível identificar que, entre práticas discursivas e não discursivas, a sexualidade foi utilizada como uma estratégia concreta e que resulta numa relação de poder e verdade. O dispositivo da sexualidade, dessa maneira, permite compreender o conceito de biopolítica, o qual é fundamental para assimilar o que há por trás da significação da existência dos sujeitos e de suas identidades. A biopolítica revela, também, como se constituem as hierarquias de gênero e quais são os corpos excluídos ou rejeitados na sociedade moderna.

A partir desses “regimentos” ou “padrões normativos” que estabelecem o que é lícito e o que é ilícito, o normal do anormal, verificamos que a sexualidade tem alto potencial no que refere à promoção do pânico moral em nossa sociedade, isso porque os pânicos morais exprimem, justamente, aquilo que a coletividade considera legítimo. Nesse sentido, é inevitável mencionar o papel e a forte atuação desenvolvida pela Igreja e pela religião na mobilização desse tema, ao abordar sobre questões ligadas aos “desvios” de uma família patriarcal.

Se por um lado a sexualidade é uma pauta forte para mobilizar pânicos morais, por outro, ela também é identificada como um dos mecanismos utilizados por políticos fascistas. Cabe assim dizer que essa estratégia foi manuseada extensivamente durante a campanha de Jair Bolsonaro para tratar da “ideologia de gênero”. O pânico moral, que também é caracterizado por um aumento de preocupação desproporcional ao perigo real, foi estimulado de tal maneira, através da circulação de desinformação nas redes sociais baseadas numa “ideologia de gênero”, que mesmo o público que não estava diretamente interessado nessas questões pode ter sido atraído para o tema e aderido ao discurso.

Diante dessa sistematização, que buscou transpor-se à superficialidade para interpretar alguns elementos nas engrenagens do fenômeno das *fake news* e a mobilização política de 2018 na campanha de Jair Bolsonaro, e, a partir dos materiais analisados no capítulo cinco, confirmou-se a hipótese desta pesquisa, a saber: a sexualidade obteve centralidade no discurso do então candidato e na produção de conteúdo de desinformação, com o objetivo de gerar pânico moral.

Tanto em uma entrevista em rede nacional, distorcendo fatos e promovendo apelo emocional, ou na viralização de notícias falsas sem fundamento ou contendo narrativas conspiratórias, o dispositivo da sexualidade pôde ser identificado em inúmeras manifestações e deixava clara a “norma” que – ainda – regulamenta o corpo social e que

aponta para a “nação” que se quer forjar. Por isso, distorções que indicavam a indução de crianças à homossexualidade ou à atividade sexual precoce, bem como que se caracterizavam como incentivo à pedofilia, foram tópicos que geram uma força descomunal. Além disso, nos materiais analisados, o desprezo por homossexuais e por mulheres, mais do que práticas, demonstra saberes e relações de poder, que, em última instância, caracterizam as hierarquias de gênero, identificando quais vidas merecem e quais não merecem ser vividas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALMEIDA, S. L. **Neoconservadorismo e liberalismo**. In: SOLANO, E. G. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

As dez principais fake news da campanha eleitoral de 2018. In: O povo online. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/10/as-dez-principais-fake-news-da-campanha-eleitoral-de-2018.html>>. Acesso em: 26 dezembro 2020

BARBOSA, Mariana (org). **News não são fake - e fake news não são news**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERCKEMEYER, Fernando. **A mentira da pós-verdade**. UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

Bolsonaro dispara dados falsos sobre economia, saúde e educação. In: Exame, Brasil, mai 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-dispara-dados-falsos-sobre-economia-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 30 março 2019.

Bots e o direito eleitoral brasileiro. Diretoria de Análise de Políticas Públicas, Fundação Getulio Vargas / In: Biblioteca Digital FGV, Brasil, jan 2019. Disponível em: <<https://sistema.bibliotecas.fgv.br>>. Acesso em: 16 outubro 2020.

BRUNO, Fernanda. **Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório**: entrevista com Fernanda Bruno. (2019). Revista Digilabour. Disponível em <<https://digilabour.com.br/2019/10/25/tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-comolaboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno/>>

BRUNO; ROQUE. **A ponta de um iceberg de desconfiança**. Fernanda Bruno e Tatiana Roque. In: Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas. Organização: Mariana Barbosa. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BUCCI, Eugênio. **News não são fake – e fake news não são news**. In: Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas. Organização: Mariana Barbosa. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BUTTURI JUNIOR, Atílio. **É a biopolítica um problema de linguagem?** In: Biopolíticas – discursos, dispositivos e resistências. Organização: Atílio Butturi Junior / Camila de Almeida Lara / Denise Ayres d'Ávila / Fábio Lopes da Silva. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2019

CAMARGO, Gustavo A. **Sobre o conceito de verdade em Nietzsche**. Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche – 2º semestre de 2008 – Vol.1 – nº2 – pp.93-112

Cambridge Analytica, empresa pivô no escândalo do Facebook, é fechada. In: El País, Londres, mai 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/02/internacional/1525285885_691249.html>. Acesso em: 07 abril 2020.

CARAPANÃ. **A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo**. In: SOLANO, E. G. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASIMIRO, F. H. C. **As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo**. In: SOLANO, E. G. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTRO, Edgard. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica: Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil** *Palavras-chave*. Revista Internet & Sociedade. N. 1/V. 1 /fevereiro de 2020, páginas 91 a 120.

_____ (no prelo). **Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética**. Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (VII ReACT).

_____ (no prelo) **Pós-verdade: uma explicação cibernética**. Ilha: Revista de Antropologia (UFSC).

Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. In: El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html> Acesso em: 26 dezembro 2020.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

COLLIER, PAUL, 1949 - **O Futuro do capitalismo: enfrentando as novas inquietações** / Paul Collier; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Porto Alegre [RS]: L&P, 2019.

CUNHA, Andréa Mendonça; MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. **“Jesus é travesti”**: um olhar sobre a LGBTfobia em discurso polêmico no Instagram. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 81-102, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2489.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade** / Matthew D'ancona; [tradução Carlos Szlak]. - 1 ed. - Barueri: Faro editorial, 2018.

Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. In: Congresso em Foco, out, 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>> Acesso em: 30 outubro 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Dez notícias falsas com 865 mil compartilhamentos: o lixo digital do 1º turno. In: Agência Lupa. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias-falsas-1-turno>>. Acesso em: 26 dezembro 2020

Dicionário do pensamento social do Século XX / editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996

DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUNKER, Christian. **Subjetividade em tempos de pós-verdade**. In: Ética e pós-verdade / Christian Dunker [et.all.] - Porto Alegre: Dublinense, 2017.

É #FAKE que livro escrito por Haddad incentive o incesto e cite dez mandamentos do comunismo. In: G1, Fato ou Fake, out 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-livro-escrito-por-haddad-incentive-o-incesto-e-cite-dez-mandatos-do-comunismo.ghtml>> Acesso em: 30 de março 2021.

Facebook alcança 1 bilhão de usuários ativos mensais. In: G1, out 2012. Disponível: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/10/facebook-atinge-1-bilhao-de-usuarios-ativos-mensais.html>> Acesso em: 26 junho 2020.

Fake news marcaram as eleições de 2018; relembre as 10 mais emblemáticas. In: Último segundo IG. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-29/10-fake-news-das-eleicoes.html>>. Acesso em: 26 dezembro 2020

Fake news, filter bubbles, post-truth and trust. In: Ipsos.com, 2018. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-09/fake-news-filter-bubbles-post-truth-and-trust.pdf>> Acesso em: 29 outubro 2020

FAZENDA, I. C. A. Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Interdisciplinaridade** – Dicionário em Construção. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRAZ, Eduardo. **Seja a pessoa certa no lugar certo**. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

FGV – DAPP. **Bots e o direito eleitoral brasileiro**. Diretoria de Análise de Políticas Públicas | Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>> Acesso em: 16 outubro 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** / tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Lígia Vassalo / Petrópolis. Vozes, Lisboa, Centro Do Livro Brasileiro, 1972.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Ditos e escritos**, vol. II. Trad. Elisa Monteiro. 2^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso dado no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina A. P. Galvão. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010, 2^a ed.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. - 7^a ed. Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra, 2018.

_____. **Microfísica do poder**. Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A medicalização do sexo ou o amor perfeito**. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.29, p.57-80, abr. de 2001

FRANCISCATO, Carlos. Status Facebook. 21 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carlos.franciscato/posts/1368436339894292?pnref=story>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Fraude nas urnas e ‘kit gay’ têm mais impacto que outras notícias falsas.

Disponível em: <<https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/fraude-nas-urnas-e-kit-gay-tem-maior-impacto-que-outras-noticias-falsas-em-twitter-facebook-e-youtube/>> In: FGV – DAPP. Brasil, 2018. Acesso em: 30 de março 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Wilson da Silva. **Fake News, um fenômeno da comunicação política entre jornalismo, política e democracia**. Wilson da Silva Gomes e Tatiana Dourado. Revista: Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 16 Nº 2. Julho a Dezembro de 2019. ISSN 1984-6924

GOOCH, Anthony. **No pós das verdades**. UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

GREENE, Joshua. **Tribos morais: a tragédia do senso comum** / Joshua Greene; tradução de Alessandra Bonrruquer. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. "**Discurso, sujeito e pós-verdade nas mídias contemporâneas**". 2020. Publicado por: Canal do PPGEL. Disponível em: <youtube.com/watch?v=_uq95RFpqrU>. Acesso em: 02 jan. 2021.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. – São Carlos: Editora Claraluz, 2006. 2ª edição.

GUARESCHI, Pedrinho A.; AMON, Denise; GUERRA, André. **Psicologia, Comunicação e Pós-verdade**. Porto Alegre: Abrapso, 2017.

GUERRA, R. **Bolsonaro perde recurso e é condenado a pagar R\$ 150 mil a fundo de defesa LGBT**. In: O Globo, Brasil, nov 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-perde-recurso-e-condenado-pagar-150-mil-fundo-de-defesa-lgbt-22045884>>. Acesso em: 30 março 2019

HANCOCK, J.R. **Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, ‘pós-verdade’, a Trump e Brexit, 2016**. In: El País, Internacional, nov 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html>. Acesso em: 29 março 2019

Impeachment Presidente Dilma Rousseff. In: Câmara dos Deputados, Brasil. <<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>> Acesso em: 05 agosto 2020

KALIL, I. **O que são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Relatório do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU) da FESPSP. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>> Acesso em: 30 mar 2021

KAMINSKI, Marcos Massiero. **Nas linhas do dispositivo jurídico: o arquivo do crime de tráfico de drogas brasileiro e a emergência do “sujeito-trafficante”**. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim, 2018.

KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial mediando a comunicação: impactos da automação**. In: Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas. Organização: Mariana Barbosa. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KEEN, Andrew. **O culto do amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores**. Andrew Keen; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

KEYES, Ralph. **A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea** / tradução de Fábio Creder - Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2004.

LEVITSKY, Steven. **Como as democracias morrem**. Steven Levitsky, Daniel Ziblatt; tradução Renato Aguiar. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÍSIAS, Ricardo. **Diário da catástrofe brasileira: ano I: o inimaginável foi eleito**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2020.

LLORENTE, José Antonio. **A era da pós-verdade: realidade versus percepção**. UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

MACHADO, R. P; SCALCO, L. M. **Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista**. In: SOLANO, E. G. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARCONDES, Danilo. **A verdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

MARTINS, Juliane C. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I, de Giorgio Agamben**. Rev. Fac. Dir. | Uberlândia, MG | v.44 | n.1 | p.195-201 | jan./jun. 2016 | ISSN 2178-0498

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCLUHAN, Marshall. **McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MEDRÁN, Albert. **No reino da pós-verdade, a irrelevância é o castigo**. UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital** / Patrícia Campos Mello. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Mentira. In: Michaelis, Brasil, abr 2020. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mentira>> Acesso em: 10 abril 2020.

MIGUEL, L. F. **A reemergência da direita brasileira**. In: SOLANO, E. G. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo G. **Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil.** cadernos pagu (53),2018:e185300. ISSN 1809-4449

MISKOLCI, Richard. 2007. **“Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay”.** In: Cadernos Pagu (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, pp.101-128.

MOROZOV, EVGENY. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política /** Evgeny Morozov; traduzido por Claudio Marcondes. - São Paulo: Ubu Editora, 2ª edição 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la?** / Yascha Mounk; tradução Cássio Arantes Leite, Débora Landsberg. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Maurício. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu?** / Maurício Moura, Juliano Corbellini. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.

NEMER, DAVID. **Populismo ou fascismo? Especialistas debatem as bases do bolsonarismo.** Entrevista concedida a: GARCIA, Raphael Tsavkko. (2020). Disponível em: <<https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/07/25/populismo-ou-fascismo-especialistas-debatem-as-bases-do-bolsonarismo/>> Acesso em: 19 dezembro 2020

Neste 1º de abril, lembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil. In: Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>>. Acesso em: 26 dezembro 2020

NETO, Odilon Caldeira. **Letter from Brazil: Is Bolsonaro a Nazi?** In: Forward, mai 2020. Disponível em: <<https://forward.com/news/world/445836/letter-from-brazil-is-bolsonaro-a-nazi/>>. Acesso em: 29 dezembro 2020

NICKERSON, Raymond S. **Confirmation Bias: A Ubiquitous Phenomenon in Many Guises.** Review of General Psychology, v. 2, n. 2, p. 175-220, 1998. DOI: 10.1037/1089-2680.2.2.175.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro /** tradução e notas de Renato Zwick; apresentação e cronologia de Marcelo Backes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

PALMA, Adalberto. **Quando o futuro nos alcança, o passado já não serve e descartes pode ser uma referência.** UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

PARISER, Eli. **The filter bubble: What the internet is hiding from you.** Tradução: Diego Alfaro. Copyright da edição brasileira 2012: Jorge Zahar Editor Ltda.

PENNA, F. **O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”**. In: SOLANO, E. G. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEROSA, Teresa. **O império da pós-verdade**. In: *Época*, Brasil, abr 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/04/o-imperio-da-pos-verdade.html>. Acesso em: 29 de maio de 2020

PREGO, Victoria. **Bolhas informativas**. UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEROL, Ricardo de. **Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”**. In: *Cultura*, El País, 08 jan 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html>. Acesso em: 31 abril 2019.

Recuero, R., Soares, F., Zago, G. (2020) **Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter**. Scielo Preprints. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.1154

Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet. In: Senado Federal, nov 2019. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/datasenado>> Acesso em: 25 de junho de 2020.

RIBEIRO, Marcio Moretto. **Antipetismo e anticonservadorismo no facebook**. In: SOLANO, E. G. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. **O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias**. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. 1. Ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Falar de fascismo no Brasil**. In: *El País*, jul 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562176410_719446.html> Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

SCOFIELD JR, Gilberto. **Desconstruindo as fake news: o trabalho das agências de fact-checking**. In: *Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas*. Organização: Mariana Barbosa. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática do fact-checking no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre. 2019.

SERANO, Julia. **Whipping Girl: A transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity**. Berkeley: Seal Press, 2007. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/arena-attachments/978196/6839061f1af72bb8687efd5c6f7e0e1e.pdf>> Acesso em: 29 jan 2021.

SOUZA, Fábio Feltrin de. **Biopolítica ou a lógica do “fazer morrer” moderno**. In: *Biopolíticas – discursos, dispositivos e resistências*. Organização: Atilio Butturini Junior / Camila de Almeida Lara / Denise Ayres d'Ávila / Fábio Lopes da Silva. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2019

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo. A política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

Study: On Twitter, false news travels faster than true stories. In: MIT News, mar, 2018. Disponível em: < <https://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>> Acesso em: 28 outubro 2020.

SUNSTEIN, Cass. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TELES, E. **A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção**. In: SOLANO, E. G. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

The Spread of True and False News Online. Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral. In: *Science*, mar 2018. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146>> Acesso: 30 outubro 2020

Time to care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis. Published by Oxfam GB for Oxfam International under ISBN 978-1-78748-541-9 in January 2020. DOI: 10.21201/2020.5419 Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO e DO CARIBE aparecida, 13-31 de maio de 2007 DOCUMENTO FINAL. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf Acesso em: 20 jan 2021

VASCO, António Branco. *Sinto e Penso, logo Existo!:* Abordagem Integrativa das Emoções. **PsiLogos**. V.11, N.1. 2013

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998.

Vida e ascensão do capitão Bolsonaro. In: El País, Eleições 2018, jan 2019.

Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html>.

Acesso em: 28 março 2019.

VIEIRA, H. **Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões.** In: SOLANO, E. G. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHASHAN, Hossein. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making.** Council of Europe Report. 27 set. 2017. Disponível em: <<https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-towardan-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

Word of the year 2016 is.... In: Oxford Dictionaries, 2016. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 28 março 2019

ZARZALEJOS, José Antonio. **Comunicação, jornalismo e ‘fact-checking’.** UNO - Desenvolvendo Ideias. São Paulo, n. 27, 2017. <<https://www.revista-uno.com/>>

ZUBOFF, Shoshana. **Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** Tradução de Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz e Bruno Cardoso. Dados da publicação original: “Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization”, Journal of Information Technology, v. 30, 2015, p. 75-89. (N. E.).